Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Adriana Cruz Rodrigues

Desafios de gestão integrada e sustentável da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. A ótica dos *Stakeholders,* no contexto do Município de Arcos de Valdevez.

abril de 2026

Desafios de gestão integrada e sustentável da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. A ótica dos *Stakeholders,* no contexto do Município de Arcos de Valdevez

Adriana Cruz Rodrigues

UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Adriana Cruz Rodrigues

Desafios de gestão integrada e sustentável da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. A Ótica dos *Stakeholders,* no contexto do Município de Arcos de Valdevez.

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social
Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professora Doutora Maria Cristina Guimarães de Almeida Moreira (Universidade do Minho)
e da
Professora Doutora Cláudia Helena Nunes Henriques (Universidade do Algarve)

abril de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho:



Atribuição
CC BY
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Agradecimentos

Aos meus pais, o meu mais profundo obrigado. Esta conquista é, acima de tudo, nossa, pois nada disto seria possível sem o amor infinito e apoio que me deram para que eu pudesse chegar aqui.

À minha mãe, obrigada por seres o meu porto seguro, por cada conselho e noites sem dormir a apoiar-me e por teres acreditado em mim em cada segundo deste percurso, mesmo quando eu própria duvidava. Contigo aprendi que com esforço, dedicação e amor, tudo se consegue. És uma guerreira e passaste-me essa força para eu nunca desistir. Esta vitória é tão minha como tua, pois sem o teu apoio incondicional eu não seria quem sou hoje.

Ao meu pai, pelo exemplo de luta. Obrigada por me ensinares a importância de perseguir os meus sonhos e por me dares a segurança necessária para enfrentar cada obstáculo. Os teus valores e integridade foram o motor que me trouxe até ao fim desta etapa.

Aos meus avós, um agradecimento profundamente sentido, a vossa presença e memória acompanhar-me-ão enquanto eu viver. Recordo com carinho a serenidade da minha avó, e o humor do meu avô, que com a sua confiança em mim dizia que "ia para a escola ensinar a professora". Ao meu Avô Alexandre, um agradecimento especial que as palavras não conseguem expressar. Obrigada por estares sempre lá, por me apoiares em tudo e por seres exemplo de amor e força que me guiou até aqui. Sei que vibrarias de alegria ao ver-me chegar a esta etapa, e é por ti que também aqui estou hoje. Ver o teu orgulho, onde quer que estejas, é a minha maior recompensa.

Às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria Cristina Moreira e Professora Doutora Cláudia Henriques, por todo o acompanhamento e disponibilidade partilhados ao longo deste percurso. Agradeço o rigor científico, mas sobretudo a paciência e incentivo fundamentais para que esta dissertação chegasse a bom porto.

Aos meus colegas de mestrado, por todos os momentos partilhados, pelas trocas de ideias e pela entreajuda constante e por ter tornado os dias mais difíceis em momentos mais leves.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, me ajudaram e apoiaram ao longo desta etapa, o meu muito obrigado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.
Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração. Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Desafios de gestão integrada e sustentável da Reserva da Biosfera transfronteiriça Gerês-Xurés. A Ótica dos *Stakeholders*, no contexto do Município de Arcos de Valdevez

Resumo

Nesta investigação reflete-se sobre a valorização turística da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, apoiada numa gestão integrada e sustentável, tendo em conta o papel dos *stakeholders* com ênfase no Município de Arcos de Valdevez.

Esta adota uma abordagem qualitativa, fundamentada numa metodologia de estudo de caso, utilizando a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas a diversos *stakeholders* locais como principais técnicas de recolha de dados.

Os resultados revelam que, apesar da existência de um enquadramento estratégico robusto alinhado com as diretrizes da UNESCO e a Agenda 2030 das Nações Unidas, a RBTXG enfrenta um conjunto de desafios estruturais significativos na sua operacionalização prática, decorrentes de um conjunto de condicionantes tais como a fragmentação institucional, a escassez de recursos técnicos e financeiros e as dificuldades na participação efetiva das comunidades locais, entre outros. Porém, por outro lado, em termos de desenvolvimento sustentável do turismo, o estudo evidencia o reconhecimento de oportunidades relevantes associadas ao turismo de natureza e à valorização de recursos endógenos de património cultural como motores de resiliência territorial.

No que tange ao Município de Arcos de Valdevez, ele evidencia uma crescente relevância do ponto de vista do turismo, ao mesmo tempo que vê reconhecida a importância desta atividade como estratégia para o desenvolvimento sócio-económico e territorial, nos instrumentos de planeamento sócio-económico e territorial. Como município integrante da reserva, exploratoriamente nas entrevistas foi verificado um conjunto de preocupações em prol da ênfase numa gestão integrada e coordenada entre os diversos intervenientes tendo por finalidade o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconómico, promovendo a transição de um reconhecimento simbólico para uma gestão territorial efetiva da Reserva.

Palavras-Chave: Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés; Gestão integrada; Arcos de Valdevez; Turismo; património identitário; *Stakeholders.*

Challenges of Integrated and Sustainable Management of the Transboundary Biosphere Reserve Gerês-Xurés. The Perspective of the Stakeholders.

This research reflects on the tourism valorization of the Gerês-Xurés Transboundary Biosphere Reserve, supported by an integrated and sustainable management approach, taking into account the role of stakeholders, with particular emphasis on the Municipality of Arcos de Valdevez.

This adopts a qualitative approach, based on a case study methodology, using document analysis and semi-structured interviews with various local stakeholders as the main data collection techniques.

The results reveal that, despite the existence of a robust strategic framework aligned with the guidelines of the UNESCO and the Agenda 2030, significant structural challenges persist in its practical implementation. Among the main obstacles identified are institutional fragmentation, the scarcity of technical and financial resources, and difficulties in ensuring effective participation of local communities. On the other hand, the study highlights relevant opportunities associated with nature-based tourism and the valorisation of endogenous resources as drivers of territorial resilience.

It is concluded that the Municipality of Arcos de Valdevez plays a central role as a strategic mediator, integrating sustainability principles into local planning instruments, such as the Municipal Master Plan. In summary, the study demonstrates that integrated and coordinated management among different stakeholders is crucial to ensuring a balance between environmental conservation and socio-economic development, promoting the transition from symbolic recognition to effective territorial management of the Biosphere Reserve.

Keywords: Gerês-Xurés Transboundary Biosphere Reserve; Integrated management; Arcos de Valdevez; Tourism; Identity heritage; Stakeholders.

Índice

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS ..... **ii**

Agradecimentos ..... **iii**

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE ..... **iv**

Resumo ..... **v**

Lista de Siglas e Abreviaturas ..... **x**

Índice de Figuras ..... **xii**

Índice de Tabelas ..... **xii**

Índice de gráficos ..... **xiv**

Capítulo I - Introdução **1**

Capítulo II - Revisão de Literatura **3**

2.1. O Enquadramento Global das Reservas da Biosfera **3**

2.1.1. Definição e evolução das Reservas da Biosfera no âmbito do Programa MAB 3

2.1.2. Funções, princípios e Reservas da Biosfera como "laboratórios vivos 5

2.1.3 Gestão das Reservas da Biosfera em prol do desenvolvimento sustentável 8

2.1.4. Gestão colaborativa e governança adaptativa nas Reservas da Biosfera 9

2.1.5 Reservas da Biosfera em Portugal e enquadramento no SNAC 15

2.2. Reservas da Biosfera e Desenvolvimento sustentável do turismo **16**

2.2.1. Turismo Sustentável: Conceitos, Modelos e o Contexto das Reservas da Biosfera 16

2.2.2. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 21

2.2.3. Portugal 2030, Norte 2030 e financiamento da sustentabilidade territorial 22

2.2.4. Estratégia Turismo 2027 e Estratégia Turismo 2035..... 24

2.3. Reservas da Biosfera e a dimensão territorial.....26

2.3.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) 29

2.3.2. O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT-NORTE): Capital natural e valorização económica 29

2.3.4. O Plano Diretor Municipal (PDM) de Arcos de Valdevez como instrumento de operacionalização local 31

2.4. Síntese da Revisão de Literatura.....33

Capítulo III - Metodologia.....33

3.1. Objetivos Geral e específicos da Pesquisa.....34

3.2. Estratégia de investigação: estudo de caso.....34

3.3 Técnicas de recolha de dados 35

3.3.1. Análise documental 35

3.3.2 Entrevistas semiestruturadas..... 36

3.3.3. Caracterização do Painel de Entrevistados..... 38

3.4 Técnicas de análise de dados.....38

3.5. Considerações Éticas.....39

Capítulo IV - Estudo de Caso: Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés.39

4.1. Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés: Breve enquadramento geográfico 39

4.2. Caracterização territorial da RBTGX: contexto ecológico, paisagem cultural e estrutura de governação 42

4.3. O turismo no concelho de Arcos de Valdevez: Procura e Oferta 45

4.3.1. Análise da Procura Turística 46

4.3.2. Análise da Oferta Turística 49

4.4. Análise das perceções dos *stakeholders* sobre a valorização turística da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés 51

4.4.1. Síntese interpretativa 58

Capítulo V - Conclusão 59

Referências 60

Anexos 73

Anexo I - Dados obtidos da análise da oferta e procura turística nos municípios do Alto Minho 73

Anexo II – Indicadores da Procura e Oferta Turística na NUTS II- Norte 73

Apêndices 77

Apêndice A - Guião de Entrevista: Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX) e o Desenvolvimento Sustentável do Turismo 77

Apêndice B - Contactos efetuados para entrevistas 80

Apêndice C -Painel de entrevistados 81

Lista de Siglas e Abreviaturas

- **ARDAL:** Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima
- **CCDR-NORTE:** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- **CIC-MAB:** Conselho Internacional de Coordenação do Programa MAB
- **FEADER:** Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- **HSAP:** *Hangzhou Strategic Action Plan* (Plano de Ação Estratégico de Hangzhou)
- **ICNF:** Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- **IISD:** International Institute for Sustainable Development
- **INTERREG:** Programa da União Europeia para a cooperação inter-regional
- **MAB:** *Man and the Biosphere* (Programa "O Homem e a Biosfera" da UNESCO)
- **NUTS:** Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- **ODS:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)
- **PDM:** Plano Diretor Municipal
- **PNPOT:** Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- **POCTEP:** Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal
- **PRME:** *Principles of Responsible Management Education* (Princípios para a Educação em Gestão Responsável)
- **PROT-NORTE:** Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
- **RBTGX:** Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés
- **SbN:** Soluções baseadas na Natureza
- **SIC:** Sítio de Importância Comunitária
- **SIG:** Sistemas de Informação Geográfica
- **TBC:** Turismo de Base Comunitária
- **UNESCO:** *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization*

- **UNWTO:** *World Tourism Organization* (Organização Mundial do Turismo)
- **WNBR:** *World Network of Biosphere Reserves* (Rede Mundial de Reservas da Biosfera)
- **ZPE:** Zona de Proteção Especial

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de planeamento estratégico aplicado à gestão sustentável do território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés 7

Figura 2 - Modelo de zonificação funcional e objetivos de gestão da Reserva da Biosfera 12

Figura 3 - Funções complementares e integradas das Reservas da Biosfera 14

Figura 4 - Modelo conceptual de planeamento estratégico aplicado à gestão sustentável da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés 20

Figura 5 - Ordenamento territorial e zonas de proteção na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés 27

Figura 6 - Os cinco Sistemas Temáticos do PROT-NORTE 30

Figura 7 - Áreas de Visitação com valor natural e paisagístico na região Norte 31

Figura 8 - Procedimentos de Preparação e condução de Entrevistas 37

Figura 9 - Mapa da Área da Reserva Transfronteiriça Gerês-Xurés 40

Figura 10 - Localização Geográfica da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, evidenciando os limites administrativos, principais altimetrias e continuação ecológica 41

Figura 11 - Limites Administrativos e localização geográfica da RBTGX por municípios 42

Figura 12 - Estrutura de Governação da Reserva Transfronteiriça Gerês-Xurés 44

Figura 13 - Nuvem de Palavras com frequência de termos e conceitos-chave do discurso dos *stakeholders*. 52

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Evolução histórica das Reservas da Biosfera e seus paradigmas de gestão (1976–2035) .. 4

Tabela 2 - Sugestões de planeamento na utilização da técnica da entrevista 37

Tabela 3 - Dados Sobre Indicadores da Procura Turística (2017-2023).....46

Tabela 4 - Indicadores da Oferta subdivididos na NUTS II-Norte, Alto Minho e Arcos de Valdevez.....49

Tabela 5 - Questão 1 - Quais os recursos da RBTGX que considera mais atrativos do ponto de vista patrimonial (natural e cultural) e turístico? Em Portugal? Na Espanha?.....53

Tabela 6 - Questão 2 - Na sua opinião, existem recursos na RBTGX que deveriam ser mais valorizados do ponto de vista turístico? Se sim, quais destacaria e de que modo considera que poderiam ser integrados numa estratégia de valorização sem comprometer a sua conservação?.....54

Tabela 7 - Questão 3 - *Considera que os instrumentos de planeamento socioeconómico e ordenamento do território contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo? Justifique* 54

Tabela 8 - Questão 4 - *Que políticas/medidas (públicas) considera prioritárias e que têm tido maiores impactos no reforço da gestão integrada e sustentável da Reserva (países membros) compatível com o desenvolvimento do turismo? E a nível europeu?*.....55

Tabela 9 - Questão 5 - Como avalia a contribuição dos diferentes *stakeholders* no processo de gestão de um turismo sustentável da Reserva? Distinga boas práticas. 55

Tabela 10 - Questão 6 - Considera que a estrutura atual de financiamento e de recursos humanos é adequada para garantir a continuidade e a eficácia da gestão integrada da RBTGX? 56

Tabela 11 - Questão 7 - Na sua perspetiva, de que forma o Município de Arcos de Valdevez tem contribuído em articulação com outros atores locais, nacionais e internacionais para a valorização turística sustentável desta Reserva? 56

Tabela 12 - Questão 8 - Como avalia o envolvimento e a participação das comunidades locais nas iniciativas de valorização e gestão do turismo sustentável da RBTGX? E quais os principais benefícios socioeconómicos para as comunidades locais?.....57

Tabela 13 - Questão 9 - *Existem mecanismos de monitorização e/ou avaliação dos impactos das políticas e projetos desenvolvidos na RBTGX? Em caso afirmativo, como são implementados e partilhados entre os diferentes atores/stakeholders?*.....57

Tabela 14 - Questão 10 - Na sua perspetiva, quais os principais desafios futuros da RBTGX? (especificamente a nível da sustentabilidade, educação, inovação e adaptação às alterações climáticas) 58

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução do número de dormidas em Arcos de Valdevez (2017-2023) 46

Gráfico 2 - Evolução da Taxa de Sazonalidade no concelho de Arcos de Valdevez 47

Gráfico 3 - Evolução da Intensidade Turística em Arcos de Valdevez 48

Gráfico 4 - Evolução da Densidade Turística no concelho de Arcos de Valdevez 48

Gráfico 5 - Evolução da Capacidade de Alojamento do Concelho de Arcos de Valdevez: Número de Camas por 1000 residentes.....50

Capítulo I - Introdução

O presente estudo exploratório, intitulado "Desafios de gestão integrada e sustentável da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. A Ótica dos *Stakeholders* no contexto do Município de Arcos de Valdevez", insere-se no âmbito do Mestrado em Economia Social e tem como propósito analisar as dinâmicas de valorização turística em territórios classificados, com especial enfoque na articulação entre gestão integrada, sustentabilidade e governança territorial.

As Reservas da Biosfera são lugares reconhecidos pela UNESCO, estando ao abrigo do programa *Man and the Biosphere Programme (MAB)*. Mais do que espaços de conservação, são espaços de referência para testar a conciliação entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconómico das populações locais. Por esse motivo, têm assumido cada vez mais relevância tanto a nível internacional como a nível nacional, uma vez que são assumidos como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento local, a promoção do turismo responsável e a valorização do capital natural e humano. Contudo, a eficácia destes territórios enquanto instrumentos estratégicos depende de uma gestão integrada que evite o problema da fragmentação institucional e da degradação dos recursos endógenos.

A escolha deste tema está relacionada, por um lado, com o meu interesse pessoal, pelo facto de viver num local situado numa Reserva da Biosfera, por outro lado, com um interesse académico e profissional, pelo facto de frequentar este mestrado, uma vez que se foca na necessidade urgente de responder a problemáticas centrais da Economia Social, como o despovoamento rural e a pressão de um turismo que, se não for gerido de forma sustentável, pode comprometer a identidade e o equilíbrio socioecológico das populações locais.

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, estabelecida em 2009 e localizada entre Portugal e Espanha, é um exemplo do desafio de cooperação territorial e governança multinível, uma vez que exige abordagens integradas que envolvam diversos níveis institucionais e atores sociais.

Neste contexto, o Município de Arcos de Valdevez assume um papel preponderante não apenas pela sua vasta extensão geográfica no lado português, mas pela sua responsabilidade em traduzir as diretrizes globais da UNESCO e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de Qualidade), 15 (Proteger a Vida Terrestre) e 7 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos), enquadrando-se igualmente nos princípios da ética, da sustentabilidade e da responsabilidade social, bem como nos *Principles of Responsible Management Education* (PRME). Do ponto de vista ético, este estudo levanta desafios relevantes, na medida em que a gestão de uma Reserva da Biosfera implica considerar as

tensões entre interesses económicos e ambientais, a distribuição equitativa dos benefícios do turismo sustentável e a participação efetiva das comunidades locais nos processos de decisão.

Apesar do prestígio da designação como território da UNESCO, persistem várias lacunas na operacionalização prática da gestão destas reservas à escala municipal, pelos escassos recursos técnicos e financeiros para monitorizar a capacidade de carga turística e garantir a participação efetiva das comunidades. Face ao reconhecimento dessa dificuldade, a questão central que orienta esta dissertação é:

"Qual a importância da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés e em que medida a sua gestão integrada e sustentável contribui para a valorização do turismo?".

Para responder a esta questão, o trabalho organiza-se em cinco capítulos que se articulam de forma sequencial, procurando responder à questão de investigação definida. O primeiro capítulo é a presente introdução. O segundo capítulo dedica-se à revisão da literatura, abordando fundamentalmente o conceito, evolução e funções das Reservas da Biosfera. Analisa-se ainda a relação entre estas reservas e o desenvolvimento sustentável do turismo, à luz da Agenda 2030 e das estratégias nacionais e regionais (Portugal 2030, Norte 2030, Estratégia Turismo 2027 e Estratégia 2035). Paralelamente, este capítulo reflete sobre a dimensão territorial, contemplando instrumentos de planeamento como o PNPOT, o PROT-Norte e o PDM de Arcos de Valdevez.

O terceiro capítulo reporta-se à metodologia, apresentando os objetivos da pesquisa, a estratégia de investigação adotada e a técnica de recolha e análise de dados utilizada, no contexto de uma abordagem qualitativa assente em análise de conteúdo categorial.

O quarto capítulo foca-se no estudo de caso da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, caracterizando-a e fazendo um enquadramento geográfico, analisando os dados da oferta e a procura turística em Arcos de Valdevez e o tratamento das entrevistas exploratórias realizadas.

Por fim, no capítulo cinco, apresentam-se as conclusões finais, evidenciando alguns dos limites da presente investigação, assim como possíveis desafios futuros.

Capítulo II - Revisão de Literatura

2.1. O Enquadramento Global das Reservas da Biosfera

2.1.1. Definição e evolução das Reservas da Biosfera no âmbito do Programa MAB

As Reservas da Biosfera correspondem a territórios reconhecidos pela UNESCO, orientados para a conciliação entre conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Este modelo articula a investigação científica e as políticas públicas com o envolvimento ativo das comunidades locais, surgindo num contexto de crescente preocupação global sobre a relação entre a sociedade e a natureza.

A génese deste conceito remete para a "Conferência da Biosfera" realizada em 1968 em Paris (Batisse, 1993). Este momento determinante levou à criação do Programa *Man and the Biosphere* (MAB) da UNESCO (1971), afirmando-se como um instrumento na colaboração científica interdisciplinar. O seu intuito inicial era melhorar a relação entre as pessoas e o ambiente envolvente, conciliando as ciências naturais e sociais para promover abordagens inovadoras ao desenvolvimento económico e social.

Ao longo das décadas, o conceito evoluiu significativamente de uma visão conservadora, centrada na conservação ecológica, para um modelo integrado que combina várias funções fundamentais tais como a conservação, o desenvolvimento sustentável e o apoio logístico (investigação, educação e monitorização ambiental). Neste contexto, o aprofundamento do conhecimento sobre estas reservas e sobre o seu funcionamento assume um crescente destaque no debate académico contemporâneo. Como referido por Kratzer (2018) e Ferreira *et al.* (2020; in Dabard *et al.,* 2024, pp. 2072-2073), "(...) as publicações científicas sobre as Reservas da Biosfera têm aumentado de forma constante nas últimas décadas (...)".

A evolução histórica pode ser sintetizada em 4 fases (Tabela 1). A primeira fase compreende o período entre 1976 e 1995. Em 1976 surgem as primeiras Reservas da Biosfera cujo enfoque se centrou na conservação ecológica e na investigação científica, sendo entendidas sobretudo como espaços de proteção relativamente isolados. A segunda fase surge em 1995 com a adoção da Estratégia de Sevilha, a qual constitui um marco fundamental ao integrar três funções essenciais (conservação, desenvolvimento e apoio logístico), consolidando o conceito de desenvolvimento sustentável e o modelo de zoneamento territorial. A terceira fase (2010–2025), reforçada pelo *Lima Action Plan*, traduz-se numa crescente valorização da dimensão socioecológica e da governança territorial. As Reservas da Biosfera passam a ser entendidas como "locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável", promovendo a participação dos stakeholders, a cogestão e a integração entre sociedade e natureza. Esta

evolução é igualmente destacada por Reed (2019), que enfatiza a importância de modelos participativos e colaborativos na gestão destes territórios. Já a quarta fase (2026–2035) reflete uma projeção que aponta para a necessidade de reforçar a resiliência territorial, a inovação e a resposta às alterações climáticas, consolidando o papel das Reservas da Biosfera como plataformas de experimentação de soluções sustentáveis e de transição socioecológica.

Tabela 1 - Evolução histórica das Reservas da Biosfera e seus paradigmas de gestão (1976–2035)

Fase	Período	Enfoque Dominante	Marcos Estratégicos
I	1976–1995	Conservação ecológica	Criação do Programa MAB da UNESCO.
II	1995–2010	Desenvolvimento sustentável	Estratégia de Sevilha. Consolidação das três funções complementares e implementação do modelo de zoneamento em áreas núcleo, de tampão e de transição.
III	2010–2025	Socioecologia e Governação Territorial	Plano de Ação de Lima. Reforço da governação participativa e da cooperação em rede com foco no desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais.
IV	2026–2035 (Projeção)	Resiliência, Inovação e Transição Climáticas	Estratégia Pós-2025. Foco na mitigação das alterações climáticas, na inovação tecnológica através da ciência aberta.

Fonte: Elaboração própria com base em UNESCO (1996, 2017, 2025) e Reed (2019).

Esta evolução é acompanhada pela expansão e consolidação da Rede Mundial de Reservas da Biosfera. Como sintetiza Yang (2024, p.3), "Desde meados da década de 1990, o Programa MAB tem-se concentrado na construção da Rede Mundial de Reservas da Biosfera (RB), cumprindo objetivos como a conservação da biodiversidade, a promoção do desenvolvimento económico sustentável nas comunidades, o reforço da investigação científica, a facilitação da partilha de informações e da troca de experiências e o fortalecimento da cooperação internacional".

Na atualidade, as reservas da Biosfera integram uma enorme área mundial:

"(...) abrange 759 sítios em 136 países, incluindo 25 sítios transfronteiriços. As reservas da biosfera, que cobrem mais de 5% da superfície mundial e acolhem mais de 270 milhões de pessoas, são consideradas "locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável". (Vovk, Muzurakis, & Tsioumanis, 2025, p. 2).

Na continuidade desta evolução, e face aos desafios contemporâneos, a Rede de Reservas da Biosfera tem vindo a adaptar-se a novos contextos globais. Neste âmbito, o 5.º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera (IISD, 2025) conduziu à aprovação de uma nova Estratégia e Plano de Ação para

o período 2026–2035, reforçando a cooperação internacional e o papel das Reservas da Biosfera como instrumentos de mitigação das alterações climáticas e inovação social. Conforme destacado pelo IISD, (2025, p.1):

"Os delegados endossaram o Plano de Ação Estratégica de Hangzhou (HSAP) 2026–2035, um roteiro abrangente que orienta o trabalho do Programa MAB e dos seus membros. Os seus três objetivos são: contribuir para a implementação dos acordos ambientais multilaterais e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável até 2030 e além; continuar a desenvolver o Programa MAB e a sua Rede Mundial de Reservas da Biosfera (WNBR), incluindo recursos humanos e financeiros, e reforçar a excelência da Rede; e desenvolver investigação e partilhar conhecimentos e lições aprendidas da WNBR para facilitar a visão de viver em harmonia com a natureza, alinhar-se com os ODS e inspirar e influenciar futuros sustentáveis e acordos pós-2030."

2.1.2. Funções, princípios e Reservas da Biosfera como "laboratórios vivos

Face à evolução conceptual e institucional das Reservas da Biosfera, torna-se agora fundamental compreender de que forma estes princípios se materializam nas suas funções e práticas de gestão, evidenciando o seu papel enquanto espaços de experimentação e aprendizagem para o desenvolvimento sustentável.

O conceito de Reserva da Biosfera procura compreender os mecanismos de convivência entre sistemas naturais e humanos em diferentes contextos bioclimáticos e geográficos, bem como as repercussões das ações humanas nos ecossistemas. Uma forma de clarificar esta noção consiste em analisar separadamente os seus dois termos constituintes. Segundo a publicação "O que é uma Reserva da Biosfera" do dicionário ambiental (O) ECO (2014, s.d.):

"(...) o termo "biosfera" refere-se a todos os elementos naturais que fornecem e permitem a vida na Terra, como o solo, a água e a atmosfera (...)", enquanto a "reserva" é "(...) uma determinada área de reconhecido valor que se pretende conservar para um uso sustentável". Assim, "Uma Reserva da Biosfera pode ser entendida, então, como uma área especialmente designada para aliar a conservação ambiental e o desenvolvimento humano sustentável".

Nesse âmbito, as *Technical Guidelines for Biosphere Reserves* definem que estas devem cumprir três funções essenciais e interdependentes:

(1) "Conservação – conservação da diversidade natural e bio-cultural.
(2) Desenvolvimento – apoio ao desenvolvimento económico, social e cultural sustentável.
(3) Apoio logístico – apoio e promoção de projetos-modelo, formação e educação para o desenvolvimento sustentável, bem como investigação e monitorização relacionadas com a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável ao nível local, tendo simultaneamente em consideração as escalas nacional e global." (UNESCO, 2021, p. 15).

A UNESCO e a literatura académica definem estas reservas como espaços de experimentação onde a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies coexiste com o desenvolvimento económico, social e cultural. Segundo a ZASNET (s.d.), este apoio assenta no "(...) apoio a projetos demonstrativos, educação ambiental, investigação e monitorização da conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável", funcionando como um ecossistema de aprendizagem que permite a partilha de experiências adquiridas. No âmbito do Programa *Man and the Biosphere*, as Reservas da Biosfera são definidas como "(...) onde se testam abordagens interdisciplinares para compreender e gerir as interações entre sistemas sociais e ecológicos e para desenvolver soluções locais para desafios globais." (UNESCO, s.d.).

Esta abordagem interdisciplinar é fundamental para gerir a complexidade dos territórios. De acordo com esta perspetiva, Trindade (in Green Savers, 2024), presidente do Comité Nacional MAB UNESCO, destaca:

"as Reservas da Biosfera são locais mais autênticos e amostras da nossa identidade", é um "espaço de aprendizagem, aberto a todos, onde se impulsionam soluções para uma vivência mais harmoniosa".

Neste contexto, a literatura tem vindo a alargar o conceito de paisagem, entendendo-a não apenas como realidade ecológica, mas como um espaço de interação social, cultural e política. Assim, as Reservas da Biosfera afirmam-se como territórios de governança e aprendizagem coletiva, onde se articulam diferentes atores, interesses e conhecimentos na construção de soluções sustentáveis (Leibenath *et al.*, 2012). Esta perspetiva converge com a ideia de "conservação com gente dentro" (Pimentel, 2024), que traduz a visão contemporânea da UNESCO: a preservação ambiental deve coexistir com o bem-estar e a identidade cultural das populações residentes. As reservas são, por isso, territórios de inovação social e ecológica, onde são testadas práticas de economia circular, turismo responsável e modelos de cogestão participativa.

No entanto, a literatura evidencia que a concretização equilibrada destas três funções enfrenta vários desafios. Um deles refere-se à função de desenvolvimento sustentável, uma vez que tende, por vezes, a assumir menor expressão face às exigências de conservação, gerando tensões entre a proteção ambiental e as necessidades socioeconómicas locais. Esta realidade reforça a importância de modelos de governança que permitam ajustar as prioridades às especificidades de cada território

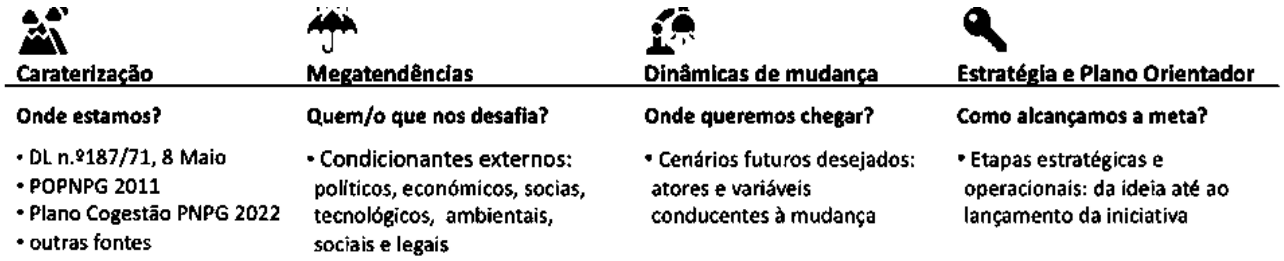
Estas diretrizes enfatizam que "A governança da biodiversidade requer a participação ativa de todos os *stakeholders:* trata-se de uma necessidade democrática, legitima as atividades de gestão e facilita a partilha de conhecimento (...)." (O'Riordan & Stoll-Kleemann, 2002; in Schliep & Stoll-Kleemann, 2010, p.919). Na prática, esta visão materializa-se através de mecanismos de governança multinível,

participação social e do uso de instrumentos de planeamento adaptativo, sendo o processo de gestão determinante para o sucesso das reservas enquanto sistemas socioecológicos ativos.

Neste contexto, a Economia Social emerge como um pilar fundamental na operacionalização da função de desenvolvimento. Em territórios como Arcos de Valdevez, organizações como os Baldios, as Cooperativas agrícolas e as Associações de Desenvolvimento Local (como a ARDAL) são práticas que privilegiam o bem-estar das populações e a gestão coletiva dos recursos em detrimento do lucro isolado. Estas entidades alinham-se com a visão de "conservação com gente dentro" preconizada pela UNESCO, assegurando que a sustentabilidade ambiental não ignore a viabilidade social e económica da comunidade.

A nível territorial, estes princípios materializam-se em instrumentos de planeamento estratégico. A gestão integrada das Reservas da Biosfera implica a articulação entre o diagnóstico territorial, a identificação de desafios e a definição de estratégias. Esta lógica é sintetizada na Figura 1, que apresenta um modelo estruturado de planeamento estratégico aplicado a territórios sustentáveis.

Figura 1 - Modelo de planeamento estratégico aplicado à gestão sustentável do território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés



Fonte: Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2023)

O Plano de Ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés 2022–2025 operacionaliza estes princípios em quatro eixos estratégicos: (1) "Imagem e identidade da reserva da biosfera transfronteiriça gerês-xurés"; (2) "Desenvolvimento Socioeconómico"; (3) "Conservação da Natureza"; e (4) "Participação social e integração da comunidade e dos atores que intervêm na RBTGX" (ICNF & Xunta de Galicia, 2022, p.61-66). Este modelo de gestão reforça a lógica de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha, promovendo a coesão territorial através da inovação e da sustentabilidade.

2.1.3 Gestão das Reservas da Biosfera em prol do desenvolvimento sustentável

Uma vez compreendidos os pilares funcionais e a natureza das Reservas da Biosfera enquanto "*laboratórios vivos",* torna-se fundamental analisar os mecanismos de gestão que permitem operacionalizar estes princípios no território.

No âmbito do programa MAB, a gestão assenta nas três funções já referidas, reforçadas por um contexto internacional exigente onde a *World Network of Biosphere Reserves (WNBR)* desempenha um papel crucial. Como afirmam Leguia-Cruz *et al.* (2024, p. 2), esta destaca-se pelo "(...) seu espírito, design geográfico e extensão, além da governança participativa explícita que deverá orientar as ações". Esta ideia *reforça a necessidade* da adoção de princípios ecológicos e socioeconómicos das reservas, e de modelos de governança participativa capazes de integrar diferentes formas de conhecimento e promover processos decisórios inclusivos.

A literatura recente destaca que as Reservas da Biosfera desempenham um papel estratégico na implementação da Agenda 2030, funcionando como espaços de experimentação e aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, articulando ciência, políticas públicas e comunidades locais (UNESCO, 2017). Atualmente, esta visão projeta-se no futuro através da preparação da nova Estratégia e do Plano de Ação 2026-2035, discutida no 5.º Congresso Mundial das Reservas da Biosfera. Este novo ciclo estratégico foca-se em prioridades deliberadas pelos Estados-membros para enfrentar desafios emergentes e procurar "caminhos inovadores para desbloquear financiamento e recursos" (IISD/ENB, 2025).

À escala local, o Plano de Ação 2022–2025 da RBTGX traduz estes princípios globais em mecanismos operacionais. Um exemplo central é a criação do Conselho Consultivo de Cooperação, que operacionaliza a governação participativa ao envolver diretamente a população local (ICNF, 2022). A coerência temporal deste sistema é assegurada por processos de adaptação contínua, legitimados pelas Technical Guidelines que definem Diretrizes Técnicas como "(...) um documento vivo, que se pretende rever para refletir a evolução do Programa Homem e Biosfera." (UNESCO, 2020, p. 2).

Esta natureza dinâmica permite à RBTGX integrar novas ferramentas, tais como os Sistemas de Informação Geográfica Participativa (PGIS) e a ciência cidadã, ajustando continuamente os instrumentos de planeamento através de sistemas de monitorização e avaliação (ICNF, 2022). A sustentabilidade deste modelo exige um quadro financeiro estável e diversificado. O alinhamento entre o global e o local reflete-se na necessidade de combinar fundos estruturais (tais como Interreg, LIFE, Horizon Europe) com receitas endógenas ancoradas no território, como o turismo de natureza qualificado e selos de

certificação. O Plano de Ação da RBTGX prevê, neste sentido, a preparação de candidaturas a programas nacionais e europeus para garantir a previsibilidade plurianual necessária à manutenção das equipas técnicas e ao planeamento por resultados (ICNF, 2022).

Contudo, a literatura evidencia um desfasamento frequente entre a definição estratégica e a capacidade de implementação à escala local. A eficácia destes instrumentos depende não só da sua existência formal, mas também da disponibilidade de recursos humanos qualificados, de financiamento estável e da articulação eficaz entre níveis de governação. Em muitos casos, a multiplicidade de planos, relatórios e mecanismos de monitorização pode refletir-se numa sobreposição institucional e fragmentação da ação, limitando a operacionalização dos objetivos estratégicos.

2.1.4. Gestão colaborativa e governança adaptativa nas Reservas da Biosfera

Apesar da importância dos instrumentos de planeamento e dos modelos de gestão na operacionalização das Reservas da Biosfera, a sua eficácia depende, em larga medida, da forma como diferentes atores se articulam e participam nos processos de decisão, tornando essencial analisar as dinâmicas de governança colaborativa e adaptativa.

No domínio da governação, emergem modelos de governança adaptativa e de *adaptive co-management* para lidar com a complexidade dos sistemas socioecológicos. Contudo, como referem Armitage *et al.* (2009), a sua implementação enfrenta constrangimentos associados à disponibilidade de recursos, à continuidade institucional e ao envolvimento efetivo dos atores locais, fatores que condicionam a operacionalização dos princípios participativos do Programa MAB.

Diferente de outras áreas protegidas que funcionam como "ilhas", a estrutura MAB é desenhada para permitir fluxos e conectividade. A valorização territorial das Reservas da Biosfera depende da articulação entre dinâmicas locais e modelos de cooperação institucional alargada. Nos casos em que a Reserva abrange territórios de mais do que um Estado, a cooperação transfronteiriça torna-se um elemento estruturante, refletindo o reconhecimento de que os sistemas socioecológicos e paisagísticos transcendem fronteiras administrativas.

No âmbito do Programa *Man and the Biosphere* (MAB), a UNESCO promove as Reservas da Biosfera Transfronteiriças como espaços privilegiados de governação multinível. A literatura converge na ideia de que estas reservas funcionam como plataformas de coordenação entre diferentes escalas de governação (internacional, nacional, regional e local), exigindo modelos de articulação institucional flexíveis. Conforme referido pelo Turismo de Portugal (s.d.), “Embora sob jurisdição nacional, cooperam

ativamente a nível regional, nacional e internacional, partilhando conhecimento, projetos e boas práticas no âmbito da Rede Mundial do Programa MAB".

Neste enquadramento, os municípios assumem um papel central como mediadores entre as orientações estratégicas globais e as dinâmicas territoriais locais, sendo particularmente relevantes na operacionalização de políticas de turismo sustentável, no ordenamento do território e na promoção da participação comunitária. Contudo, apesar do enquadramento normativo favorável, vários autores alertam que a cooperação transfronteiriça apresenta fragilidades operacionais decorrentes de diferenças administrativas, financeiras e políticas entre os Estados.

Estabelecida a base conceptual e a importância da governança nos sistemas socioecológicos, importa agora identificar os diferentes modelos e tipologias de gestão que permitem operacionalizar estes conceitos no contexto das áreas protegidas

Se a articulação de instrumentos e recursos representa um desafio à escala nacional, esta complexidade adquire uma nova dimensão na gestão transfronteiriça, onde a harmonização de diferentes sistemas jurídicos e administrativos se torna a peça central da governação. Segundo Ferreira *et al*. (2018, p.1), estas áreas "(...) têm como objetivo conciliar o desenvolvimento social e económico com a conservação da biodiversidade através de complexos arranjos espaciais e de governança".

Este princípio é validado por estudos que associam o sucesso da conservação ao bem-estar social como demonstram (Oldekop *et al.,* 2016, p. 133). "As áreas protegidas associadas a resultados socioeconómicos positivos tinham maior probabilidade de relatar também resultados positivos de conservação. Resultados positivos de conservação e socioeconómicos eram mais prováveis quando as áreas protegidas adotavam regimes de cogestão, empoderavam as populações locais, reduziam as desigualdades económicas e mantinham benefícios culturais e de subsistência". O quadro estratégico que rege estas dinâmicas é a *MAB Strategy 2015–2025* e a Declaração de Lima (UNESCO, 2016), que recomendam a integração entre o ordenamento do território e a resiliência climática. Atualmente, a rede prepara a Estratégia 2026–2035, que deverá reforçar a conservação baseada em evidências (IISD, 2025). Para operacionalizar esta visão, a gestão integrada recorre ao que Ostrom (2010, p. 552) define como governança policêntrica: um modelo com múltiplos centros de tomada de decisão que operam em diferentes escalas, promovendo um planeamento transversal e participativo.

Para a execução prática desta governança, é necessário um quadro de monitorização que vá além do tradicional *Periodic Review*. Embora este seja o instrumento clássico, Leguia-Cruz *et al.* (2024) alertam que este não deve ser apenas uma "lista de verificação", mas um processo alinhado com o envolvimento local. Surgem, assim, metodologias inovadoras tais como:

- Sistemas de Informação Geográfica Participativos (PGIS): Permitem identificar "paisagens multifuncionais" e valores bioculturais através da cartografia social (Cusens *et al.*, 2022).
- Ciência Cidadã: Ferramentas como o *iNaturalist* ou *eBird* reforçam a monitorização da biodiversidade e a literacia ecológica, integrando a comunidade na recolha de dados científicos (López-López *et al.*, 2024).

A eficácia da gestão depende, em última instância, do envolvimento ativo de todos os atores: administrações, comunidades, universidades e setor privado, ou seja, da coprodução de conhecimento. Como afirmam O'Riordan & Stoll-Kleemann (2002; in Schliep & Stoll-Kleemann, 2010), a participação é uma necessidade democrática que legitima a gestão. A integração entre o saber científico e o conhecimento local é o que permite que as Reservas da Biosfera cumpram o seu papel de disseminação de conhecimento (Hedden-Dunkhorst & Schmitt, 2020). O uso de métodos mistos que incluem inquéritos, PGIS e análise de redes sociais, facilita a inclusão de grupos heterogéneos, integrando as suas perceções em mapas de serviços de ecossistemas (García-Nieto *et al.*, 2015; Geneletti *et al.*, 2020; in Moreira *et al.,* 2024).

Apesar da robustez dos modelos de monitorização e das dinâmicas participativas anteriormente descritas, a transição da estratégia para a gestão operacional enfrenta um conjunto de desafios persistentes que condicionam a eficácia da governança integrada. Como refere a UNESCO (2020, p.51), "(...) os seus gestores/coordenadores têm de lidar com/gerir muitas intervenções diferentes em diversos níveis, simultaneamente direcionadas, por exemplo, para a proteção de espécies e habitats individuais, melhorias no ciclo da água, apoio à comercialização de produtos agrícolas, formação das comunidades locais e monitorização ambiental". Essa multiplicidade de níveis e atores traduz-se em complexidade institucional. A UNESCO (2020, p.51) reconhece que "A governação de todas as reservas da biosfera varia substancialmente ao nível nacional, regional (subnacional) e da própria reserva da biosfera", o que reforça o problema da fragmentação institucional e a necessidade de articulação multinível. E reforça: "(...) A participação requer tempo e recursos, mas geralmente é rentável a longo prazo, pois reduz conflitos e aproveita ideias inovadoras das comunidades." (UNESCO, 2020, p. 57).

A governação integrada da RBTGX enfrenta desafios estruturais que ameaçam a sua sustentabilidade a longo prazo:

- Crise Demográfica e Biofísica: O despovoamento e o envelhecimento populacional, aliados às alterações climáticas e à proliferação de espécies invasoras.
- Gestão do Território: A pressão turística e a necessidade de fiscalização constante.

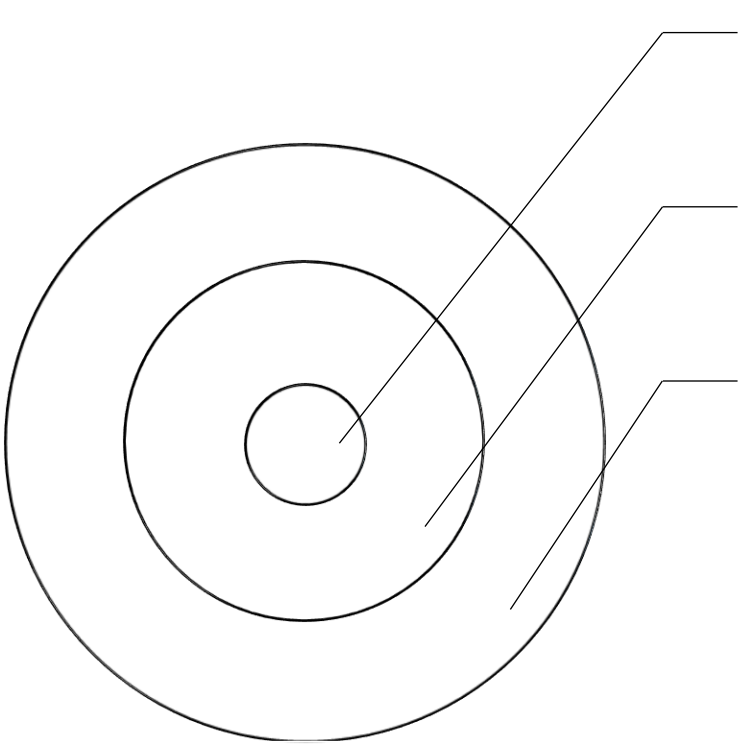
A atualidade demonstra que estes riscos não são meramente teóricos. Recentemente, a comunicação social alertou para o risco real de perda do selo "Reserva da Biosfera" em territórios ibéricos devido a falhas críticas na gestão turística e hoteleira (Anexo 1). Este caso é um exemplo claro

do desfasamento entre as diretrizes globais do Programa MAB e a sua execução local, sublinhando que a participação comunitária, embora exija tempo e recursos, é o único caminho rentável para reduzir conflitos e gerar inovação (UNESCO, 2020).

Para gerir esta complexidade, o programa adota o conceito de governança adaptativa. Segundo Folke *et al.* (2005), esta abordagem assenta em processos de aprendizagem social contínua e na promoção da resiliência dos sistemas socioecológicos. O objetivo não é manter os ecossistemas estáticos, mas garantir a sua capacidade de absorver perturbações mantendo as funções essenciais. Esta lógica é operacionalizada através de um modelo de zonificação funcional (ver Figura 2) que organiza o território em três áreas distintas:

"- Áreas principais: Constituem uma zona estritamente protegida que contribui para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variações genéticas
- Zonas tampão: Circundam ou confinam com a(s) área(s) central(is) e são utilizadas para atividades compatíveis com práticas ecológicas sólidas que podem reforçar a investigação científica, a monitorização, a formação e a educação.
Zonas de transição: A área de transição é onde as comunidades promovem atividades econômicas e humanas sociocultural e ecologicamente sustentáveis" (UNESCO, s.d.).

Figura 2 - Modelo de zonificação funcional e objetivos de gestão da Reserva da Biosfera



Fonte: Elaboração própria com base em UNESCO (2015; 2020)

A investigação científica nestas zonas pode transformar as Reservas da Biosfera em "regiões-modelo para transformações de sustentabilidade" (Dabard *et al.*, 2024), destacando o potencial destas áreas para promover abordagens inovadoras de desenvolvimento. Hoppstadius (2018, p. 1) afirma que "o turismo é uma expressão do modo como a sociedade funciona", sublinhando que as falhas de sustentabilidade da sociedade moderna são frequentemente amplificadas pelo setor turístico. Entre os impactos negativos, a UNESCO (2017) destaca a introdução de espécies invasoras e a pressão excessiva sobre os recursos naturais.

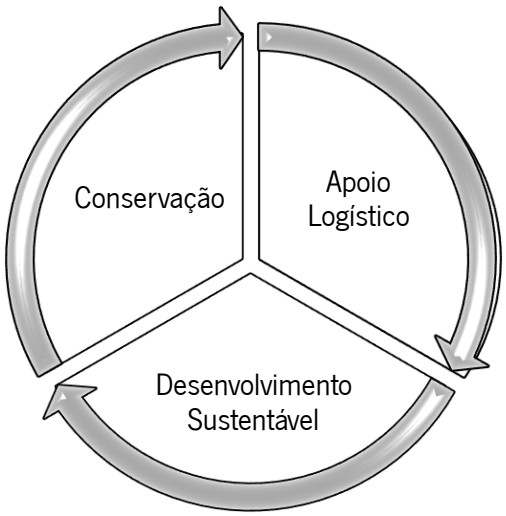
Apesar destes riscos, diversos territórios têm implementado modelos de gestão turística mais sustentáveis para mitigar esses efeitos e potenciar benefícios. Exemplos disso incluem estratégias de turismo de base comunitária com o objetivo de assegurar a conservação e o desenvolvimento rural na Reserva da Biosfera da Floresta de Majang, na Etiópia (Dabard *et al.*, 2024, p. 2077), bem como os modelos de gestão das Ilhas Galápagos e da Reserva da Biosfera de La Palma. Como referem Erg *et al.* (2012), Linde *et al.* (2001) e Sandwith *et al.* (2001), citados em Trillo-Santamaría e Paül (2016, p. 454), "A literatura dominante atribui importantes virtudes às áreas protegidas transfronteiriças, como a conservação, o desenvolvimento socioeconómico (no âmbito da sustentabilidade) e a promoção da paz e da cooperação." Em Portugal, a Reserva da Biosfera das Berlengas é frequentemente citada como exemplo de sucesso na aplicação de limites de capacidade de carga para mitigar os efeitos da pressão turística.

Como já referido, a literatura conceptualiza a governança destas áreas como *adaptive co-management,* um processo de gestão colaborativa que integra aprendizagem contínua, monitorização, participação efetiva e partilha de poder entre administrações, comunidades e ciência. Segundo Armitage *et al.* (2009, p. 95), este modelo baseia-se na "construção de confiança através da colaboração, do desenvolvimento institucional e da aprendizagem social", melhorando a capacidade de resposta aos complexos sistemas socioecológicos através de ligações horizontais (atores locais) e verticais (níveis de governo).

As Reservas da Biosfera são assim interpretadas como sistemas socioecológicos, onde os componentes ecológicos e sociais interagem de forma dinâmica e interdependente. Berkes e Folke (1998, in Raufflet, 2000) utilizam o conceito de resiliência como elemento estruturador para aproximar a investigação social da investigação ecológica. Esta integração pressupõe que o saber científico (Universidades e ICNF) possui o mesmo valor estratégico que o saber local/tradicional, gerando o que se denomina coprodução de conhecimento.

Para que a reserva atue como um "laboratório vivo", o equilíbrio entre as suas três funções essenciais, conservação, desenvolvimento e suporte logístico, é fundamental, conforme ilustrado na Figura 3:

Figura 3 - Funções complementares e integradas das Reservas da Biosfera



Fonte: Elaboração própria, adaptado de UNESCO (1996, 2017, 2020)

Apesar da robustez conceptual do modelo, a implementação prática enfrenta várias limitações. Em contextos de escassez de recursos técnicos ou de fraca continuidade política, a participação efetiva torna-se difícil de sustentar. A eficácia desta governança adaptativa depende, fundamentalmente, da confiança entre os atores e de mecanismos estáveis de coordenação interinstitucional. Estas limitações reforçam a necessidade de análises empíricas para avaliar como estes princípios teóricos se materializam efetivamente no terreno, uma vez que a obtenção da designação de Reserva da Biosfera pela UNESCO não assegura, por si só, a implantação automática de políticas públicas eficazes. A UNESCO (2020) sublinha que esta classificação deve ser acompanhada por estratégias de governação flexíveis, democráticas e inclusivas, que garantam uma distribuição equilibrada do poder entre os diversos *stakeholders* e o seu envolvimento nos processos de tomada de decisão.

Neste contexto, a literatura evidencia que a transição entre o reconhecimento simbólico e a gestão territorial efetiva constitui um dos principais desafios das Reservas da Biosfera. Dabard *et al.* (2024) demonstram que muitas destas áreas enfrentam dificuldades em afirmar-se como verdadeiros laboratórios de políticas públicas, sendo frequentemente utilizadas apenas como contextos logísticos

para investigação, em vez de objetos de análise em si mesmas, o que limita o seu potencial enquanto regiões-modelo para a sustentabilidade.

A relevância global deste modelo é atestada pela expansão contínua da rede: em 2025, seis países receberam a sua primeira reserva, enquanto São Tomé e Príncipe se tornou o primeiro Estado a ter todo o seu território designado como Reserva da Biosfera (UNESCO, 2025). Esta evolução evidencia o alargamento das responsabilidades destas áreas em matéria de conservação e participação comunitária. Consequentemente, torna-se necessário reforçar modelos de governança territorial mais flexíveis e dotados de recursos adequados, capazes de reduzir o desfasamento frequentemente identificado entre as orientações estratégicas globais e a sua implementação à escala local.

2.1.5 Reservas da Biosfera em Portugal e enquadramento no SNAC

Após a análise dos modelos de governança e das dinâmicas colaborativas que caracterizam as Reservas da Biosfera, torna-se pertinente compreender como se enquadram no contexto nacional, nomeadamente em Portugal.

Em Portugal, a proteção da natureza é enquadrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), que é "(...) constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, pelas áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado português." (ICNF, s.d.). A designação de Reserva da Biosfera por si só não constitui um regime jurídico autónomo, mas um estatuto de reconhecimento internacional que reforça a gestão, a governança e a captação de financiamento. Como sublinha Barros (2017), as questões ambientais assumem relevância histórica em Portugal, destacando-se o facto de que cerca de 20% do território continental integra a Rede Natura 2000, valor superior ao da Rede Nacional de Áreas Protegidas, que abrange aproximadamente 8% do território.

Para além da sua dimensão jurídico-institucional, as Reservas da Biosfera assumem um papel estratégico enquanto instrumentos de valorização territorial e posicionamento dos destinos no mercado turístico sustentável. Procura assim equilibrar a preservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconómico, articulando-se com a Rede Nacional de Reservas da Biosfera, que hoje integra 12 reservas, sendo estas "(...) resultado de um percurso que começou em 1981, com a classificação, pela UNESCO, da Reserva da Biosfera do Paúl do Boquilobo, incluindo atualmente a Ilha de Porto Santo (2020) como a mais recente reserva da biosfera portuguesa. As restantes 10 reservas da biosfera são Gerês/Xurês, Meseta Ibérica, Tejo/Tajo Internacional, Castro Verde, Peniche-Berlengas, Corvo, Graciosa, Flores, Fajãs de São Jorge e Santana, na Madeira." (Rollo, 2023, p.13).

2.2. Reservas da Biosfera e Desenvolvimento sustentável do turismo

Tendo em conta o enquadramento conceptual, funcional e institucional das Reservas da Biosfera, torna-se pertinente analisar o papel do turismo sustentável enquanto uma das principais dimensões operacionais destes territórios, articulando conservação ambiental, desenvolvimento socioeconómico e valorização territorial. Assim, o turismo não deve ser entendido apenas como uma atividade económica, mas como um instrumento de valorização do património natural e cultural, de dinamização das comunidades locais e de promoção de práticas compatíveis com a conservação dos ecossistemas.

A secção organiza-se em torno de duas dimensões principais: em primeiro lugar, o enquadramento conceptual do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável. Em segundo lugar, os referenciais estratégicos de planeamento sócio-económico e política de turismo que orientam esta relação, como a Agenda 2030, o Portugal 2030, o Norte 2030 e as Estratégias Turismo 2027 e 2035

2.2.1. Turismo Sustentável: Conceitos, Modelos e o Contexto das Reservas da Biosfera

Neste contexto, torna-se fundamental clarificar o enquadramento conceptual do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável, de forma a compreender os princípios que orientam a sua aplicação nas Reservas da Biosfera. De uma forma geral, o conceito de desenvolvimento sustentável assenta na conciliação entre crescimento económico, proteção ambiental e equidade social, procurando garantir que as necessidades presentes sejam satisfeitas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas próprias necessidades. No contexto das Reservas da Biosfera, este princípio assume particular relevância, uma vez que estes territórios procuram articular a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais.

Neste enquadramento, o turismo sustentável emerge como uma das principais dimensões operacionais das Reservas da Biosfera. Mais do que uma atividade económica, o turismo constitui um instrumento estratégico de valorização territorial, permitindo mobilizar recursos naturais, culturais e identitários de forma integrada. Segundo a Organização Mundial do Turismo (UN Tourism, n.d.), o turismo sustentável assenta num equilíbrio dinâmico entre as dimensões ambiental, económica e sociocultural, sendo aplicável tanto ao turismo de massas como a segmentos turísticos específicos. Assim, este modelo implica a utilização responsável dos recursos naturais, o respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs e a geração de benefícios económicos viáveis e distribuídos de forma equilibrada.

O turismo tem sido reconhecido como um importante instrumento de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a valorização do património, da diversidade e do diálogo intercultural (Robinson & Picard, 2006). No caso das Reservas da Biosfera, esta atividade assume particular importância, uma vez que permite valorizar recursos endógenos, promover o turismo de natureza e reforçar a ligação entre a conservação ambiental, a identidade territorial e o desenvolvimento local. Contudo, a literatura alerta que a concretização deste equilíbrio depende da capacidade de gestão dos territórios, sendo frequentes as tensões entre a valorização turística e a proteção dos ecossistemas.

No contexto das Reservas da Biosfera, esta visão é aprofundada pela UNESCO, que posiciona o papel do turismo enquanto ferramenta educativa e de conservação. Dada a crescente procura por atividades ao ar livre e pela fruição de ambientes naturais, "as áreas protegidas constituem espaços particularmente atrativos face à crescente procura por atividades ao ar livre e de fruição de ambientes naturais." (Eagles, McCool & Haynes, 2002, p.21). Estes territórios, pela sua riqueza paisagística e cultural, oferecem condições ímpares para o desenvolvimento do turismo de natureza, permitindo a dinamização socioeconómica das comunidades locais através de recursos endógenos (Leung *et al.*, 2018).

Neste contexto torna-se pertinente examinar os mecanismos de governança e gestão integrada que permitem operacionalizar os princípios do Programa MAB nas Reservas da Biosfera. Esta áreas são designadas no âmbito da UNESCO, sendo propostas pelo Estado e enquadradas pelos princípios definidos na Conferência de Sevilha (1995). A sua gestão deve respeitar os princípios da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, recorrendo ao apoio e à orientação do Secretariado do Programa MAB. Desde a adoção do seu Quadro Estatutário, em 1995, a Rede tem vindo a crescer de forma contínua, consolidando-se como um instrumento internacional de conservação e desenvolvimento sustentável.

Para responder aos desafios globais, o Conselho Internacional de Coordenação do Programa MAB (CIC-MAB) instituiu, em 2017, o Processo de Excelência, visando reforçar a qualidade e o desempenho destas áreas.

No contexto da União Europeia, muitas Reservas da Biosfera acumulam estatutos de proteção adicionais, nomeadamente como Sítios de Importância Comunitária (SIC), ao abrigo da Diretiva Habitats (92/43/CEE), e Zonas de Proteção Especial (ZPE), ao abrigo da Diretiva Aves. Estas classificações reforçam a proteção jurídica dos territórios e promovem a articulação entre a conservação da natureza e o ordenamento do território.

Neste contexto europeu, as áreas protegidas têm sido objeto de medidas legislativas que visam não só garantir o equilíbrio dos ecossistemas, mas também regular a ocupação dos territórios e as

atividades humanas. Pretende-se privilegiar uma perspetiva de análise que evidencie a interdependência entre ambiente e cultura. Numa conceção esquemática do meio ambiente são identificadas, segundo Ribeiro e Barros (1997, p.90; in Barros, 2017, p.344) duas perspetivas básicas:

1. "uma perspetiva naturalista que restringe ou privilegia o significado de meio ambiente e seus aspetos físicos e biológicos, dissociando a sociedade da natureza"
2. uma perspetiva socioambiental que, "além do ambiente natural, considera o meio antrópico ou humano".

Em 2011, a Comissão Nacional da UNESCO criou a Rede Portuguesa de Reservas da Biosfera, com o objetivo de promover a partilha de conhecimento científico, fomentar o turismo sustentável e dinamizar a cooperação entre territórios (Comissão Nacional da UNESCO, 2017). Neste contexto, o Plano de Ação de Portugal para a Rede Portuguesa das Reservas da Biosfera operacionaliza a Estratégia MAB 2015–2025 à escala nacional, promovendo a implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para o ODS 15 – Proteger a vida terrestre (UNESCO, 2017).

A Rede Portuguesa de Reservas da Biosfera desenvolve várias linhas de ação, incluindo a partilha de boas práticas, a promoção de atividades educativas e culturais, o reforço do turismo sustentável e a articulação institucional entre diferentes atores territoriais (Comissão Nacional da UNESCO, 2017).

A literatura tem destacado que as Reservas da Biosfera podem funcionar como marcas territoriais de qualidade e autenticidade no mercado turístico global. Nesse contexto, a perceção de autenticidade do destino assume um papel central na construção de relações duradouras entre visitantes e territórios. O estudo de Chen (2020), *The impact of destination brand authenticity and destination brand self-congruence on tourist loyalty: The mediating role of destination brand engagement*, demonstra que a autenticidade da marca do destino e a congruência entre a identidade do destino e o autoconceito do visitante influenciam positivamente o *engagement* com a marca do destino, reforçando simultaneamente a intenção de revisita e de recomendação. O autor evidencia ainda que o *engagement* com a marca do destino atua como variável mediadora, fortalecendo a ligação entre autenticidade percebida e lealdade turística. Estes resultados são particularmente relevantes para territórios como as Reservas da Biosfera, que procuram afirmar-se como destinos sustentáveis e autênticos, capazes de gerar experiências significativas e fidelizar visitantes.

No caso da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, o enquadramento jurídico resulta da articulação entre o Parque Nacional da Peneda-Gerês e os instrumentos europeus de conservação, incluindo o SIC Serras da Peneda e Gerês (Diretiva Habitats), a ZPE da Serra do Gerês (Diretiva Aves) e a Reserva Biogenética Matas de Palheiros-Albergaria. Como refere o Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, "(...) sendo Reserva da Biosfera Transfronteiriça, há todo um esforço comum

entre as entidades dos dois países na definição de metas e de prioridades de ação, o que contribui para consolidar a imagem do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés" (ICNF, 2022, p. 23). Entre os principais desafios identificados destacam-se:

- A conservação da biodiversidade, "(...) as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional (...)" (ICNF, 2022, p.98), o que implica "(...) reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da EU (...)" (ICNF, 2022, p. 98).
- O desenvolvimento socioeconómico sustentável, já que o plano prevê medidas que incluam conjuntamente as necessidades humanas e a proteção ambiental, passando pela "valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais", e incentivando a inovação e o empreendedorismo: "(...) promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social (...)" (ICNF,2022, p.98).
- A participação comunitária com o propósito de "(...) promover a participação pública e o envolvimento de todos os parceiros na programação, implementação e monitorização (...)" (ICNF, 2022, p.66).

Neste território, o turismo de natureza tem assumido uma importância crescente, nomeadamente através de atividades como percursos pedestres, observação da natureza e valorização do património cultural e gastronómico. Weaver (2006, p.30; in Barros, 2017, p.344) destaca a relevância das rotas patrimoniais, itinerários históricos e rotas gastronómicas como instrumentos de dinamização territorial, mais concretamente defende que "(...) há um conjunto de eixos que integram as tipologias mais difundidas referentes a atividades promovidas nas áreas rurais e naturais. É o caso das rotas turísticas patrimoniais, dos itinerários históricos e das rotas gastronómicas." (Hernandez *et al.*; in Barros 2017, p.344) reforçam ainda que "A gestão sustentável de qualquer destino turístico implica (...) indicadores (...) número de visitantes, densidade, satisfação e contribuição económica local".

Atualmente, o turismo sustentável encontra-se num processo de transformação, marcado pela integração de novas tendências como a digitalização, a economia circular e o turismo regenerativo. Estas dinâmicas refletem uma mudança de paradigma, o turismo deixa de ser visto apenas como consumidor de recursos e passa a afirmar-se como agente ativo de sustentabilidade.

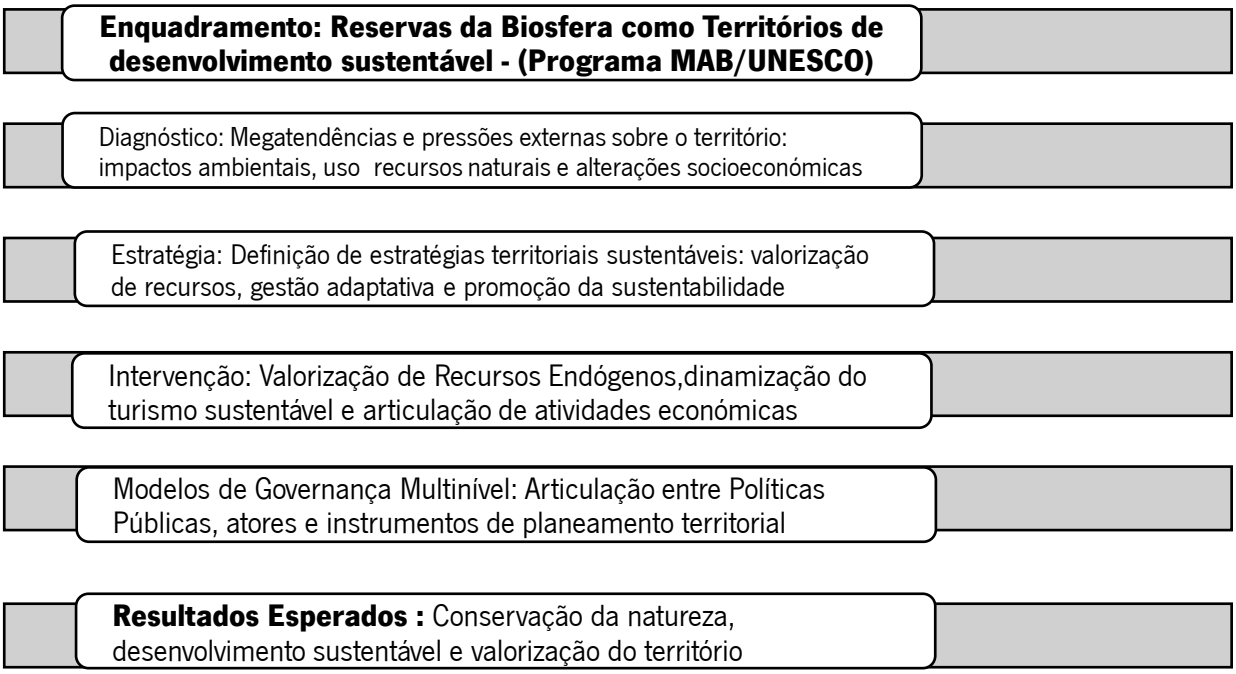
A transição digital tem permitido desenvolver ferramentas de monitorização em tempo real, nomeadamente ao nível da capacidade de carga dos destinos turísticos, contribuindo para reduzir os

riscos de *overtourism* e melhorar a gestão dos fluxos de visitantes. Estas soluções permitem uma gestão mais eficiente e informada dos territórios, reforçando a sustentabilidade das atividades turísticas.

Paralelamente, a economia circular assume uma maior relevância dado que o setor turístico é "altamente intensivo no consumo de água e energia, bem como gerador de resíduos sólidos e águas residuais" (Strippoli *et al.,* 2024, p. 2). A adoção de práticas circulares permite reduzir impactos ambientais, promover a eficiência de recursos e reforçar a sustentabilidade das atividades económicas.

Neste enquadramento, a sustentabilidade exige uma visão sistémica que integre os objetivos de conservação com as dinâmicas económicas locais. O modelo conceptual apresentado (Figura 4) ilustra esta relação, evidenciando o percurso desde as pressões sobre o capital natural até à construção de resultados sustentáveis, como a resiliência territorial e a valorização dos recursos endógenos.

Figura 4 - Modelo conceptual de planeamento estratégico aplicado à gestão sustentável da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés:



Fonte: Elaboração própria com base em CIM Alto Minho (2023), ICNF (2022) e UNESCO (2017).

Esta abordagem permite compreender uma mudança de paradigma no setor turístico, visto que este deixa de ser visto apenas como um consumidor passivo de recursos para se afirmar como um agente ativo de sustentabilidade regenerativa (Strippoli *et al.,* 2024; Amore *et al.*, 2025).

No contexto europeu, o *Green Deal* (European Commission, 2019) e a Agenda Europeia para o Turismo 2030 reforçam o compromisso dos Estados-membros em tornar o turismo mais verde, mais

digital e mais social. Relatórios recentes (2024) no âmbito do *Transition Pathway for Tourism* sublinham a necessidade de acelerar a neutralidade climática e a circularidade no setor.

No caso das Reservas da Biosfera, estas tendências articulam-se com modelos de desenvolvimento local assentes no empreendedorismo, na economia social e no turismo de base comunitária. Estes modelos promovem a participação ativa das comunidades, reforçando a coesão social e a sustentabilidade económica.

Segundo Pérez-Romero *et al*. (2025), o turismo pode beneficiar as comunidades locais desde que seja devidamente gerido e equilibrado com a preservação dos ecossistemas. Neste sentido, a valorização dos recursos endógenos e da identidade territorial assume um papel central.

A evolução do turismo sustentável reflete também uma reconfiguração do setor, passando de uma abordagem normativa para um paradigma mais operativo e territorializado, baseado na gestão adaptativa, na monitorização contínua e na criação de valor partilhado. No contexto das Reservas da Biosfera, esta transformação é particularmente relevante, uma vez que estes territórios funcionam como "laboratórios vivos" de inovação e sustentabilidade.

O sucesso do turismo sustentável nestes territórios depende, assim, da capacidade de integrar planeamento, regulação e participação, assegurando um equilíbrio dinâmico entre valorização turística e preservação dos valores ecológicos e culturais.

2.2.2. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Partindo do enquadramento conceptual do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável, importa agora analisar os principais referenciais estratégicos globais que orientam a sua implementação, com destaque para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Este quadro estratégico estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam responder de forma integrada aos desafios ambientais, sociais e económicos à escala global.

Neste âmbito, a UNESCO (2017) reconhece o Programa Man and the Biosphere (MAB) como um dos principais instrumentos para a implementação territorial da Agenda 2030, posicionando as Reservas da Biosfera como espaços privilegiados de experimentação e operacionalização dos ODS. Estas áreas funcionam como "laboratórios vivos", onde é possível testar soluções sustentáveis, conciliando conservação da natureza com desenvolvimento local.

Entre os objetivos mais diretamente relacionados com o turismo sustentável em Reservas da Biosfera, destacam-se:

- ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Económico): Através da criação de emprego local e da promoção da cultura e dos produtos locais;
- ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis): Pelo incentivo a práticas turísticas de baixo impacto;
- ODS 15 (Vida Terrestre): Pela conservação dos ecossistemas de montanha e biodiversidade.

A Declaração de Lima (UNESCO, 2016) reforça esta perspetiva ao afirmar as Reservas da Biosfera como regiões-modelo para a implementação de estratégias integradas e participativas de sustentabilidade. Esta abordagem é aprofundada pelo Lima Action Plan (UNESCO, 2017), que define orientações concretas para alinhar a gestão destas áreas com os objetivos da Agenda 2030.

Mais recentemente, a preparação do Hangzhou Strategic Action Plan 2026–2035 (UNESCO, 2025) evidencia a continuidade deste compromisso, sublinhando a necessidade de promover modelos de desenvolvimento mais resilientes, inclusivos e de baixo carbono. Neste sentido, as Reservas da Biosfera são cada vez mais entendidas como plataformas estratégicas para a transição sustentável, integrando políticas públicas, conhecimento científico e participação comunitária.

Deste modo, o enquadramento da Agenda 2030 permite compreender o papel do turismo sustentável não apenas como atividade económica, mas como instrumento de concretização de objetivos globais de desenvolvimento, reforçando a sua relevância no contexto das Reservas da Biosfera.

2.2.3. Portugal 2030, Norte 2030 e financiamento da sustentabilidade territorial

Neste contexto global, torna-se fundamental analisar de que forma os princípios da Agenda 2030 são operacionalizados à escala europeia e nacional, nomeadamente através de instrumentos de planeamento e financiamento como o Portugal 2030 e o Norte 2030. Estes instrumentos assumem um papel determinante na viabilização de políticas públicas orientadas para a sustentabilidade, incluindo no domínio do turismo e da valorização das Reservas da Biosfera.

No contexto europeu, este enquadramento é reforçado pelo Pacto Ecológico Europeu (European Commission, 2019) e pela Estratégia de Biodiversidade 2030, que posicionam a conservação da natureza e a transição climática como prioridades estruturantes. Neste âmbito, as Reservas da Biosfera são entendidas como plataformas privilegiadas para a implementação de soluções baseadas na natureza (SbN), contribuindo para a mitigação das alterações climáticas e para a restauração de ecossistemas degradados. De acordo com o Quadro Estatutário da Rede Mundial (UNESCO, 1996), estas avaliações integram o processo de *Periodic Review,* um relatório exigido aproximadamente a cada dez anos. Este mecanismo constitui um instrumento fundamental para a gestão adaptativa das reservas e para a

comparação internacional entre territórios da rede, em linha com as abordagens de governança socioecológica e aprendizagem institucional discutidas por Reed *et al.* (2019).

A nível regional, o Programa Regional Norte 2030 desempenha um papel central na viabilização económica destas políticas. Este instrumento permite financiar projetos de valorização territorial, nomeadamente ao nível das infraestruturas verdes e azuis, da conectividade ecológica e da gestão ativa de habitats. Como sublinha a Comissão Europeia (2020, p. 3), "investir na natureza significa igualmente investir em empregos locais e em oportunidades de negócio", evidenciando o potencial destas intervenções para gerar benefícios económicos e sociais.

Através deste enquadramento, torna-se possível transformar as Reservas da Biosfera em territórios com gestão efetiva de serviços de ecossistema, ultrapassando a sua dimensão simbólica enquanto "selo" de reconhecimento internacional. A canalização de recursos financeiros permite, assim, implementar projetos que seriam dificilmente executáveis apenas com base nos orçamentos locais, reforçando a capacidade de planeamento e intervenção territorial.

Contudo, a literatura identifica limitações associadas a este modelo de financiamento. A dependência de fundos estruturais, frequentemente organizada em ciclos temporais, pode gerar uma lógica de "projetização", caracterizada pela fragmentação das intervenções e pela dificuldade em assegurar a continuidade das estratégias a longo prazo. Esta intermitência financeira, aliada à complexidade administrativa dos processos de candidatura, pode ainda limitar a participação de atores locais de menor dimensão, contrariando os princípios de governação participativa preconizados pelo Programa MAB.

Neste contexto, a tradução das intenções políticas em ações concretas depende da mobilização de instrumentos financeiros e programáticos específicos, com especial ênfase para os fundos da União Europeia. No contexto europeu, a política de coesão tem sido o motor desta dinâmica, destacando-se programas como INTERREG e especificamente o POCTEP (Portugal-Espanha), financiado pelo FEADER, com grande importância para a PRBTGX, uma vez que estes instrumentos permitem transformar a fronteira administrativa numa plataforma de oportunidade através de projetos como o *"Gerês-Xurés Mais Sustentável" (2021-2027)*.

A literatura reconhece que estes programas são catalisadores essenciais ao viabilizarem ações que, de outra maneira, seriam inexequíveis à escala local. Conforme refere a Comissão Europeia (2024), o programa POCTEP apoia o desenvolvimento de planos de gestão conjunta destinados à proteção de habitats naturais transfronteiriços, bem como iniciativas de promoção do turismo sustentável e de valorização e preservação do património cultural.

No entanto, a literatura e a prática institucional identificam várias limitações críticas. Sendo uma das principais dependências de financiamento externo, assente em ciclos temporais curtos, o que fragmenta as intervenções e compromete a continuidade estratégica. A OCDE (2024, p. 92) corrobora essa preocupação ao salientar que assegurar um financiamento sustentável e adaptável para os organismos de governação transfronteiriça é fundamental para que estes possam alcançar os seus objetivos de desenvolvimento e manter o foco na resolução de desafios comuns ao longo do tempo, mesmo quando o financiamento destinado a projetos específicos de cooperação apresenta flutuações. Contudo, a realidade empírica revela um desfasamento entre este referencial normativo e a prática, uma vez que o financiamento destas estruturas é frequentemente precário e baseado sobretudo em contribuições dos membros que cobrem apenas os custos operacionais básicos (OCDE, 2024, p. 92). Esta fragilidade financeira reduz a capacidade de planeamento estratégico a longo prazo, reforça a dependência de projetos pontuais cofinanciados por fundos europeus e limita o impacto estrutural das intervenções, uma vez que muitas dinâmicas colaborativas tendem a dissipar-se após o término dos períodos de programação financeira.

Em suma, os programas europeus de financiamento são catalisadores essenciais para operacionalizar a gestão da RBTGX, permitindo viabilizar projetos de conservação e turismo que seriam inexequíveis apenas com recursos locais. No entanto, a sua eficácia é limitada pela "projetização" e pela precariedade financeira, exigindo modelos de governação mais estáveis e menos dependentes de ciclos externos.

2.2.4. Estratégia Turismo 2027 e Estratégia Turismo 2035

Para além dos instrumentos de planeamento e financiamento territorial, importa considerar os referenciais estratégicos específicos do setor do turismo, que orientam o seu desenvolvimento no contexto nacional. Neste âmbito, a operacionalização dos princípios do desenvolvimento sustentável no turismo é enquadrada por instrumentos estratégicos como a Estratégia Turismo 2027 e, mais recentemente, pela Estratégia Turismo 2035. Estes documentos refletem o alinhamento de Portugal com as diretrizes europeias e internacionais, nomeadamente a Agenda 2030 e o Pacto Ecológico Europeu, reforçando a importância de um modelo turístico mais sustentável, inclusivo e resiliente.

A Estratégia Turismo 2027 estabelece como principais objetivos a valorização do território, a qualificação da oferta turística e a promoção da sustentabilidade ambiental e social. Neste âmbito, destaca-se a aposta no turismo de natureza, no ecoturismo e na valorização dos recursos endógenos, particularmente relevantes em territórios de baixa densidade, como as Reservas da Biosfera. Estes

territórios são vistos como espaços privilegiados para a diversificação da oferta turística, contribuindo para a coesão territorial e para a dinamização das economias locais (Turismo de Portugal, 2017).

Paralelamente, instrumentos como o PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos) reforçam esta lógica ao promover projetos integrados de desenvolvimento regional, baseados na valorização do património natural, cultural e paisagístico. Estes programas articulam-se com as políticas de turismo sustentável, incentivando a criação de produtos turísticos diferenciadores e sustentáveis.

Mais recentemente, a Estratégia Turismo 2035 reforça e aprofunda esta abordagem, atribuindo maior centralidade à regeneração dos territórios, à transição climática e à promoção da coesão social (Turismo de Portugal, 2025). Este enquadramento traduz uma evolução conceptual do turismo sustentável para modelos de turismo regenerativo, nos quais o objetivo ultrapassa a mitigação de impactos negativos, passando a centrar-se na criação de valor positivo para os ecossistemas e para as comunidades locais.

No plano normativo, o Decreto-Lei n.º 116/2019 introduz o modelo de cogestão das áreas protegidas, promovendo uma maior proximidade entre as entidades gestoras, os municípios e as comunidades locais. Este modelo reforça a participação dos atores territoriais na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento, sendo particularmente relevante no contexto das Reservas da Biosfera.

Conforme sublinha o ICNF (2024), o principal desafio reside na operacionalização destes modelos de gestão adaptativa, assegurando o equilíbrio entre a conservação da biodiversidade e o usufruto turístico. Esta articulação exige mecanismos eficazes de planeamento, monitorização e participação, capazes de responder à crescente pressão sobre os territórios e aos desafios associados às alterações climáticas.

Deste modo, as estratégias nacionais de turismo evidenciam uma clara convergência com os princípios do desenvolvimento sustentável, reforçando o papel das Reservas da Biosfera como territórios-chave para a implementação de modelos turísticos mais equilibrados, inovadores e orientados para o futuro.

A literatura evidencia a importância da análise de experiências internacionais para identificar boas práticas e fatores críticos de sucesso na gestão integrada e na governança territorial. Esta abordagem permite extrair lições transferíveis para contextos específicos, como o da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, contribuindo para a melhoria dos modelos de gestão e para a adaptação a desafios comuns.

Estudos académicos e relatórios da rede MAB demonstram que várias reservas têm consolidado modelos inovadores que oferecem contributos valiosos para esta reflexão estratégica (UNESCO, 2017; Dabard *et al.,* 2024):

- Reserva Transfronteiriça Meseta Ibérica: Constitui uma referência direta para a RBTGX por partilhar a natureza transfronteiriça e os desafios do interior peninsular. Destaca-se pela sua estrutura consolidada de cooperação entre municípios portugueses e espanhóis (através do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial - AECT), com uma forte aposta na certificação de produtos locais e na criação de uma marca territorial única que promove a coesão socioeconómica (ZASNET, s.d.).
- A Reserva Tejo/Tajo: Distingue-se pelo desenvolvimento de mecanismos de gestão conjunta das bacias hidrográficas e pela implementação de programas participativos de educação ambiental, reforçando a articulação entre conservação e uso sustentável. (ICNF, 2022; UNESCO, 2021).
- Reservas da Biosfera dos Açores (Corvo, Flores, Graciosa e Fajãs de São Jorge): Representam uma referência no que concerne ao ecoturismo científico e à investigação aplicada. A integração bem-sucedida entre ciência cidadã, monitorização ambiental e participação comunitária nestes territórios insulares demonstra como o conhecimento científico pode ser um motor de qualificação da oferta turística e de literacia ecológica (UNESCO, 2021; ICNF, 2024).

Contudo, a governança e o turismo sustentável adquirem maior complexidade quando aplicados a territórios que atravessam fronteiras nacionais, o que reforça a relevância dos modelos de governação multinível no quadro do Programa MAB.

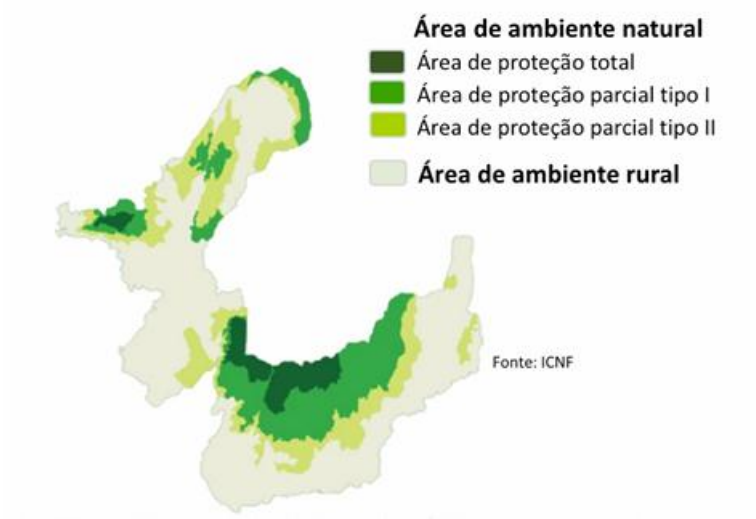
2.3. Reservas da Biosfera e a dimensão territorial

A concretização do turismo sustentável nas Reservas da Biosfera não pode ser dissociada dos modelos de governança e das dinâmicas de cooperação territorial que o sustentam, assumindo particular relevância nos contextos transfronteiriços, onde a articulação entre diferentes níveis de decisão se torna determinante. Como refere a UNESCO (s.d.), estas reservas devem ser 'lugares de aprendizagem' que oferecem soluções locais para desafios globais, integrando-se nos sistemas formais de planeamento (Dabard *et al.*, 2024), garantindo que as diretrizes globais tenham reflexo nos instrumentos de gestão local.

A operacionalização das políticas públicas de ordenamento do território materializa-se através da definição de diferentes regimes de proteção e uso do solo, que em Portugal são regulados pelo Sistema Nacional de Áreas Classificadas. A Figura 5 ilustra esta organização na RBTGX, evidenciando a

distribuição espacial das áreas de proteção e os diferentes níveis de condicionamento à intervenção humana.

Figura 5 – Plano de Ordenamento territorial do PNPG



Fonte: CIM Alto Minho (2023, p.14).

Esta estrutura de ordenamento exige uma governança adaptativa que promova a aprendizagem coletiva e o policentrismo (Folke *et al.*, 2005), exigindo que o saber científico e o saber local colaborem na coprodução de conhecimento (Armitage *et al.*, 2009). No terreno, esta estratégia materializa-se através de vários instrumentos de planeamento de diferentes escalas, tais como o Plano de Ação da RBTGX (ICNF, 2022) e ferramentas de monitorização participativa, como os Sistemas de Informação Geográfica Participativos (PGIS) (Cusens *et al.,* 2022, López-López *et al.,* 2024). Contudo, a eficácia deste modelo enfrenta problemas tais como a fragmentação institucional e a escassez de recursos, especialmente em contextos transfronteiriços. A análise de experiências como a Meseta Ibérica ou os Açores demonstra que o sucesso depende da capacidade de converter estes riscos em oportunidades (Moreira-Muñoz *et al.*, 2019), através de uma gestão inclusiva e da diversificação de mecanismos financeiros.

Embora o compromisso com a Agenda 2030 seja assumido a nível internacional e nacional, a sua eficácia depende da capacidade de execução à escala local, onde os municípios assumem um papel fundamental na governança e na intersecção entre a conservação e o desenvolvimento económico. A literatura reconhece, cada vez mais, como asseguradores da tradução prática dos princípios do

Programa MAB em políticas públicas concretas, projetos territoriais e mecanismos de participação comunitária.

No contexto português, esta relevância é acentuada pelo atual modelo de cogestão das áreas protegidas (Decreto-Lei n.º 116/2019), que transfere para os municípios uma responsabilidade acrescida na valorização destes territórios. Assim, os municípios desempenham funções estratégicas em quatro dimensões essenciais:

- 1. Ordenamento do território: Através da articulação dos Planos Diretores Municipais (PDM) com as diretrizes da UNESCO e da compatibilização entre usos do solo, conservação e atividades económicas;
- 2. Desenvolvimento socioeconómico: No apoio a redes de economia social, promoção de produtos endógenos e estruturação de uma oferta de turismo sustentável que valorize o selo "Reserva da Biosfera";
- 3. Interface Institucional: Atuando na mediação entre atores locais, entidades nacionais (como o ICNF), estruturas transfronteiriças e a UNESCO;
- 4. Dinamização da participação pública: Garantindo que as comunidades locais não são meras recetoras de políticas, mas agentes ativos nos processos de tomada de decisão.

Neste sentido, uma governança eficaz das Reservas da Biosfera exige uma abordagem multinível e policêntrica. Como refere Ostrom (2010), sistemas de governança policêntrica, baseados em múltiplos centros de decisão, tendem a apresentar maior capacidade de adaptação e resiliência em contextos de elevada complexidade socioecológica. Esta perspetiva é particularmente relevante no caso das Reservas da Biosfera Transfronteiriças, como a Gerês-Xurés (RBTGX), onde os municípios enfrentam o desafio de articular estratégias entre dois Estados (Portugal e Espanha) e de superar assimetrias administrativas na construção de uma identidade territorial partilhada.

É neste enquadramento que se insere o Município de Arcos de Valdevez, enquanto um dos atores territoriais centrais no lado português da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. A sua posição geográfica, o peso do património natural e cultural, bem como a sua intervenção em matéria de planeamento, turismo, ambiente e desenvolvimento local, tornam-no um caso particularmente pertinente para analisar de que forma a gestão municipal pode contribuir ou limitar a valorização sustentável da Reserva da Biosfera. Contudo, a literatura alerta que a capacidade de intervenção municipal é frequentemente condicionada por limitações financeiras e técnicas, especialmente em territórios de baixa densidade. Deste modo, a análise da atuação de Arcos de Valdevez, permitirá compreender em que medida o poder local consegue efetivamente assumir este papel estratégico na governação da Reserva da Biosfera.

2.3.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

A dimensão territorial das Reservas da Biosfera materializa-se através de instrumentos de planeamento e ordenamento do território que orientam a intervenção pública, sendo, por isso, fundamental analisar o enquadramento nacional, com destaque para o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Este foi revisto pela Lei n.º 99/2019 e é o instrumento estratégico de topo do ordenamento em Portugal. A sua função primordial é estabelecer uma visão prospectiva e integrada da organização do território, orientando o uso do solo e promovendo a articulação de políticas públicas numa base territorializada.

Segundo o referencial estratégico do PNPOT, a política territorial portuguesa assenta em princípios fundamentais de coesão territorial, que orientam a organização e o desenvolvimento equilibrado do território nacional. Entre estes princípios destacam-se os seguintes eixos:

- Governança Territorial e Abordagens integradas: Promove a cooperação entre diferentes níveis de governação e a articulação entre atores institucionais e sociais, promovendo uma maior coerência entre políticas setoriais e políticas de base territorial e contribuindo para uma maior eficiência e eficácia na implementação das políticas públicas (República Portuguesa, 2019).
- Valorização da Diversidade e Especificidade Territorial: Reconhece a importância das potencialidades locais e regionais, especialmente em territórios rurais ou de baixa densidade, promovendo estratégias de desenvolvimento ajustadas às especificidades de cada território e contribuindo para reforçar a coesão territorial.
- Sustentabilidade na Utilização dos Recursos e Capital Natural: Reforça a necessidade de promover uma economia baseada na eficiência de recursos e na preservação do património. O PNPOT assume que o bem-estar social depende diretamente do "capital natural", que deve ser valorizado como um ativo estratégico e diferenciador.

Neste cenário, o turismo sustentável emerge como uma estratégia-chave, particularmente nas Reservas da Biosfera, onde se procura equilibrar a exploração económica com a regeneração dos ecossistemas. A transição para um modelo de turismo de natureza qualificado, conforme previsto no PNPOT, exige uma perspetiva circular que considere os fluxos de materiais, energia e pessoas entre os territórios.

2.3.2. O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT-NORTE): Capital natural e valorização económica

A concretização das orientações definidas no PNPOT depende da sua operacionalização à escala regional, sendo, por isso, fundamental analisar o papel dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, com destaque para o PROT-NORTE.

Este visa reforçar o Sistema de Gestão Territorial alinhando-se com o PNPOT para promover um modelo territorial sustentável assente em cinco sistemas temáticos fundamentais: natural, social, económico, de conectividades e urbano (Figura 6):

Figura 6 - Os cinco Sistemas Temáticos do PROT-NORTE



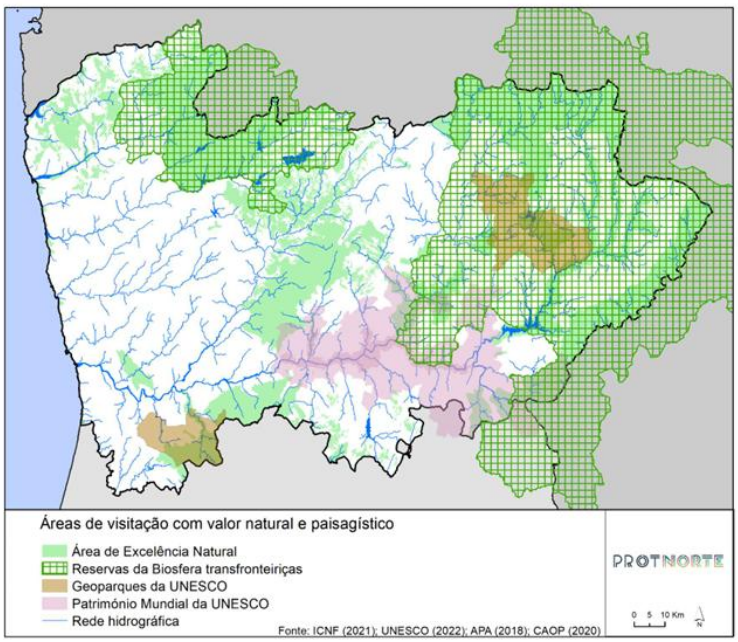
Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-NORTE) (2024).

Neste referencial, o turismo é identificado como um "setor vital e transversal" (CCDR-N, 2024, p.81), desempenhando um papel crucial na valorização do capital natural, especialmente em territórios com selo UNESCO. Para as Reservas da Biosfera, o programa preconiza medidas de sustentabilidade que convertem a conservação em valor social e económico, estruturada em três eixos fundamentais:

1. Interação Sociedade-Natureza: Através da criação de infraestruturas de visitação inclusivas e programas de educação ambiental;
2. Gestão Integrada do Destino: Envolvimento das comunidades locais e desconcentração da atividade turística para evitar a sobrecarga dos núcleos principais;
3. Sustentabilidade Operacional: Restauração de habitats, e fomento de uma agro-silvo-pastorícia sustentável.

A viabilização destas diretrizes é apoiada por instrumentos de programação como o Norte 2030 e o PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos). Estes mecanismos canalizam Investimentos Territoriais Integrados (ITI) para áreas críticas como a adaptação climática e a valorização de ativos territoriais. Mais do que meros instrumentos financeiros, os ITI asseguram que o desenvolvimento regional respeita princípios de coesão e inovação digital.

Figura 7 - Áreas de Visitação com valor natural e paisagístico na região Norte



Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-NORTE) (2024).

O PROVERE assume especial relevância, pois foi desenhado para combater o despovoamento em territórios de baixa densidade. Este programa promove redes de eficiência coletiva para a criação de "ecovilas" e produtos turísticos diferenciadores, garantindo que o património de Arcos de Valdevez seja um motor de competitividade. Estas estratégias são reforçadas pela cooperação no âmbito da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT), que consolida a articulação entre o Norte de Portugal e a Galiza.

A literatura científica corrobora esta visão, sublinhando que o sucesso das Reservas da Biosfera depende da sua inserção em "paisagens mais amplas habitadas por pessoas" (Zimmerer, 2006 in Prince, 2017, p. 30). Desta forma, as Reservas deixam de ser ilhas de conservação isoladas para se tornarem espaços de governação ativa onde a ciência, a economia e a política convergem através da ação conjunta de municípios, como Arcos de Valdevez, e das respetivas Comunidades Intermunicipais.

2.3.4. O Plano Diretor Municipal (PDM) de Arcos de Valdevez como instrumento de operacionalização local

Uma vez compreendido o enquadramento estratégico de âmbito nacional e regional, torna-se fundamental analisar o Plano Diretor Municipal (PDM) enquanto instrumento de operacionalização local, capaz de traduzir estas diretrizes na gestão quotidiana do território de Arcos de Valdevez. Como refere

a UNESCO (2015, p.22), “Os Estados e outras entidades com competências territoriais e de governação integram explicitamente as Reservas da Biosfera no desenvolvimento nacional e regional, no ordenamento do território, bem como na legislação, nas políticas e nos programas ambientais e noutros domínios setoriais, e apoiam estruturas eficazes de governação e gestão em cada Reserva da Biosfera”. Assim, este deixa de ser apenas um plano urbanístico e torna-se uma ferramenta de operacionalização local dos princípios do desenvolvimento sustentável no terreno.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 80/2015, o PDM estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, definindo a política de solos e o modelo de organização do território. No contexto das Reservas da Biosfera, este plano interfere diretamente na conservação ao estabelecer regimes de uso e ocupação que respeitam a zonagem funcional (núcleo, amortecimento e transição). Ao integrar a Estrutura Ecológica Municipal nas condicionantes do solo, o PDM assegura a força jurídica necessária para a proteção de habitats (ODS 15) e a gestão de riscos biofísicos, como incêndios e erosão (ODS 13).

No caso concreto de Arcos de Valdevez, o PDM (2020) operacionaliza a gestão da Reserva da Biosfera. A eficácia da proteção ambiental e do turismo sustentável no concelho assenta em três pilares regulamentares:

1. Zonamento e Solo Rústico (Artigo 12.º): A maior parte do território da Reserva está classificada como Solo Rústico, subdividido em "Áreas de Floresta de Conservação" e "Áreas de Proteção de Recursos Naturais". Nestas zonas, o regulamento restringe severamente a edificabilidade, permitindo apenas intervenções que visem a valorização dos recursos ou o turismo de natureza de baixo impacto.
2. Regime de Salvaguardas (Artigo 20.º): O PDM integra as servidões administrativas do Parque Nacional da Peneda-Gerês e da Rede Natura 2000. Esta articulação garante que as normas de proteção da Reserva da Biosfera têm força de lei imediata, impedindo qualquer uso do solo que comprometa os ecossistemas classificados pela UNESCO.
3. Turismo em Espaço Rural (Artigo 58.º): O regulamento de Arcos de Valdevez favorece a recuperação de edifícios existentes para fins turísticos, em detrimento de novas construções. Esta norma é fundamental para a estratégia da RB, pois promove a regeneração do património construído e evita a fragmentação da paisagem, um dos requisitos principais do Programa MAB.

Como reforça a Direção-Geral do Território (2020), o PDM é o mecanismo que transforma intenções teóricas em regulamentação concreta. No contexto de Arcos de Valdevez, a centralização desta informação no portal municipal (cmav.pt) reforça a transparência da governação e permite que o PDM atue como o verdadeiro braço executivo da Reserva da Biosfera, garantindo a proteção jurídica de habitats e a valorização dos recursos naturais e culturais.

2.4. Síntese da Revisão de Literatura

A revisão de literatura demonstra que as Reservas da Biosfera evoluíram de figuras clássicas de proteção ambiental para sistemas socioecológicos dinâmicos, funcionando como "laboratórios vivos" que contemplam diretrizes da Agenda 2030, a estratégia MAB da UNESCO e o futuro Plano de Ação de Hangzhou (2026-2035). Através de uma estrutura de governança adaptativa e policêntrica, estes territórios procuram equilibrar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconómico, utilizando a zonificação funcional e a coprodução de conhecimento (científico e local) como ferramentas para mitigar as pressões da crise climática e da demografia. No contexto do turismo, emerge um paradigma de sustentabilidade regenerativa, onde a digitalização e a economia circular transformam o setor num agente ativo de resiliência territorial e valorização da identidade local.

À escala nacional e transfronteiriça, a eficácia deste modelo depende da integração dos princípios voluntários da UNESCO em instrumentos jurídicos e financeiros robustos, como o PNPOT, o PROT-NORTE e os fundos europeus (POCTEP e Norte 2030). No caso da RBTGX, a cooperação entre Portugal e Espanha torna-se o eixo central para superar a fragmentação institucional, exigindo uma articulação multinível onde os municípios, com destaque para Arcos de Valdevez, assumem o papel de mediadores estratégicos. A análise conclui que a transição da "designação simbólica" para a "gestão efetiva" materializa-se na operacionalização local através do Plano Diretor Municipal (PDM), que confere força jurídica às salvaguardas ambientais e promove um empreendedorismo de base comunitária capaz de garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Capítulo III - Metodologia

O presente capítulo visa refletir sobre a questão metodológica adotada na elaboração desta dissertação. A investigação adota uma abordagem qualitativa, enquadrada num paradigma interpretativista. Esta opção justifica-se pela necessidade de compreender fenómenos complexos associados à gestão integrada da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX), a partir das perspetivas e práticas dos diversos atores (Creswell, 2007). O estudo assume um caráter exploratório e descritivo, dando destaque ao município de Arcos de Valdevez, uma vez que, entre os concelhos portugueses que a reserva contempla, este é aquele que maior procura e oferta turística apresenta (INE, 2020-2026) (Ver Anexo I e II). Conjuntamente com a análise qualitativa, permitiu uma abordagem e compreensão aprofundada do fenómeno, priorizando a riqueza interpretativa em detrimento da generalização estatística, característica deste tipo de abordagem.

3.1. Objetivos Geral e específicos da Pesquisa

Como referem Sá *et al.* (2021, p.25), a "(...) questão fundamental a ser colocada pelo investigador quando opta pela entrevista no seu desenho metodológico é perceber se esta técnica é adequada ao objeto e objetivo(s) de estudo e, consequentemente, à(s) questão(ões) de partida estabelecidas". Neste sentido, a adoção de uma abordagem qualitativa revela ser a mais adequada para responder à questão de partida e aos objetivos definidos. De forma a orientar o percurso metodológico e responder à questão de partida, "Qual a importância da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés e em que medida a sua gestão integrada e sustentável contribui para a valorização do turismo?", definiram-se os seguintes objetivos:

- Objetivo geral: Refletir sobre a valorização turística da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, apoiada numa gestão integrada e sustentável, tendo em conta o papel dos *stakeholders* com ênfase no Município de Arcos de Valdevez.

- Objetivos específicos:

- Identificar os recursos disponíveis da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés.
- Refletir sobre o planeamento socioeconómico e planeamento e ordenamento do território da região norte e do concelho de Arcos de Valdevez na sua interconexão com a valorização turística da reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés
- Avaliar o papel dos diferentes *stakeholders* na valorização turística sustentável da Reserva da Biosfera, assente na preservação/conservação do património cultural e do ecossistema, mantendo a sua entidade e autenticidade.
- Examinar de que forma os *stakeholders* associados à Reserva apresentam uma dinâmica interventiva do ponto de vista económico, social e ambiental.

Tendo em conta os objetivos definidos anteriormente, e considerando que "O método é o caminho percorrido e os passos dados para se atingir um determinado objetivo" (Carvalho, 2009; in Santos & Lima, 2019, p. 24), o percurso iniciou-se com uma revisão documental e bibliográfica, seguida da aplicação de um estudo de caso.

3.2. Estratégia de investigação: estudo de caso

A estratégia baseia-se num estudo de caso, centrado na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, com enfoque no Município de Arcos de Valdevez. Segundo Yin (2018), esta estratégia é adequada para a análise de fenómenos contemporâneos no seu contexto real, integrando múltiplas fontes de evidência, como entrevistas e documentos.

Importa sublinhar que este caso é considerado intrínseco e revelador, uma vez que a RBTGX é a única reserva da biosfera com carácter transfronteiriço em Portugal, integrando vários concelhos, nomeadamente Arcos de Valdevez. Este município funciona como uma unidade de análise representativa dos desafios de gestão local num território sob múltiplas camadas de proteção e jurisdição (UNESCO, ICNF, Red Natura 2000 e Autarquia).

Como observa Stake (1995; in Bryman, 2012, p.66), "(...) a investigação de estudo de caso preocupa-se com a complexidade e a natureza particular do caso em questão (...)". No contexto desta dissertação, como referido, Arcos de Valdevez é considerado representativo do que acontece nos outros municípios da reserva, uma vez que procura captar as circunstâncias e condições de uma situação comum no âmbito da gestão das Reservas da Biosfera (Yin, 2009 in Bryman, 2012). Para além do mais, e como referido, é o concelho português integrante da reserva que apresenta maior dinâmica turística.

3.3 Técnicas de recolha de dados

Para garantir a robustez dos resultados e a triangulação da informação, realizou-se uma revisão da literatura, com base nas plataformas Scopus, Web of Science, Google Scholar, entre outros, procedeu-se igualmente a uma análise documental, delimitação do guião e aplicação das entrevistas a um conjunto de *stakeholders.* Simultaneamente, também se recorreu, para considerar a procura e oferta turística, a um conjunto de indicadores estatísticos provenientes do INE, do TravelBI e do Sigtur, para caracterizar a oferta e procura turística.

3.3.1. Análise documental

Realizou-se uma análise cuidadosa de vários documentos institucionais e normativos, incluindo as escalas internacional, nacional, regional e local. Na escala internacional, destacam-se a UNESCO e os vários documentos enquadradores, relativos às Reservas da Biosfera. Em termos nacionais, os instrumentos associados especificamente a esta Reserva em estudo, concretamente, os documentos da Comissão de Direção Transfronteiriça. Adicionalmente, houve a preocupação de considerar os planos de ação do ICNF e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Programa Regional Norte 2030. A nível local, na medida em que se destacou o concelho de Arcos de Valdevez, contemplou-se o Plano Diretor Municipal (PDM), e por sua vez o PROT-NORTE , uma vez que o município se localiza na região Alto Minho.

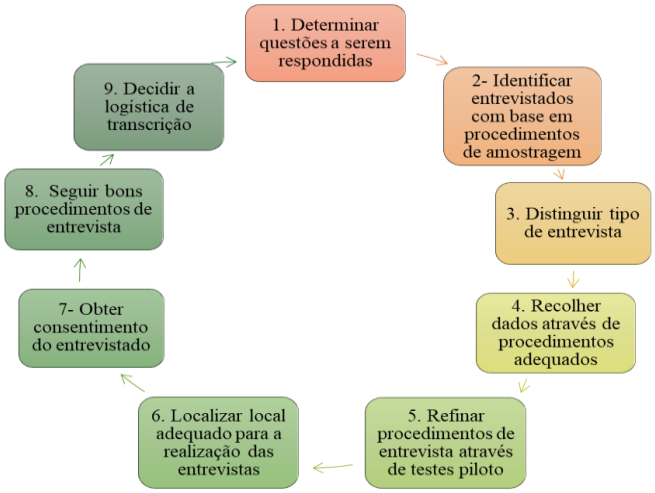
3.3.2 Entrevistas semiestruturadas

A entrevista "(...) é um instrumento privilegiado de troca de informações" (Minayo, 2018, p.142), tendo a necessidades na ótica dos *stakeholders* de perceber os recursos mais atrativos da reserva, aqueles que maior vocação turística tem, quais os instrumentos de planeamento do território que contribuem para o desenvolvimento sustentável da reserva, quais as medidas ou politicas publicas com maior impacto e quais os mecanismos usados para o avaliar, a eficácia da atual estrutura de financiamento e quais os desafios futuros que consideram que podem vir a existir.

Quanto ao grau de estruturação, as entrevistas podem ser classificadas como estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas (Sá *et al.*, 2021). No presente estudo, optou-se pela utilização do formato semiestruturado com respostas abertas. Esta tipologia baseia-se num guião previamente elaborado que permite flexibilidade na exploração de temas relevantes emergentes durante a entrevista. Desta forma, conjuga-se a sistematização das entrevistas estruturadas — onde, noutros contextos, o investigador atuaria como "mero compilador de dados" (Morgado, 2013 in Sá *et al.*, 2021, p. 19) — com a fluidez das entrevistas não estruturadas, onde o processo é mais "flexível e dinâmico" (Sá *et al.*, 2021, p. 19).

Para se obter os resultados necessários, ou seja, "(...) para que a técnica da entrevista possa repercutir-se no(s) objetivo(s) e finalidades do estudo, é determinante no plano da elaboração do instrumento de recolha de dados - guião de entrevista - que diversos fatores sejam atendidos, para que as etapas e os processos de construção, execução e análise da entrevista possam ser bem-sucedidos. Como tal, é no âmago deste processo de mediação que o investigador deverá refletir e assegurar, de forma inequívoca, o(s) objetivo(s) e a natureza do(s) assunto(s) sobre os quais ambiciona recolher informação (...)" (Sá *et al.*, 2021, p.26). Com base nas propostas de Creswell e Poth (2018 in Sá *et al.*, 2021), foram adotados os procedimentos sistematizados na Figura 8 e na Tabela 2 para a preparação e condução das entrevistas:

Figura 8 – Procedimentos de Preparação e condução de Entrevistas



Fonte: Adaptado de Creswell e Poth (2018, p. 232), in Sá *et al.* (2021, p. 27).

Tabela 2 - Sugestões de planeamento na utilização da técnica da entrevista

Fases	**Procedimentos e Sugestões**
Antes	Definir objetivo e finalidade; elaborar protocolo de consentimento informado; construir o guião; selecionar os entrevistados; definir logística (data/hora/local); preparar os investigadores.
Durante	Explicar o propósito da recolha; saber escutar (não condicionar); evitar perguntas indutoras; demonstrar interesse genuíno; enquadrar perguntas sensíveis; manter neutralidade; usar perguntas de aquecimento; pedir esclarecimentos adicionais.
Depois	Registar observações comportamentais e contextuais; transcrever os registos; facultar cópia ao entrevistado para validação da veracidade e exatidão.

Fonte: Adaptado de Sá *et al.* (2021, p. 27).

O guião (ver Apêndice A) é composto por 10 questões, construídas de forma a captar as perceções sobre recursos, governação e desafios futuros. Para responder a essas entrevistas foi contactado formalmente um conjunto de 22 entidades (via e-mail, telefónica e presencialmente), incluindo representantes do governo central (Pasta concreta do Ambiente), um dirigente da Comissão de Direção Transfronteiriça e respetivas equipas técnicas, assim como a nível de governação territorial as autarquias das freguesias que integram a zona núcleo do município e duas empresas turísticas. Em termos de governação territorial também foram contactados a Xunta de Galicia (DXPN), a P. N. Baixa Limia – Serra do Xurés, os Concellos de Lobios e Entrimo (Galiza).(Lista disponível no Apêndice B.) A seleção dos entrevistados baseou-se em critérios de relevância e diversidade, procurando assegurar a representação de diferentes perspetivas e níveis de intervenção no território.

Este resultou em 7 entrevistas realizadas, a um governante do Setor do Ambiente, um representante do ICNF, três Presidentes de Junta e uma empresa turística (Painel de entrevistados descrito no Apêndice C).

3.3.3. Caracterização do Painel de Entrevistados

A seleção seguiu uma amostragem intencional, privilegiando informantes com envolvimento direto na gestão e no planeamento. Como já referido, foram contactadas formalmente 22 entidades, incluindo representantes de Portugal e Espanha, das quais resultaram 7 entrevistas realizadas.

O painel final abrange os três pilares fundamentais da gestão: o político-institucional (Secretaria de Estado e Juntas), o técnico-estratégico (ADERE-PG e Turismo) e o económico-operacional (Setor Privado).

3.4 Técnicas de análise de dados

A análise dos dados recolhidos seguiu o método de análise de conteúdo categorial proposto por Bardin (2011), que permite identificar, categorizar e interpretar padrões de significado presentes no discurso. Este processo sistematizou-se nas seguintes etapas:

1. Pré-análise: Transcrição Integral das gravações da entrevista em notas e texto e leitura aprofundada.
2. Exploração do Material (Codificação e Categorização): Organização das respostas em temas (ex.: Governação, Constrangimentos, Futuro).
3. Tratamento dos resultados e interpretação: As categorias foram definidas através de uma abordagem mista. Partiu-se de categorias dedutivas e integraram-se categorias indutivas.

Numa primeira fase, procedeu-se à pré-análise, que incluiu a transcrever as entrevistas e ler exaustivamente as respostas destas, com o objetivo de familiarização com os dados. Na segunda fase, correspondente à exploração do material, realizou-se a codificação e categorização dos dados, organizando as respostas em categorias e subcategorias centrais. Esta foi realizada manualmente, tendo como unidade de registo segmentos de significado relevantes no discurso dos entrevistados, correspondentes às suas perceções, interpretações e posicionamentos relativamente aos temas em análise.

Na terceira fase, procedeu-se ao tratamento dos resultados e à sua interpretação. A definição das categorias de análise resultou de uma abordagem mista, combinando uma lógica dedutiva, baseada na revisão da literatura (nomeadamente categorias como governança, participação e sustentabilidade),

com uma lógica indutiva, permitindo a emergência de subcategorias a partir dos dados empíricos, como limitações operacionais, perceção de eficácia institucional e desafios de cooperação transfronteiriça.

Este processo possibilitou captar não apenas dimensões previamente definidas teoricamente, mas também elementos emergentes do discurso dos entrevistados, reforçando a profundidade interpretativa da análise. Procurou-se ainda garantir a consistência da análise através da aplicação sistemática dos critérios de categorização e da revisão iterativa das categorias.

3.5. Considerações Éticas

A presente investigação pautou-se pelo cumprimento estrito de princípios éticos. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e os termos da sua colaboração. Dada a natureza institucional das funções exercidas pelos entrevistados e a relevância dos seus cargos para a compreensão do fenómeno em estudo, foi obtida a autorização expressa para a identificação nominal e institucional. Garante-se, contudo, a confidencialidade no tratamento de dados sensíveis e o uso exclusivo das informações para fins académicos, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e os princípios dos PRME.

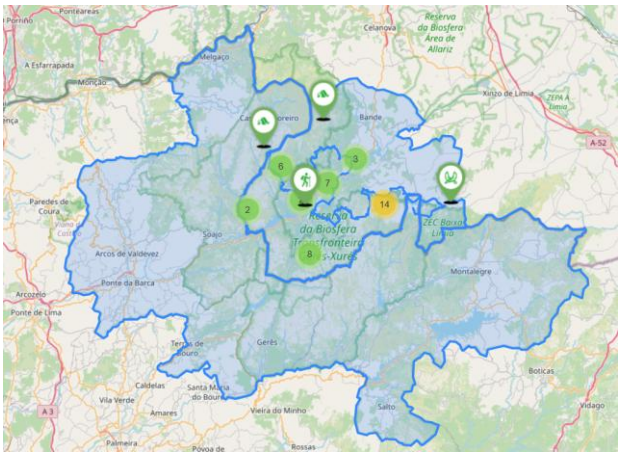
Os procedimentos alinham-se com os princípios dos PRME (*Principles for Responsible Management Education*), assegurando uma investigação ética e socialmente responsável.

Capítulo IV - Estudo de Caso: Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

4.1. Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés: Breve enquadramento geográfico

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX), reconhecida pela UNESCO em 2009, constitui uma das áreas de maior riqueza natural e cultural da Península Ibérica (Figura 9):

Figura 9 - Delimitação territorial Reserva Transfronteiriça Gerês-Xurés



Fonte: Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. (s.d.).

A criação desta reserva foi aprovada a 27 de maio de 2009, pelo Conselho Internacional de Coordenação do programa "Homem e a Biosfera" (MAB) durante uma reunião realizada em Jeju, na Coreia do Sul, passando a integrar a "Rede Mundial de Reservas da Biosfera". (ICNF, 2022, p.3). Esta área protegida resulta da união transfronteiriça entre o Parque Nacional da Peneda-Gerês (criado em 1971, em Portugal) e o Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés (constituído em 1993, em Espanha). Segundo o *Programa MAB da UNESCO* (s.d.), abrange "(...) seis municípios em Espanha, Bande, Calvos de Randín, Entrimo, Lobeira, Lobios e Muíños e inclui ainda cinco municípios do norte de Portugal, Montalegre, Terras de Bouro, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Melgaço" (CPLP MAB, 2023, s.d.).

O seu reconhecimento como Reserva da Biosfera visa promover a "conservação da Natureza e da Biodiversidade", "o desenvolvimento sustentável" e a "sensibilização pública" (ICNF 2021, p.52). A sua missão é proteger os valores naturais e culturais da região, promovendo um equilíbrio sustentável entre as necessidades das populações, a conservação da diversidade biológica, a promoção do desenvolvimento económico e a conservação dos valores culturais. Como é característico das reservas da UNESCO, este território destaca-se por um vasto património ambiental, incluindo espécies endógenas, autóctones e produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP).

Segundo o *Plano de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês* a estratégia passa por:

"(...) implementar um modelo de gestão de proximidade, criando uma dinâmica partilhada de valorização da área, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões social, económica, ecológica, territorial, paisagística e cultural, incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação (...)" (Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, 2022, p.19).

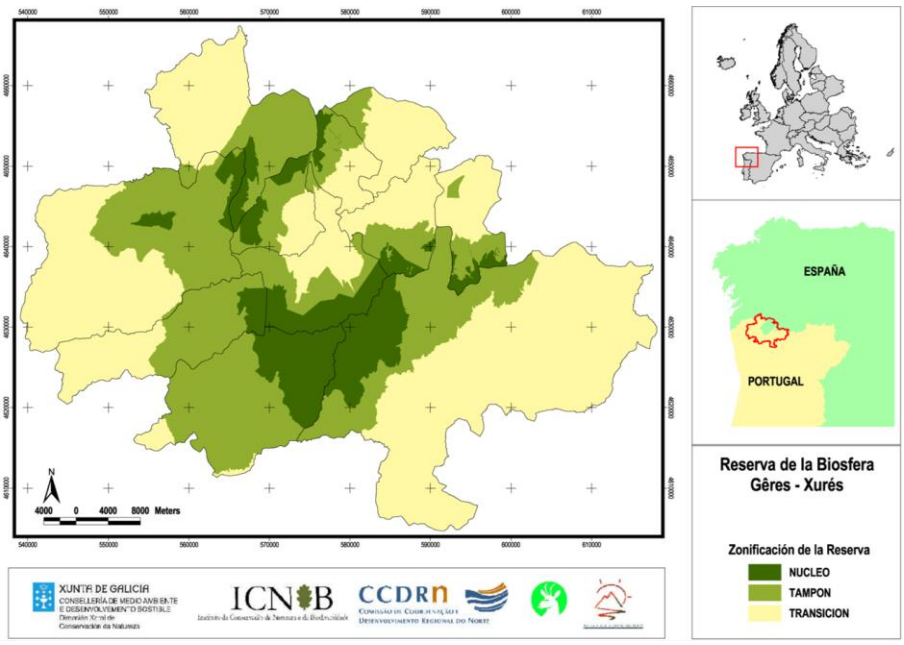
Complementarmente, os objetivos definidos pelo ICNF e pela Xunta de Galícia (2022) sublinham a importância de apoiar o restauro de processos ecológicos, gerir a conservação no contexto das mudanças climáticas e promover o turismo sustentável através da valorização dos recursos existentes e do envolvimento das comunidades locais.

Neste cenário, as Reservas da Biosfera funcionam como "laboratórios vivos" onde a conservação se articula com o desenvolvimento socioeconómico sustentável (UNESCO, 2022). A RBTGX exemplifica esta simbiose através de figuras como os baldios, que unem a economia social ao território, sendo esta valorização reforçada pela marca *Gerês-Xurés Biosphere*.

Os municípios, com particular destaque para Arcos de Valdevez, assumem o papel de mediadores críticos neste processo. Como apontam Plummer e Fennell (2009), a governação deve focar-se em abordagens participativas que integrem sistemas humanos e naturais num modelo socioecológico coeso. Esta perspetiva é reforçada pelo conceito de "serviços dos ecossistemas", fundamentais para o bem-estar humano e para a gestão eficiente das reservas (Kermagoret & Dupras, 2018).

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés localiza-se entre o norte de Portugal e a Galiza, que partilham uma vasta diversidade biofísica e cultural conforme ilustrado na Figura 10:

Figura 10 - Localização Geográfica da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, evidenciando os limites administrativos, principais altimetrias e continuação ecológica



Fonte: Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. (s.d.).

A delimitação por concelhos, apresentada na Figura 11, permite observar a distribuição administrativa da Reserva, que abrange uma superfície total de 259 657 ha. Destes, 62 819 ha (24%) situam-se na Galiza e 196 838 ha (76%) em território português (ICNF, 2022).

Figura 11 - Limites Administrativos e localização geográfica da RBTGX por municípios



Fonte: Plano Estratégico do Parque Nacional da Peneda-Gerês (2022)

4.2. Caracterização territorial da RBTGX: contexto ecológico, paisagem cultural e estrutura de governação

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés constitui um território singular na Península Ibérica, articulando o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés. O seu reconhecimento pela UNESCO, em 2009, colocou este território no centro das políticas internacionais de conservação e de experimentação de modelos inovadores de desenvolvimento sustentável, reforçando sua importância enquanto espaço de experimentação desses modelos.

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés inscreve-se em gradientes atlântico-mediterrânicos (Regos *et al.*, 2015), condição que favorece a alta beta-diversidade e a existência de refúgios climáticos de montanha (Morelli *et al.*, 2016). A integridade da sua rede hidrográfica, nomeadamente as bacias dos rios Lima e Cávado, sustenta habitats ripícolas prioritários e serviços de ecossistema essenciais, como a regulação hidrológica (Padilha *et al.*, 2024).

O relevo é fortemente acidentado, apresentando altitudes que variam entre os 60 metros (Albufeira de Touvedo) e os 1545 metros (Pico da Nevosa), sendo:

"(...) dominado pelos planaltos de Castro Laboreiro (1340 m) e da Mourela (1380 m), (...) onde se destacam as serras da Peneda (1340 m), Soajo (1430 m), Amarela (1350 m) e do Gerês (1545 m) (...)" (ICNF, s.d., p. 35).

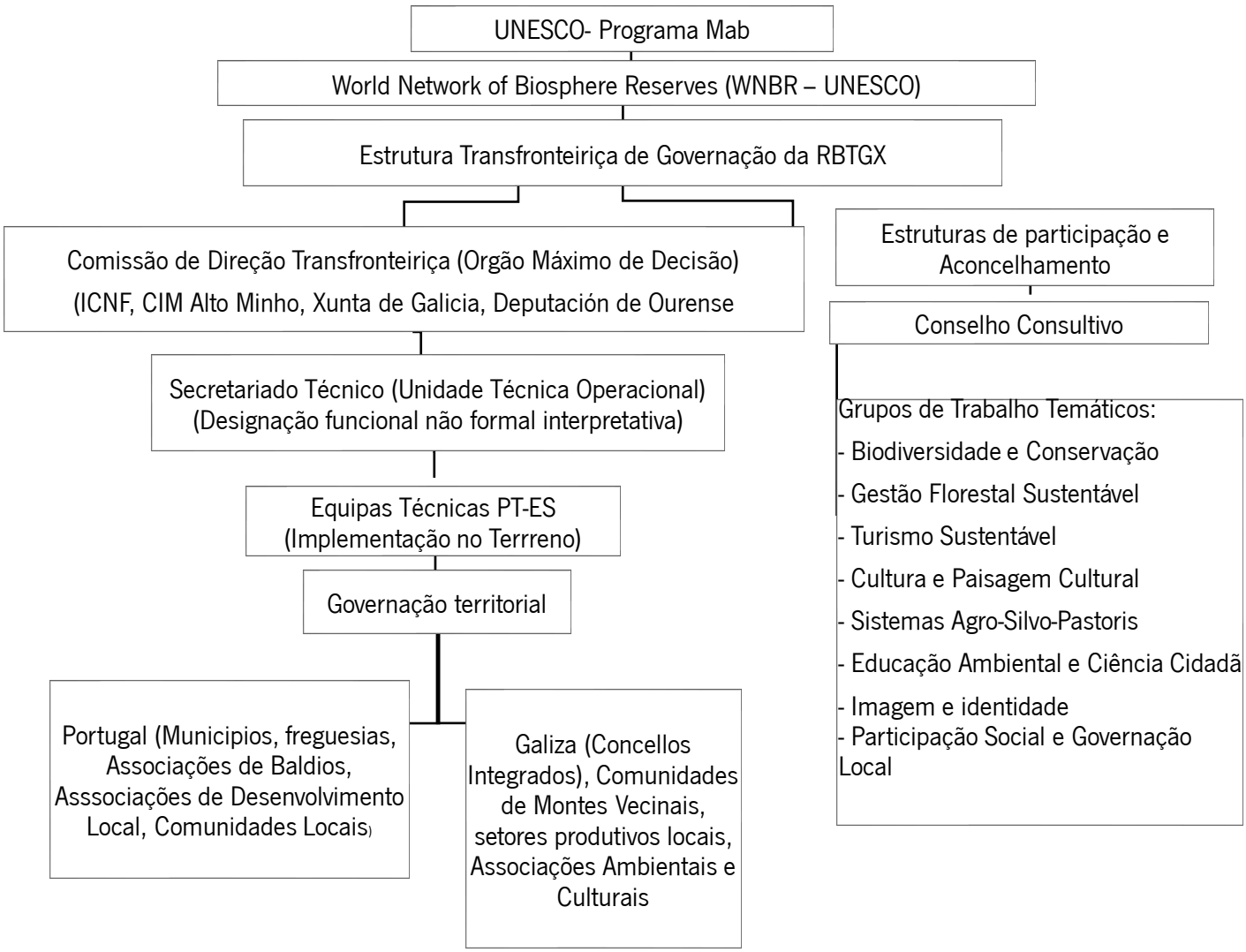
Esta heterogeneidade ambiental (ICNF, 2022) traduz-se na coexistência de ecossistemas montanos, florestais e ribeirinhos, tais como carvalhais autóctones de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*, turfeiras de altitude, e matos subalpinos. Do ponto de vista faunístico, a reserva acolhe espécies emblemáticas e bioindicadoras, como o lobo ibérico (*Canis lupus signatus*), o garrano, a águia-real (*Aquila chrysaetos*) e o corço (*Capreolus capreolus*).

A RBTGX incorpora uma paisagem cultural viva, onde vários elementos, tais como os espigueiros, as brandas e inverneiras ou os socalcos agrícolas, ilustram a adaptação histórica das comunidades ao meio natural. Um pilar central desta organização são os baldios, terrenos comunitários geridos pelas populações locais através de assembleias de compartes. Segundo Luz (2019), "o baldio é imprescindível como espaço de pastagem, mas também como fonte de matos, um dos recursos centrais do sistema agrícola de subsistência" (p. 218), desempenhando um papel crucial na prevenção de incêndios rurais, já que "pretendia-se mimetizar a dinâmica secular da atividade regular e contínua do pastoreio, garantindo medidas preventivas que diminuíam a probabilidade de incêndio" (Luz, 2019, p. 127). Assim, a formalização de planos de gestão comunitária, com pagamentos por serviços de ecossistema, é vista como uma estratégia para dar escala a estas práticas tradicionais e reforçar a resiliência territorial.

A governação da reserva assenta num modelo multinível que articula as funções de conservação, desenvolvimento e apoio logístico (UNESCO, 2025), conforme a Figura 12:

- Comissão de Direção Transfronteiriça: Órgão político superior (ICNF, Xunta de Galícia, CIM Alto Minho e Deputación de Ourense) que define estratégias e aprova planos de ação.
- Comissão de Cooperação Transfronteiriça e Equipas Técnicas PT-ES: Corpos técnicos responsáveis pela execução prática, monitorização e gestão de bases de dados geolocalizados.
- Conselho Consultivo e Grupos de Trabalho Temáticos: Instâncias que garantem o envolvimento de *stakeholders*, associações e comunidades locais, promovendo uma governação colaborativa e participativa (Curtet *et al.,* 2024).

Figura 12 - Estrutura de Governação da Reserva Transfronteiriça Gerês-Xurés



Fonte: Elaboração própria com base no Plano de Ação da RBTGX 2022-2025 (ICNF, 2022) e em UNESCO (2024).

A Comissão de Direção (nível político) e a Comissão de Cooperação (técnica) asseguram a coordenação transfronteiriça, apoiadas por Equipas Técnicas PT-ES (ICNF e Xunta). O modelo é fortalecido pelo Conselho Consultivo e Grupos de Trabalho Temáticos, garantindo a participação de autarcas, associações e comunidades locais no planeamento e gestão (UNESCO, s.d.; Curtet *et al.*, 2024).

Atualmente, a Reserva enfrenta vulnerabilidades críticas que complexificam a sua gestão:

- Demografia: Índices de envelhecimento elevados e despovoamento (INE, 2021; IGE, 2023), que fragilizam a manutenção das práticas tradicionais. No lado português, os Censos de 2021 mostram índices de envelhecimento extremamente elevados: Terras de Bouro (286,67), Arcos de Valdevez (372,15), Melgaço (357,93), Ponte da Barca (335,10) e Montalegre (388,23) (INE,

2021). No lado galego, a tendência demográfica é semelhante, segundo o Instituto Galego de Estatística, em muitos concelhos rurais "a evolução deste indicador no tempo reflete o despovoamento (...)", associada à quebra da base demográfica ativa e à perda progressiva de população jovem (IGE, 2023, p.3). Paralelamente, verifica-se um processo contínuo de envelhecimento, evidenciado pelos dados oficiais que assinalam que "A idade média da população continua a aumentar ano após ano, e atualmente situa-se nos 48,36 anos" (IGE, 2023, p.4).

- Pressão Turística: Necessidade de gerir a capacidade de carga, de forma a evitar danos sociais e ambientais (Silva *et al.*, 2023).
- Alterações Climáticas: Aumento do número de incêndios e expansão descontrolada de espécies invasoras, exigindo deteção precoce e resposta rápida (EDRR).

Simultaneamente, destacam-se oportunidades como o crescimento do turismo de natureza qualificado, a valorização de produtos locais (mel, carnes DOP) e o dinamismo de redes de empreendedorismo jovem (Rollo *et al.*, 2023).

Este esforço está alinhado com a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e o *European Green Deal*, que reforçam a necessidade de restauração de habitats e resiliência ecológica. Estas dinâmicas alinham-se com a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e o *European Green Deal*. A consolidação da RBTGX requer, assim, uma gestão ativa que minimize impactos cumulativos, promova circuitos curtos de comercialização e valorize os serviços de ecossistema, garantindo a aceitação social das medidas de conservação e a melhoria da experiência do visitante.

4.3. O turismo no concelho de Arcos de Valdevez: Procura e Oferta

Após a caracterização territorial da RBTGX, importa analisar a dinâmica turística específica do concelho de Arcos de Valdevez. Esta análise foca-se na procura e na oferta turísticas, permitindo compreender a evolução da atividade e o seu contributo estratégico para o desenvolvimento sustentável do território. O concelho tem-se afirmado como um destino de referência no interior da Região Norte, tirando partido da sua localização privilegiada num território de excecional valor ecológico. A sua integração parcial no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e na RBTGX constitui o eixo central da sua identidade turística, posicionando o município como um polo aglutinador de turismo de natureza.

Nos últimos anos, observa-se um crescimento impulsionado pela mudança de paradigma dos consumidores, que privilegiam destinos de baixa densidade, autenticidade e contacto direto com o património natural e cultural.

4.3.1.Análise da Procura Turística

A análise da procura turística em Arcos de Valdevez permite avaliar não só a evolução quantitativa da atividade, mas também o posicionamento do território no quadro da sustentabilidade. A Tabela 3 sintetiza os indicadores base que orientam esta análise, com base em dados adaptados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Tabela 3 - Dados Sobre Indicadores da Procura Turística (2017-2023)

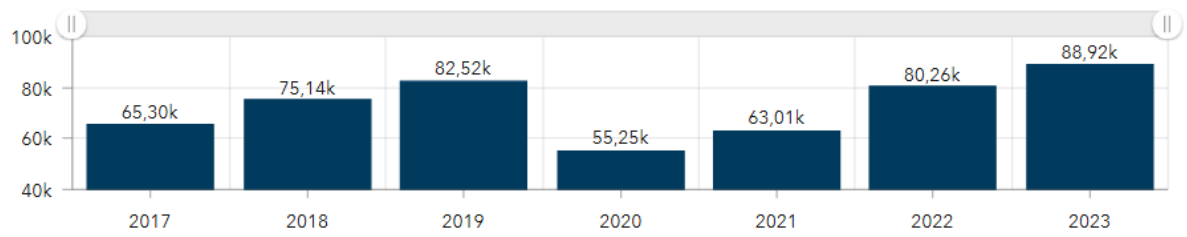
NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1 (1)		Período de referência dos dados (4)	Proporção de hóspedes não	Estada média (N.º) nos		Dormidas (N.º) nos		Hóspedes (N.º) nos	
				Tipo (estabelecimento	Total	Tipo (estabelecimento	Total	Tipo (estabelecimento	Total
			%	N.º		N.º		N.º	
Norte	11	2023	54,7		x		x		x
		2021	35	1,8		6142067			x
		2017	50,2	1,8		9008846		4892605	
Alto Minho	111	2023	36,3		x		x		x
		2021	23,7	1,9		604354			x
		2017	33,2	1,9		655006		351621	
Arcos de Valdevez	1111601	2023	22,8		x		x		x
		2021	13,2	2,1		63010			x
		2017	20,6	1,9		65301		33815	

Fonte: INE (2023)

Para compreender a escala desta dinâmica, importa observar o contexto regional onde o concelho se insere. O Anexo II (Gráfico II.1), relativo ao número de dormidas na NUTS II – Norte em 2024, evidencia um setor em clara expansão, atingindo cerca de 14,1 milhões de dormidas, sendo o mercado internacional responsável por mais de 60% da procura total.

Este contexto regional reflete-se no desempenho local. Conforme evidenciado no Gráfico 1, Arcos de Valdevez acompanhou esta tendência de crescimento, registando aproximadamente 88,9 mil dormidas em 2023, o que confirma a crescente atratividade do destino no período pós-pandémico, e o suplantar em 2023 os valores pré-Covid.

Gráfico 1 - Evolução do número de dormidas em Arcos de Valdevez (2017-2023)

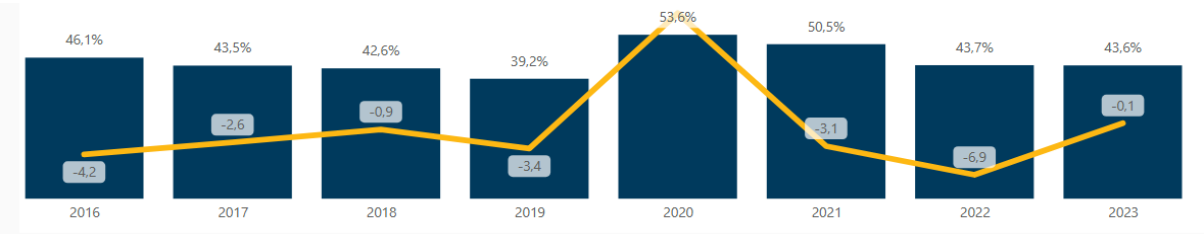


Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2026)

Contudo, a análise da sazonalidade revela uma fragilidade estrutural. A comparação entre os dados regionais (Anexo II, Gráfico II.2) e os valores locais evidencia que o concelho apresenta níveis superiores à média regional (34,5%). Como ilustrado no Gráfico 2, a taxa de sazonalidade atingiu um pico de 53,6% em 2020, mantendo-se em 40,8% em 2023. Estes dados indicam uma concentração da procura muito focada nos meses de verão e períodos festivos.

Este diferencial é particularmente crítico no contexto de uma Reserva da Biosfera, pois a concentração da procura nos meses de verão não só aumenta o risco de incêndios florestais e a pressão sobre os recursos hídricos, como também dificulta a sustentabilidade económica das empresas locais, que operam em regime de "picos" de atividade, impedindo a criação de emprego estável e qualificado durante todo o ano. A estratégia municipal para mitigar a acentuada sazonalidade reflete-se na dinamização de uma agenda cultural e de eventos diversificada (disponível em cmav.pt), que inclui eventos gastronómicos e observação de estrelas no inverno, cujo objetivo é atrair fluxos turísticos para o centro histórico e para as áreas rurais fora da época alta, transformando o património imaterial e gastronómico em alavancas de sustentabilidade económica durante todo o ano.

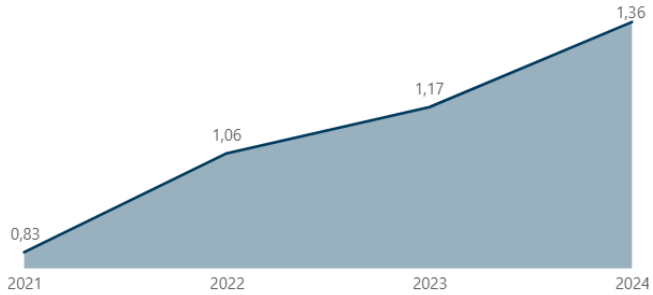
Gráfico 2 - Evolução da Taxa de Sazonalidade no concelho de Arcos de Valdevez



Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2026)

A análise da intensidade turística permite avaliar o impacto da procura sobre a população residente. O Anexo II (Gráfico III.3) demonstra a evolução deste indicador ao nível regional, evidenciando uma recuperação progressiva após o período pandémico. De acordo com esta tendência, o Gráfico 3 indica que a intensidade turística em Arcos de Valdevez atingiu 1,17 em 2023, um valor considerado moderado, sugerindo um equilíbrio entre visitantes e residentes.

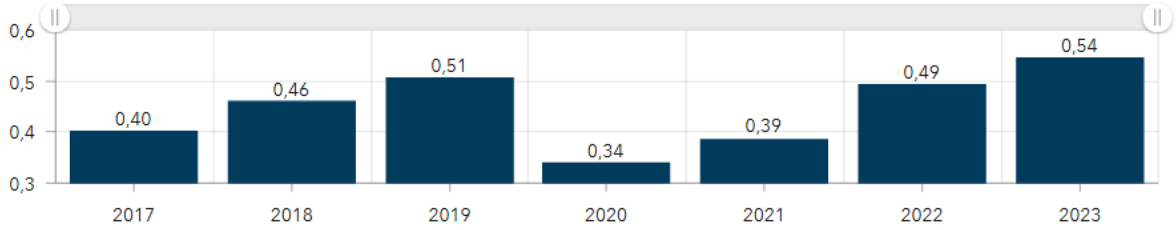
Gráfico 3 - Evolução da Intensidade Turística em Arcos de Valdevez



Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2026)

Esta perceção é reforçada pela análise da densidade turística. Enquanto o Anexo IV (Gráfico 3.1.4) apresenta a evolução regional, o Gráfico 4 demonstra que o concelho mantém níveis reduzidos deste indicador. Este resultado sugere que o crescimento da procura não se traduziu, até ao momento, numa pressão territorial excessiva, permitindo preservar a integridade ecológica do território e evitar fenómenos de *overtourism*.

Gráfico 4 - Evolução da Densidade Turística no concelho de Arcos de Valdevez



Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2026)

Em síntese, os indicadores analisados evidenciam que Arcos de Valdevez se encontra numa fase de afirmação turística, caracterizada por um crescimento sustentado da procura, ainda que marcado por uma elevada sazonalidade e por padrões de permanência de curta duração, com uma estada média de aproximadamente 1,9 noites. Este padrão sugere a predominância de visitas de curta duração,

O desafio futuro para o Município de Arcos de Valdevez reside na capacidade de:

- Dinamizar a procura nas épocas baixas, reduzindo a sazonalidade ainda elevada.
- Aumentar o tempo de permanência no território através da diversificação da oferta.
- Monitorizar a capacidade de carga para garantir que o crescimento da intensidade turística não comprometa os ecossistemas protegidos.

4.3.2. Análise da Oferta Turística

Após a análise da procura turística, torna-se fundamental examinar a estrutura da oferta, de forma a compreender em que medida esta acompanha e sustenta o crescimento da atividade no território. A Tabela 4 apresenta um conjunto de indicadores relativos à concentração e qualidade da oferta turística, permitindo uma análise comparativa entre a NUTS II – Norte, o Alto Minho e o concelho de Arcos de Valdevez.

Os indicadores apresentados revelam uma realidade particularmente relevante. Arcos de Valdevez apresenta uma capacidade de alojamento de 132,7 camas por 1.000 habitantes, valor significativamente superior à média da NUTS II – Norte (62,8). Este resultado indica que, apesar da sua baixa densidade populacional, o concelho assume um papel relevante enquanto polo de acolhimento turístico no contexto da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés.

Contudo, esta forte capacidade instalada não é acompanhada por um nível equivalente de qualificação da oferta. A percentagem de qualidade da oferta (15,3%) é significativamente inferior à média regional (40,4%), sugerindo que o crescimento tem sido predominantemente quantitativo, com forte incidência no alojamento local.

Neste sentido, torna-se evidente a necessidade de reforçar estratégias de qualificação, orientadas para a valorização do turismo de natureza e para a criação de experiências diferenciadas, alinhadas com os princípios de sustentabilidade da UNESCO.

Tabela 4 - Indicadores da Oferta subdivididos na NUTS II-Norte, Alto Minho e Arcos de Valdevez

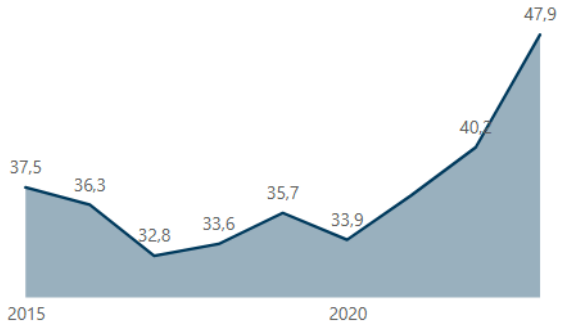
Indicadores	NUTS II Norte	Alto Minho	Arcos de Valdevez
Capacidade de alojamento (n.º)	225 121	27 399	2 750
Empreendimentos turísticos	95 808	12 047	1 131
Alojamentos turísticos	129 313	15 352	1 619
Capacidade de alojamento por km²	10,6	12,3	6,1
Empreendimentos turísticos por km²	4,5	6,9	2,5
Alojamentos turísticos por km²	6,1	5,4	3,6
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	62,8	118,5	132,7
Empreendimentos turísticos por 1000 habitantes	26,7	66,4	54,6
Alojamentos turísticos por 1000 habitantes	26,1	52,1	78,1

Qualidade da oferta (%)	40,4%	21,2%	15,3%
Concentração da oferta (%)	19,55%	12,22%	9,97%
Concentração de agentes de animação turística (%)	19,7%	9,2%	10,7%
Concentração de agências de viagem e turismo (%)	27,8%	7,9%	9,5%

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI. (2026)

A evolução da capacidade instalada confirma esta tendência. O Anexo II (Gráfico II.5) apresenta a evolução regional do número de camas por 1.000 habitantes, enquanto o Gráfico 5 evidencia o posicionamento destacado de Arcos de Valdevez neste indicador, registando o valor de 132,7, mais do dobro da média da região Norte (62,8). Este resultado posiciona o concelho como um importante polo de acolhimento turístico no contexto da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés.

Gráfico 5 - Evolução da Capacidade de Alojamento do Concelho de Arcos de Valdevez: Número de Camas por 1000 residentes



Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2026)

A eficiência da utilização desta capacidade pode ser analisada através das taxas de ocupação. Os dados apresentados no Anexo II evidenciam uma recuperação significativa destes indicadores após o período pandémico, tanto a nível nacional como regional, refletindo uma maior otimização da capacidade instalada. Adicionalmente, a análise por tipologia de alojamento demonstra que os estabelecimentos hoteleiros apresentam níveis de ocupação superiores aos do alojamento local, sugerindo uma maior valorização da hotelaria convencional por parte da procura.

Do ponto de vista económico, o setor do turismo assume uma importância crescente, refletida no aumento das receitas e do proveito médio por dormida. Esta tendência indica uma valorização

qualitativa da procura, criando oportunidades para territórios como Arcos de Valdevez reforçarem o seu posicionamento através da qualificação da oferta.

Em suma, quanto à qualidade e aos serviços complementares, observa-se que Arcos de Valdevez apresenta uma percentagem de qualidade de oferta de 15,3% (Tabela 4), valor inferior à média regional, o que sugere a existência de margem para a qualificação dos empreendimentos. Em contrapartida, a vitalidade do ecossistema de apoio é visível na concentração de agentes de animação turística (10,7%) e agências de viagens (9,5%), valores que superam a média do Alto Minho. Estes resultados indicam que o território apresenta uma capacidade relativa significativa, exigindo uma gestão equilibrada entre a conservação ambiental e a dinamização turística, em linha com o estatuto de Reserva da Biosfera.

4.4. Análise das perceções dos *stakeholders* sobre a valorização turística da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

A análise qualitativa das perceções recolhidas junto dos *stakeholders* permitiu identificar um conjunto estruturado de visões sobre a gestão e o desenvolvimento sustentável da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX).

Para ilustrar de forma sintética os conceitos predominantes que sustentam estas categorias, apresenta-se na Figura 13 a Nuvem de Palavras. Esta representação visual permite perceber os termos mais recorrentes utilizados pelos entrevistados:

Figura 13 - Nuvem de Palavras com frequência de termos e conceitos-chave do discurso dos *stakeholders*.



Elaboração própria (2026), com base no NVIVO 15

A leitura da Figura 13 permite extrair várias conclusões, primeiramente, observa-se que se destacam pela sua centralidade palavras como “Turismo”, “desenvolvimento”, “Sustentável”, “Gestão”, “Reserva”.

Destacam-se também palavras como “desafios”, “recursos”, “políticas”, “património”, “stakeholders”, “turístico”, “projetos”, “participação”, “economia”, “integrada”, “comunidades”, “cultural” entre outras, pelo que podemos subentender que estes são considerados pelos entrevistados requisitos fundamentais para o funcionamento de uma reserva. O termo cultural reflete a importância dada a este e como está enraizado na própria reserva, pelo que reforça a necessidade de não comprometer o modo de vida da comunidade. A participação e projetos refletem também a necessidade de envolver a população na gestão.

Palavras menos destacadas, mas que também aparecem na imagem são “mecanismos”, “cooperação”, “inovação”, “investimento”, “associações”, entre outras, sendo também essenciais para um bom funcionamento de uma reserva, pode-se dizer, por exemplo, que sem investimento e inovação para corresponder aos efeitos da globalização a gestão da reserva não é concretizada eficazmente.

Analisando pormenorizadamente a resposta das entrevistas, verifica-se um consenso elevado visto que 100% dos entrevistados referem tradições e etnografia como o recurso atrativo do ponto de vista patrimonial, mais do que um entrevistado sublinha elementos específicos como a Geira Romana, espigueiros e a prática da transumância. Também vários entrevistados referem potencial turístico no

domínio do ecoturismo e turismo de natureza. Assim, percebe-se que todos reconhecem o papel da comunidade local como agente de valorização territorial. Como exemplo, os entrevistados referem os seguintes aspetos:

"Do lado português, o maior ativo é a natureza: montanha, rios, trilhos e aldeias tradicionais do Parque Nacional da Peneda-Gerês." (E3)

"O Parque Nacional da Peneda-Gerês (...) com a sua fauna e flora, rios, cascatas e floresta autóctone, torna-se um ponto atrativo para o turismo de natureza." (E1)

Estas afirmações também demonstram a importância do património natural, nomeadamente a fauna e flora, como um recurso essencial para a importância desta reserva.

Tabela 5 - Questão 1 - *Quais os recursos da RBTGX que considera mais atrativos do ponto de vista patrimonial (natural e cultural) e turístico? Em Portugal? Na Espanha?*

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Património Natural	Biodiversidade (Fauna e Flora)	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☐	6	86%
	Geodiversidade	☑	☑	☑	☐	☑	☐	☐	4	57%
	Recursos Hídricos (Rios/Cacatas/Termas/Barragens)	☑	☐	☑	☑	☑	☑	☑	5	86%
Património Cultural	P.Arquitetónico e Histórico (Iclui Dólmens)	☑	☑	☑	☑	☑	☐	☑	5	86%
	Tradições e Etnografia (Ex: pastorícia)	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	6	100%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

De forma a aprofundar esta questão, procurou-se perceber quais os recursos que deveriam ser mais valorizados a nível turístico, pelo que a maioria referiu o Património Cultural e Rural (71%), sugerindo que as aldeias e tradições têm um enorme potencial que está subaproveitado. O entrevistado E6 refere exatamente que, embora o interesse pela cultura e tradições do interior esteja a crescer, o público ainda é reduzido. No mesmo sentido, o E4 sublinha que os usos, costumes e tradições locais são recursos que deveriam ser mais promovidos. Como estratégia para valorizar estes recursos, considera-se como mais promissora sem comprometer a conservação, a criação de uma Rede de Percursos e Rotas (57%).

Tabela 6 - Questão 2 - *Na sua opinião, existem recursos na RBTGX que deveriam ser mais valorizados do ponto de vista turístico? Se sim, quais destacaria e de que modo considera que poderiam ser integrados numa estratégia de valorização sem comprometer a sua conservação?*

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Recursos a Valorizar	Biodiversidade e Observação da Natureza	☑	☐	☐	☐	☐	☐	☐	1	14%
	Património Cultura e Rural (aldeias, tradições)	☐	☑	☑	☑	☐	☑	☑	5	71%
Estratégias de Valorização	Rede de Percursos e Rotas	☐	☑	☑	☑	☐	☐	☑	4	57%
	Interpretação Turística Responsável	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☑	1	14%
	Dinamização Económica local	☐	☑	☑	☐	☐	☐	☐	2	29%
	Controlo e gestão de visitantes	☐	☑	☑	☐	☐	☐	☐	2	29%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

Perguntando se consideram que os instrumentos de planeamento socioeconómico e ordenamento do território contribuem para um desenvolvimento sustentável do turismo, 100% dos entrevistados concordam que instrumentos de gestão eficazes contribuem para o desenvolvimento sustentável, uma vez que:

"Os instrumentos de planeamento (ex.: planos diretores, planos e programas de áreas protegidas, programas especiais, planos de gestão, planos de cogestão, entre outros) definem: usos do solo, áreas de proteção e regras de ocupação, evitando a degradação de paisagens, ecossistemas, habitats e património cultural; podendo concentrar as infraestruturas turísticas em zonas adequadas e com maior capacidade de carga, limitando as pressões sobre os locais mais sensíveis. Já os instrumentos de planeamento socioeconómico podem valorizar os produtos endógenos e incrementar o emprego local, estimular a criação de pequenas empresas locais, promovendo a fixação de população." (E2)

No entanto, também identificam uma falta de fiscalização e monitorização, e um desfasamento entre o planeamento e a execução (ambos com 29%), tal como refere o E3, "Se não houver fiscalização e articulação entre entidades, os documentos ficam no papel. Sustentabilidade exige coerência prática".

Tabela 7 - Questão 3 - *Considera que os instrumentos de planeamento socioeconómico e ordenamento do território contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo? Justifique*

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Contributos dos intrumentos de planeamento	Eficácia do instrumento de gestão	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	7	100%
Limitações na aplicação dos Instrumentos	Caparacidade de Carga	☑	☑	☐	☐	☐	☐	☐	2	29%
	Desfasamento entre planeamento e implementação	☐	☐	☑	☐	☑	☐	☐	2	29%
	Falta de fiscalização e monitorização	☐	☐	☑	☐	☑	☐	☐	2	29%
	Limitações na valorização económica local	☐	☑	☐	☐	☐	☐	☐	1	14%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

Tentando perceber as políticas/medidas (públicas) com maior impacto no reforço da gestão integrada e sustentável da Reserva, a gestão e coordenação institucional são vistas unanimemente (100%) como fundamentais para o sucesso da Reserva, assim como a existência de programas de financiamento contínuos e estáveis. O E2 refere o acesso a programas de financiamento tais como Interreg, Leader e programas regionais.

Tabela 8 - Questão 4 - *Que políticas/medidas (públicas) considera prioritárias e que têm tido maiores impactos no reforço da gestão integrada e sustentável da Reserva (países membros) compatível com o desenvolvimento do turismo? E a nível europeu?*

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Políticas e instrumentos de apoio ao turismo sustentável	Gestão e coordenação institucional	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	7	100%
	Programas de financiamento (nacionais e europeus) contínuos e estáveis	☑	☑	☑	☑	☐	☐	☑	5	71%
	Promoção do turismo sustentável / atração de nichos de mercado	☐	☐	☐	☐	☐	☑	☐	1	14%
	Reconhecimento internacional (UNESCO)	☐	☐	☑	☑	☐	☐	☑	3	43%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

Tentando perceber de que forma os *stakeholders* contribuem e se envolvem no processo de gestão do turismo sustentável da Reserva. Existe uma perceção positiva (85%). "A contribuição tem sido muito positiva, sendo que devemos considerar os projetos conjuntos que têm sido implementados através do programa POCTEP INTERREG, (...), também o modelo de cogestão das áreas protegidas tem contribuído para uma gestão sustentável do turismo no PNPG." (E4).

De forma a aprofundar a questão, pediu-se ainda para identificar boas práticas, sendo a mais referida a participação comunitária (43%), "de reuniões, workshops, formação-ação, que vão ocorrendo e trazem diferentes perspetivas, feedbacks sobre as diferentes áreas do território e exemplos práticos de ações que vão ocorrendo" (E1).

Tabela 9 - Questão 5 - Como avalia a contribuição dos diferentes *stakeholders* no processo de gestão de um turismo sustentável da Reserva? Distinga boas práticas.

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Papel dos Stakeholders na gestão do turismo sustentável	Envolvimento dos Stakeholders	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☐	6	86%
	Contributo para a preservação cultural	☑	☑	☐	☐	☐	☐	☐	2	29%
	Participação Comunitária	☐	☑	☑	☐	☑	☐	☐	3	43%
	Gestão sustentável do turismo (prevenção do turismo de massas)	☐	☐	☐	☐	☐	☑	☐	1	14%
	Modelos de Cogestão e instrumentos participativos (CETS)	☐	☐	☐	☑	☐	☐	☐	1	14%
	Contributos para a dinamização económica local	☐	☐	☑	☐	☐	☐	☐	1	14%
	Limitações: visão de curto prazo	☐	☐	☑	☐	☐	☐	☐	1	14%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

Tentando perceber se a estrutura atual de financiamento e de recursos humanos é adequada para garantir a continuidade e a eficácia da gestão integrada da RBTGX, é apontada a insuficiência de meios (mencionada por 71% dos inquiridos) uma vez que compromete a capacidade de resposta a riscos como a massificação. O E3 refere que "os recursos financeiros e humanos são curtos para a dimensão do desafio".

Tabela 10 - Questão 6 - Considera que a estrutura atual de financiamento e de recursos humanos é adequada para garantir a continuidade e a eficácia da gestão integrada da RBTGX?

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Limitações na estrutura de financiamento e recursos humanos	Insuficiência de Meios	☑	☑	☑	☑	☑	☐	☐	5	71%
	Falta de estabilidade e continuidade Institucional	☐	☑	☑	☑	☐	☐	☐	3	43%
	Dependência de Projetos Temporários	☐	☑	☐	☑	☐	☐	☐	2	29%
	Necessidade de reforço de equipas técnicas	☐	☑	☑	☐	☑	☐	☐	3	43%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

Tentando perceber a importância do Município de Arcos de Valdevez para a valorização turística sustentável desta Reserva, 43% dos entrevistados referem a promoção e investimento territorial. O E5 refere que este "tem efetuado o seu papel na internacionalização do concelho e dos respetivos planos de desenvolvimento".

Tabela 11 - Questão 7 - Na sua perspetiva, de que forma o Município de Arcos de Valdevez tem contribuído em articulação com outros atores locais, nacionais e internacionais para a valorização turística sustentável desta Reserva?

Categorias	Subcategorias			E3		E5	E6		Total	%
Papel do Município na valorização turística sustentável	Promoção e Investimento Territorial	☐	☐	☑	☐	☑	☑	☐	3	43%
	Dinamização Cultural	☐	☐	☑	☐	☐	☐	☐	1	14%
	Necessidade de maior envolvimento das comunidades locais	☐	☐	☑	☐	☐	☐	☐	1	14%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

Perguntando como avalia o envolvimento e a participação das comunidades locais nas iniciativas de valorização e gestão do turismo sustentável da RBTGX e nomeadamente que benefícios um bom envolvimento traria, os entrevistados apontam que estas demonstram um forte sentido de

responsabilidade (71%). O E2 refere que "o envolvimento das comunidades locais na RBTGX é real, e está a ser incrementado no âmbito da Cogestão, do ponto de vista da governação participativa. Os benefícios socioeconómicos são claros sobretudo em termos de rendimento, emprego e valorização cultural". Apesar disso, 57% apontam desigualdade na distribuição dos benefícios económicos e défice de literacia e desigualdade como refere o mesmo entrevistado estes "não atingem todas as comunidades de forma equitativa, o que poderá implicar um investimento na capacitação das populações locais, em modelos de turismo de pequena escala e de base comunitária e no incremento de mecanismos de participação efetiva nas decisões"

Tabela 12 - Questão 8 - Como avalia o envolvimento e a participação das comunidades locais nas iniciativas de valorização e gestão do turismo sustentável da RBTGX? E quais os principais benefícios socioeconómicos para as comunidades locais?

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Participação das comunidades locais e impactos socieconómicos	Sentido de responsabilidade comunitária	☑	☑	☑	☐	☑	☑	☐	5	71%
	Défice de Literacia e Informação	☐	☐	☐	☑	☑	☐	☐	2	29%
	Desigualdade na distribuição dos benefícios	☐	☑	☑	☑	☑	☐	☐	4	57%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas.

Questionando os entrevistados se consideram que existem mecanismos de monitorização e/ou avaliação dos impactos das políticas e projetos desenvolvidos, 71% consideram que sim. De forma a tentar complementar a questão, também se tentou perceber como são implementados e partilhados entre os diferentes atores/ *stakeholders*, pelo que 43% consideram que há uma falta de integração dos dados. O E7 confirma esta ideia ao afirmar que "Existem mecanismos, sobretudo ambientais e turísticos, mas precisam de maior integração e partilha entre entidades para melhorar decisões e transparência", conforme evidenciado na Tabela 13.

Tabela 13 - Questão 9 - *Existem mecanismos de monitorização e/ou avaliação dos impactos das políticas e projetos desenvolvidos na RBTGX? Em caso afirmativo, como são implementados e partilhados entre os diferentes atores/stakeholders?*

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Monitorização e avaliação dos impactos	Existência de mecanismos de monitorização	☑	☑	☑	☑	☐	☑	☐	5	71%
	Falta de articulação/coordenação institucional	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☑	1	14%
	Falta de integração de Dados	☐	☑	☑	☑	☐	☐	☐	3	43%
	Dependência de projetos/ ausência de sistema contínuo	☐	☑	☑	☐	☐	☐	☐	2	29%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

Com o objetivo de complementar a perceção da ótica dos entrevistados, dar abertura a exporem ideias que ambicionem, tentar identificar os desafios atuais de forma a perceber de que forma se irão refletir no futuro, questionou-se quais consideram ser os principais desafios futuros desta reserva (Tabela 14), na qual 57% consideram ser como principal desafio a transição de um modelo *top-down* para modelos de governação participativa. Ainda consideram os desafios atuais que advêm da globalização, mais concretamente o despovoamento, a pressão turística, a sazonalidade e as alterações climáticas. O E2 aponta essa mesma ideia ao referir que "Os principais desafios passam pelo aumento da pressão turística em locais sensíveis, o despovoamento e envelhecimento das comunidades rurais, a gestão das capacidades de carga de locais sensíveis, o reforço da Educação ambiental, atração de jovens e empreendedores para os territórios rurais, vulnerabilidade das atividades tradicionais (agricultura e pastoreio)".

Tabela 14 - Questão 10 - Na sua perspetiva, quais os principais desafios futuros da RBTGX? (especificamente a nível da sustentabilidade, educação, inovação e adaptação às alterações climáticas)

Categorias	Subcategorias	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Total	%
Demografia	Despovoamento	☑	☑	☑	☐	☐	☐	☐	3	43%
Sustentabilidade	Pressão turística e sazonalidade	☑	☑	☑	☐	☐	☐	☐	3	43%
Governação	Transição de modelo top-down para modelos de governação participativa	☑	☑	☐	☑	☑	☐	☐	4	57%
Inovação	Atração e dinamização de projetos e agentes locais	☐	☑	☐	☑	☐	☐	☐	2	29%
Educação	Educação e sensilbilização ambiental (Integração Curricular)	☐	☐	☐	☑	☐	☐	☐	1	14%
Ambiente	Alterações Climáticas	☑	☑	☑	☐	☐	☐	☐	3	43%
	Transição ecológica e digitalização	☐	☐	☐	☐	☐	☑	☐	1	14%

Fonte: Elaboração própria com base na análise das entrevistas

4.4.1. Síntese interpretativa

Analisando todos estes dados qualitativos, de uma forma geral, conclui-se que a RBTGX enfrenta um paradoxo, pois os entrevistados reconhecem que esta tem um potencial estratégico elevado e vários recursos atrativos, mas que este não é concretizado na prática de forma eficaz, influenciando problemas que poderão afetar a reserva no futuro, tais como o envelhecimento e as alterações climáticas e até pela falta de financiamento.

Todos os entrevistados consideram ainda que a gestão e coordenação institucional são fundamentais para o sucesso da Reserva. Tentando entender a importância do município, 43% confirmam a importância de Arcos de Valdevez para a valorização turística sustentável desta reserva. 71% confirma ainda que este existe, o que é muito positivo. No entanto, a desigualdade na distribuição dos benefícios económicos e défice de literacia e desigualdade afetam este potencial.

Capítulo V - Conclusão

A presente investigação permitiu compreender, a partir de uma abordagem qualitativa sustentada em entrevistas com diversos atores locais, como a gestão da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés é percecionada e operacionalizada no território na visão dos stakeholders.

A análise teórica e empírica realizada demonstra que existe um enquadramento estratégico robusto, alinhado com o Programa Man and the Biosphere (MAB) da UNESCO e com a Agenda 2030. No entanto, a eficácia destes instrumentos é fortemente condicionada pela sua operacionalização à escala local. As evidências apontam para o elevado potencial das Reservas da Biosfera enquanto "laboratórios vivos" de sustentabilidade, mas, este potencial é frequentemente limitado por constrangimentos estruturais, como a fragmentação institucional, a sobreposição de competências e a escassez de recursos técnicos e financeiros, particularmente em contextos transfronteiriços.

No plano empírico, a análise das respostas das entrevistas indica um reconhecimento generalizado do valor estratégico da Reserva enquanto instrumento de valorização territorial, nomeadamente ao nível da preservação do património identitário e da promoção de um turismo mais sustentável. Os participantes destacam ainda o papel da marca UNESCO como fator diferenciador, contribuindo para o reforço da atratividade turística e da notoriedade da região. Contudo, emergem igualmente diversos constrangimentos que limitam a concretização desse potencial. Entre os principais desafios identificados salientam-se a fragmentação institucional, as dificuldades de articulação entre entidades portuguesas e espanholas e a persistência de processos de decisão fortemente centralizados. Apesar da existência de estratégias e instrumentos orientadores, a sua aplicação prática enfrenta obstáculos associados à escassez de recursos, à burocracia e à insuficiência de mecanismos de coordenação eficazes.

Ao nível local, o Município de Arcos de Valdevez assume-se, nas perceções recolhidas, como um ator central na dinamização de iniciativas e na mediação entre orientações globais e necessidades territoriais. Não obstante, os dados evidenciam que o envolvimento das comunidades locais e dos pequenos agentes económicos nos processos de decisão permanece limitado, reforçando a necessidade de promover práticas participativas mais inclusivas e consistentes.

Deste modo, a análise das entrevistas confirma a existência de um desfasamento entre o potencial teórico da Reserva da Biosfera e a sua concretização prática. Embora o reconhecimento internacional constitua uma mais-valia, não garante, por si só, uma gestão integrada e eficaz. Torna-se, assim, fundamental investir em modelos de governança mais colaborativos, flexíveis e territorialmente ajustados. Neste sentido, destaca-se a necessidade de reforçar a cooperação institucional entre Portugal

e Espanha, promovendo a harmonização de políticas e a criação de estruturas de gestão conjunta mais operativas. Paralelamente, revela-se essencial investir na capacitação técnica das entidades locais, na monitorização contínua dos impactos do turismo e no desenvolvimento de processos participativos que envolvam efetivamente as comunidades e os agentes económicos, evitando abordagens estritamente top-down.

Não obstante o contributo deste estudo, importa reconhecer algumas limitações que condicionam a interpretação dos resultados. Tratando-se de um estudo de caso único, centrado no Município de Arcos de Valdevez, os resultados não são generalizáveis do ponto de vista estatístico a outras Reservas da Biosfera. A sua relevância reside, sobretudo, na generalização analítica, oferecendo contributos teóricos passíveis de aplicação em contextos com características semelhantes.

Adicionalmente, a recolha de dados empíricos ocorreu num período de elevada mobilização institucional e de condições externas adversas, o que condicionou a disponibilidade de alguns atores-chave. Embora o número de entrevistas seja adequado à natureza qualitativa da investigação, reconhece-se que a análise está sujeita às perceções dos participantes e ao enquadramento interpretativo da investigadora.

Como linha futura de investigação, sugere-se o desenvolvimento de estudos comparativos entre diferentes Reservas da Biosfera transfronteiriças, bem como a integração de metodologias quantitativas que permitam avaliar, de forma longitudinal, o impacto socioeconómico da marca UNESCO nas comunidades locais.

Em síntese, o sucesso da RBTGX depende não apenas do seu enquadramento formal, mas sobretudo da capacidade de articulação entre atores, da cooperação transfronteiriça efetiva e da inclusão das comunidades no processo de desenvolvimento. Mais do que um selo de reconhecimento, a Reserva da Biosfera deve afirmar-se como um espaço ativo de governança territorial, onde os princípios da sustentabilidade se traduzem em práticas concretas e partilhadas.

Referências

Amore, A., Adie, B. A., Carnicelli-Filho, S., Lundén, A., & Hall, C. M. (2025). Planning for sustainable development and tourism in biosphere reserves: A metagovernance appraisal. *Tourism Geographies*. Advance online publication. https://doi.org/10.1080/14616688.2025.2590180

ARCOS DE VALDEVEZ. Município de. (2015). *Aviso n.º 11953/2015: Plano Diretor Municipal de Arcos de Valdevez. Diário da República, 2.ª série*, n.º 204, 29634–29685. https://www.cmav.pt/uploads/document/file/1193/PDM_Regulamento.pdf

Armitage, D. R., Plummer, R., Berkes, F., Arthur, R. I., Charles, A. T., Davidson-Hunt, I. J., Diduck, A. P., Doubleday, N. C., Johnson, D. S., Marschke, M., McConney, P., Pinkerton, E. W., & Wollenberg, E. K. (2009). Adaptive co-management for social–ecological complexity. *Frontiers in Ecology and the Environment, 7*(2), 95–102. https://doi.org/10.1890/070089

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Barraclough, A. D., & Måren, I. E. (2022). *Biosphere reserves as model regions for strengthening biodiversity governance*. University of Bergen. https://www.uib.no/sites/w3.uib.no/files/attachments/policy_brief_orientation_eng.pdf

Barros, J. da C. (2017). Turismo, natureza, património e memória nas comunidades de montanha: Recursos e sustentabilidade no Parque Nacional da Peneda-Gerês. *International Journal of Scientific Management and Tourism, 3*(1), 339–355. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5896132

Batisse, M. (1993). The silver jubilee of MAB and its revival. *Environmental Conservation, 20*(2), 107–112. https://doi.org/10.1017/S0376892900037589

Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press.

Capdepón Frías, M. (2023). Una aproximación al turismo de naturaleza en las Reservas de la Biosfera transfronterizas: La Reserva de la Biosfera transfronteriza de Gerês-Xurés como estudio de caso. In *El turismo pos-COVID en Iberoamérica: ¿recuperación y/o transformación?* (pp. 282–305). Red Turismo CYTED.

Carvalho-Santos, C., Monteiro, A. T., Arenas-Castro, S., Greifeneder, F., Marcos, B., Portela, A. P., & Honrado, J. P. (2018). Ecosystem services in a protected mountain range of Portugal: Satellite-based products for state and trend analysis. *Remote Sensing, 10*(10), 1573. https://doi.org/10.3390/rs10101573

CCDR-NORTE – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2020). *Estratégia de desenvolvimento do Norte para o período de programação 2021–2027 das políticas da União Europeia (NORTE 2030)*. https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/2020/Publicacoes/NORTE2030_DocumentoFinal_Editado_20201230.pdf

CCDR-NORTE – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2024). *PROT-Norte: Estratégia e modelo territorial*. https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/uploaded-files/PROT_NORTE_CADERNO_III_ESTRATEGIA_MODELO_TERRITORIAL_08_01_2024.pdf

Chen, R., Zhou, Z., Zhan, G., & Zhou, N. (2020). The impact of destination brand authenticity and destination brand self-congruence on tourist loyalty: The mediating role of destination brand

engagement. *Journal of Destination Marketing & Management, 15*, 100402. https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2019.100402

Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês. (2022). *Plano de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Documento síntese*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2020). *PROVERE – Programa de valorização económica de recursos endógenos*. CCDR-N. https://www.ccdr-n.pt/pt/programas/provere/

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2024). *Estratégia Regional do Norte 2030*. https://www.ccdr-n.pt

Comissão Nacional da UNESCO. (2017). *Plano de ação para a Rede Portuguesa das Reservas da Biosfera*. Comissão Nacional da UNESCO.

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. (2023). *Estratégia e plano de ação para a Reserva Mundial da Biosfera Gerês-Xurés 2023: Fundamentação, estratégia e plano orientador para o quadro comunitário 2023–2027*. NUTRIR – Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. (2025, June 25). Projeto "Gerês-Xurés Mais Sustentável" arrancou em Ourense com participação da CIM Alto Minho. *CIM Alto Minho*. https://www.cim-altominho.pt/projeto-geres-xures-mais-sustentavel-arrancou-em-ourense-com-participacao-da-cim-alto-minho/

CPLP MaB. (s.d.). *O programa MaB da UNESCO*. https://www.cplpmab.org/mab-unesco

Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (2nd ed.). Sage Publications.

Curtet, M., Donnellan Barraclough, A., & Måren, I. E. (2024). The evolution of stakeholder participation in European UNESCO Biosphere Reserves: Challenges and opportunities of the COVID pandemic and the digital shift. *Journal of Environmental Policy & Planning, 26*(4), 374–387. https://doi.org/10.1080/1523908X.2024.2

Cusens, J., Barraclough, A. M. D., & Måren, I. E. (2022). Participatory mapping reveals biocultural and nature values in the shared landscape of a Nordic UNESCO Biosphere Reserve. *People and Nature, 4*(2), 365–381. https://doi.org/10.1002/pan3.10287

Dabard, C. H., Gohr, C., Weiss, F., von Wehrden, H., Neumann, F., Hordasevych, S., Arieta, B., Hammerich, J., Meier, C., Jargow, J., Luthardt, V., Ibisch, P. L., & Ferreira, A. F. (2024). Biosphere

reserves as model regions for transdisciplinarity? A literature review. *Sustainability Science, 19*(6), 2065–2081. https://doi.org/10.1007/s11625-024-01542-1

Decreto-Lei n.º 80/2015. (2015, May 14). *Diário da República: 1.ª série*, n.º 93. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/80-2015-67214041

Eagles, P. F. J., McCool, S. F., & Haynes, C. D. (2002). *Sustainable tourism in protected areas: Guidelines for planning and management*. IUCN, UNEP, & World Tourism Organization. https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/pag-008.pdf

Ellen MacArthur Foundation. (2013). *Towards the circular economy: Economic and business rationale for an accelerated transition*. Ellen MacArthur Foundation.

European Commission. (2019). *The European Green Deal*. European Commission. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0002.02/DOC_1&format=PDF

European Commission. (2020). *EU biodiversity strategy for 2030: Bringing nature back into our lives*. https://eur-lex.europa.eu

European Commission. (2024, December 16). Interreg VI-A Spain–Portugal (POCTEP) – Programme description. *European Commission – Regional Policy*. https://ec.europa.eu/regional_policy/in-your-country/programmes/2021-2027/es/2021tc16rfcb005_en

European Environment Agency. (2012). *Protected areas in Europe—An overview* (EEA Report No. 5/2012). Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2800/55955

Ferreira, A. F., Zimmermann, H., Santos, R., & von Wehrden, H. (2018). A social–ecological systems framework as a tool for understanding the effectiveness of biosphere reserve management. *Sustainability, 10*(10), Article 3608. https://doi.org/10.3390/su10103608

Folke, C., Hahn, T., Olsson, P., & Norberg, J. (2005). Adaptive governance of social-ecological systems. *Annual Review of Environment and Resources, 30*, 441–473. https://doi.org/10.1146/annurev.energy.30.050504.144511

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). *Qual a finalidade do Plano Diretor Municipal (PDM)?* Consultado em 18 de abril de 2024 de https://ffms.pt/pt-pt/direitos-e-deveres/qual-finalidade-do-plano-director-municipal-pdm

German Commission for UNESCO. (2024). *EuroMAB 2024: UNESCO biosphere reserves for sustainable futures – Report*. German Commission for UNESCO.

https://www.euromab2024.de/media/pages/home/conference-report/4c1160fe3a-1736769246/duk_br_climateforchange_ergebnisbericht_web.pdf

Gössling, S., Peeters, P., Hall, C. M., Ceron, J.-P., Dubois, G., Lehmann, L., & Scott, D. (2012). Tourism and water use: Supply, demand, and security. *Tourism Management, 33*(1), 1–15. https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.03.015

Green Savers. (2024, December 31). Reservas da biosfera: Uma conservação "com gente dentro". https://greensavers.sapo.pt/reservas-da-biosfera-uma-conservacao-com-gente-dentro/

Gretzel, U., Sigala, M., Xiang, Z., & Koo, C. (2015). Smart tourism: Foundations and developments. *Electronic Markets, 25*(3), 179–188. https://doi.org/10.1007/s12525-015-0196-8

Hoppstadius, F. (2018). *Sustainable development and tourism in a biosphere reserve: A case study of Lake Vänern Archipelago Biosphere Reserve, Sweden* (Doctoral dissertation, Karlstad University). *Karlstad University Studies, 2018:34*. https://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:kau:diva-68691

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, & Xunta de Galicia. (2022). *Plano de ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés 2022–2025*. ICNF. https://www.icnf.pt/api/file/doc/6e1e13acddf63f37

ICNF. (s.d.). *Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. https://www.icnf.pt/conservacao/ordenamentoegestao/snac

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2016). *Acordo para a criação da Rede Nacional de Reservas da Biosfera da UNESCO*. https://www.icnf.pt/api/file/doc/c1560d1d719e2e74

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2021). *Plano de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês*. https://www.icnf.pt/api/file/doc/2c354b724e4a1b63

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2022). *Plano de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Documento-síntese*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. https://www.icnf.pt/api/file/doc/2c354b724e4a1b63

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2022). *Plano de ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés 2022–2025*. https://www.icnf.pt/api/file/doc/6e1e13acddf63f37

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2024). *Plano de cogestão: Orientações para a sua elaboração* (Versão 2, 5 de março de 2024). ICNF.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., & Xunta de Galicia – Dirección Xeral de Patrimonio Natural. (2022). *Plano de ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés 2022–2025*. https://www.icnf.pt/api/file/doc/6e1e13acddf63f37

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.). (s.d.). *Plano de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Documento complementar I – Caracterização da área protegida*. Consultado em 1 de março de 2024, de https://www.icnf.pt/conservacao/ordenamentoegestao/snac

Instituto Galego de Estatística. (2025). *Indicadores demográficos: Resumo de resultados*. Instituto Galego de Estatística. https://www.ige.gal

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos 2021: Resultados definitivos – Índice de envelhecimento por município*. https://www.ine.pt

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024). *Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por localização geográfica (NUTS III) e tipo de estabelecimento; proporção de dormidas por segmento (alojamento turístico)*. INE. https://www.ine.pt Consultado a 23 de Abril de 2026.

Instituto Nacional de Estatística. (2025). *Atividade turística por localização geográfica (NUTS 2013): Hóspedes, dormidas e estada média* [Base de dados]. Consultado em 20 de dezembro de 2025, de https://www.ine.pt

International Institute for Sustainable Development. (2025, October 1). Congress plans for biosphere reserves to contribute to SDGs up to and post 2030. *SDG Knowledge Hub*. https://sdg.iisd.org/news/congress-plans-for-biosphere-reserves-to-contribute-to-sdgs-up-to-post-2030/

International Institute for Sustainable Development. (2025). *5th World Congress of Biosphere Reserves (WCBR-5): Mapping out the future of UNESCO biosphere reserves by deciding on a new Strategy and Action Plan for 2026–2035. Earth Negotiations Bulletin*. https://enb.iisd.org/world-congress-biosphere-reserves-wcbr5

IPCC. (2022). *Climate change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (H.-O. Pörtner et al., Eds.). Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9781009325844

KazMAB National Committee. (2015). *MAB Strategy 2015–2025*. https://www.kazmab.kz/images/pdf/MAB_Strategy_2015_2025_final_text.pdf

KC, B., Adhikari, H., & Stainback, G. A. (2024). Tourism and national collaboration in protected areas. *Annals of Tourism Research Empirical Insights, 5*, 100151. https://doi.org/10.1016/j.annale.2024.100151

Kermagoret, C., & Dupras, J. (2018). Coupling spatial analysis and economic valuation of ecosystem services to inform the management of an UNESCO World Biosphere Reserve. *PLOS ONE, 13*(11), e0205935. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0205935

Leguía-Cruz, M., Manosalvas, R., Ríos-Touma, B., & Cuesta, F. (2024). Enhancing participatory governance in biosphere reserves through co-creation of transdisciplinary and intergenerational knowledge. *Frontiers in Environmental Science, 12*, 1266440. https://doi.org/10.3389/fenvs.2024.1266440

Leibenath, M., Diemunsch, N., Pregizer, M., & Bergsträßer, J. C. (2024). Biosphere reserves as landscape laboratories for sustainability transitions. *Landscape Research*. https://doi.org/10.1080/01426397.2024.2421336

Leung, Y.-F., Spenceley, A., Hvenegaard, G., & Buckley, R. (Eds.). (2018). *Tourism and visitor management in protected areas: Guidelines for sustainability*. IUCN. https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.27.en

López-López, E., Sedeño-Díaz, J. E., & Mendoza-Martínez, E. (2024). Indigenous people doing citizen science to assess water quality of rivers that run through the Tehuacán-Cuicatlán Biosphere Reserve. *Scientific Reports, 14*, 11843. https://doi.org/10.1038/s41598-024-65903-7

Luz, A. L. (2019). *Compartes, Estado e autarquias: Que futuro para as terras comunitárias? O caso dos baldios do Parque Nacional da Peneda-Gerês* (Tese de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa. https://run.unl.pt/handle/10362/80826

Martin, F. Price. (2002). The periodic review of biosphere reserves: A mechanism to foster sites of excellence for conservation and sustainable development. *Environmental Science & Policy, 5*(1), 13–18. https://doi.org/10.1016/S1462-9011(02)00006-7

Mitrofanenko, T., Snajdr, J., Muhar, A., Penker, M., & Schauppenlehner-Kloyber, E. (2018). Biosphere reserve for all: Potentials for involving underrepresented age groups in the development of a biosphere reserve through intergenerational practice. *Environmental Management, 62*, 429–445. https://doi.org/10.1007/s00267-018-1059-9

Monaco, A., & Genovesi, P. (2014). *European guidelines on protected areas and invasive alien species*. Council of Europe; Regional Parks Agency – Lazio Region.

Moreira, M., Frazão, L., Cusens, J., Castro, P., Gouveia, A. C., Alves da Silva, A., ... Freitas, H. (2024). Engaging participatory mapping for co-management and spatial depiction of nature's contributions to people in the Portuguese biosphere reserves. *Ecosystems and People, 20*(1), 2422920. https://doi.org/10.1080/26395916.2024.2422920

Moreira-Muñoz, A., Carvajal, F., Elórtegui, S., & Rozzi, R. (2019). The Chilean biosphere reserves network as a model for sustainability? Challenges towards regenerative development, education, biocultural ethics and eco-social peace. In M. G. Reed & M. F. Price (Eds.), *UNESCO Biosphere Reserves: Supporting biocultural diversity, sustainability and society* (pp. 61–75). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780429428746-5

Morelli, T. L., Daly, C., Dobrowski, S. Z., Dulen, D. M., Ebersole, J. L., Jackson, S. T., Lundquist, J. D., Millar, C. I., Maher, S. P., Monahan, W. B., Nydick, K. R., Redmond, K. T., Sawyer, S. C., Stock, S., & Beissinger, S. R. (2016). Managing climate change refugia for climate adaptation. *PLOS ONE, 11*(8), e0159909. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0159909

Município de Arcos de Valdevez. (2020). *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Arcos de Valdevez*. https://www.cmav.pt

OECD. (2024). *Building more resilient cross-border regions: Considerations in governance and partnerships*. OECD Publishing. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/12/building-more-resilient-cross-border-regions_26b5f9c0/d5fd3e59-en.pdf

Oldekop, J. A., Holmes, G., Harris, W. E., & Evans, K. L. (2016). A global assessment of the social and conservation outcomes of protected areas. *Conservation Biology, 30*(1), 133–141. https://doi.org/10.1111/cobi.12568

((O)) ECO. (2014, June 26). O que é uma reserva da biosfera. https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28448-o-que-e-uma-reserva-da-biosfera/

Ostrom, E. (2010). Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. *Global Environmental Change, 20*(4), 550–557. https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.07.004

Padilha, J., Carvalho-Santos, C., Cássio, F., & Pascoal, C. (2024). Land cover implications on ecosystem service delivery: A multi-scenario study of trade-offs and synergies in river basins. *Environmental Management, 73*(4), 753–768. https://doi.org/10.1007/s00267-023-01916-8

Palomo, I., Montes, C., Martín-López, B., González, J. A., García-Llorente, M., Alcorlo, P., & Mora, M. R. (2014). Incorporating the social-ecological approach in protected areas in the Anthropocene. *BioScience, 64*(3), 181–191. https://doi.org/10.1093/biosci/bit033

Pérez-Romero, M. E., Jiménez-Islas, D., Álvarez-García, J., & del Río-Rama, M. de la C. (2025). Scientific mapping of the knowledge base on biosphere reserves. *Land, 14*(1), 75. https://doi.org/10.3390/land14010075

Plummer, R., & Fennell, D. A. (2009). Managing protected areas for sustainable tourism: Prospects for adaptive co-management. *Journal of Sustainable Tourism, 17*(2), 149–168. https://doi.org/10.1080/09669580802359301

Portugal. (2019). *Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto: Modelo de cogestão das áreas protegidas*. *Diário da República*. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/116-2019

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. (2019). *Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto: Define o modelo de cogestão das áreas protegidas*. *Diário da República, 1.ª série*. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=3126A0001&ficha=1&nid=3126&nversao=&pagina=1&so_miolo=&tabela=leis

Price, M. F. (2017). The re-territorialisation of biosphere reserves: The case of Wester Ross, Northwest Scotland. *Environmental Science & Policy, 72*, 30–40. https://doi.org/10.1016/j.envsci.2017.02.002

Público (2026, 30 de março). *Três reservas da biosfera ibéricas arriscam perda de estatuto por falhas no sector hoteleiro*. Disponível em: https://www.publico.pt/2026/03/30/azul/noticia/tres-reservas-biosfera-ibericas-arriscam-perda-estatuto-falhas-sector-hoteleiro-2169592

Raufflet, E. (2000). Book review: *Linking social and ecological systems: Management practices and social mechanisms for building resilience* [Review of the book by F. Berkes & C. Folke]. *Ecology and Society, 4*(2), Article 5. https://www.ecologyandsociety.org/vol4/iss2/art5/main.html

Reed, M. G. (2019). *The governance of biosphere reserves: Learning from experience*. Routledge.

Reed, M. G., Abernethy, P., Price, M. F., & McDermott, M. (2019). The contributions of UNESCO Man and the Biosphere Programme and biosphere reserves to the practice of sustainability science. *Sustainability Science, 14*(3), 809–821. https://doi.org/10.1007/s11625-018-0603-0

Reeder, R. J., & Brown, D. M. (2005). *Recreation, tourism, and rural well-being* (Economic Research Report No. 7). United States Department of Agriculture, Economic Research Service. https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/13514/15112_err7_1_.pdf

Regos, A., Ninyerola, M., Moré, G., & Pons, X. (2015). Linking land cover dynamics with driving forces in mountain landscape of the Northwestern Iberian Peninsula. *International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation, 38*, 1–14. https://doi.org/10.1016/j.jag.2014.11.010

República Portuguesa. (2019). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – 1.ª revisão*. https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/pcat/ficheiros/SQ_Vconc_PNPOT_1.pdf

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. (2023). *Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés* [Folheto informativo]. ADERE-PG. https://www.aderepg.pt/imgs/paginas/cla_20231202_folhetos_biosfera_A4_PT_vOnline_1.pdf

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. (s.d.). *Gerês-Xurés Transboundary Biosphere Reserve* [Brochura]. https://www.reservabiosferageresxures.eu

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. (s.d.). *Mapa Visor da RBTGX*. Consultado em 12 de abril de 2026, de https://www.reservabiosferageresxures.eu/pt/mapa-visor

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. (s.d.). *Reserva da Biosfera Gerês-Xurés*. Consultado em 9 de março de 2026, de https://www.reservabiosferageresxures.eu

Robinson, M., & Picard, D. (2006). *Tourism, culture and sustainable development*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147578

Roblek, V., Drpić, D., Meško, M., & Milojica, V. (2021). Evolution of sustainable tourism concepts. *Sustainability, 13*(22), 12829. https://doi.org/10.3390/su132212829

Rollo, M. F. (2025). Interconnected nature and people: Biosphere reserves and the power of memory and oral histories as biocultural heritage for a sustainable future. *Sustainability, 17*(9), 4030. https://doi.org/10.3390/su17094030

Rollo, M. F. (Coord.). (2023). *Reservas da biosfera*. NOVA FCSH. https://run.unl.pt/bitstream/10362/181110/1/EN_R_17449_HISTORY_of_Portuguese_Biosphere_Reserves_web_R_17293_em_portugue_s.pdf

Rollo, M. F. (Coord.), Martins, M. J., Rodrigues, A., & Caetano, F. (2023). *History of Portuguese Biosphere Reserves*. NOVA FCSH. https://run.unl.pt/bitstream/10362/181110/1/EN_R_17449_HISTORY_of_Portuguese_Biosphere_Reserves_web_R_17293_em_portugue_s.pdf

Sá, P., Costa, A. P., & Moreira, A. (Coords.). (2021). *Reflexões em torno de metodologias de investigação: Recolha de dados* (Vol. 2). UA Editora. https://doi.org/10.34624/ka02-fq42

Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. V. (Coords.). (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.ª ed., revista e atualizada). Instituto Universitário Militar.

Saveriades, A. (2000). Establishing the social tourism carrying capacity for the tourist resorts of the east coast of the Republic of Cyprus. *Tourism Management, 21*(2), 147–156. https://doi.org/10.1016/S0261-5177(99)00044-8

Schliep, R., & Stoll-Kleemann, S. (2010). Assessing governance of biosphere reserves in Central Europe. *Land Use Policy, 27*(3), 917–927. https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2009.12.005

Silva, S., Silva, L. F., & Vieira, A. (2023). Protected areas and nature-based tourism: A 30-year bibliometric review. *Sustainability, 15*(11), 11698. https://doi.org/10.3390/su151511698

Strippoli, R., Gallucci, T., & Ingrao, C. (2024). Circular economy and sustainable development in the tourism sector – An overview of the truly-effective strategies and related benefits. *Heliyon, 10*, e36801. https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e36801

Tapia-Villaseñor, E. M., Shamir, E., Cruz-Ayala, M.-B., & Megdal, S. B. (2022). Assessing groundwater withdrawal sustainability in the Mexican portion of the transboundary Santa Cruz River aquifer. *Water, 14*(2), 233. https://doi.org/10.3390/w14020233

Trillo-Santamaría, J. M., & Paül, V. (2016). Transboundary protected areas as ideal tools? Analyzing the Gerês-Xurés transboundary biosphere reserve. *Land Use Policy, 52*, 454–463. https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.12.019

Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia turismo 2027: Liderar o turismo do futuro*. Turismo de Portugal. https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf

Turismo de Portugal. (2024). *TravelBI – Plataforma de conhecimento do turismo*. Consultado em 7 de abril de 2026 de https://travelbi.turismodeportugal.pt

Turismo de Portugal. (2025, December 18). Rede Nacional de Reservas da Biosfera UNESCO. *Turismo de Portugal*. https://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/programas-iniciativas/Paginas/rede-nacional-reservas-da-biosfera-unesco.aspx

Turismo de Portugal. (2025). *Estratégia Turismo 2035*. Lisboa: Turismo de Portugal. Disponível em: https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/Estrategia/estrategia-turismo-2035/Paginas/default.aspx

UN Tourism. (s.d.). *Sustainable development*. https://www.unwto.org/sustainable-development

UNESCO. (1996). *Biosphere reserves: The Seville strategy and the statutory framework of the World Network of Biosphere Reserves*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000103849

UNESCO. (2015). *The Man and the Biosphere Programme*. UNESCO. https://www.unesco.org/en/mab

UNESCO. (2016). *Lima action plan (2016–2025) for UNESCO's Man and the Biosphere (MAB) Programme and its World Network of Biosphere Reserves*. UNESCO.

UNESCO. (2016). *Lima Declaration on the UNESCO Man and the Biosphere (MAB) Programme and its World Network of Biosphere Reserves (WNBR)*. International Coordinating Council of the Programme on Man and the Biosphere, 28th, Lima, Peru. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381216

UNESCO. (2017). *A new roadmap for the Man and the Biosphere (MAB) Programme and its World Network of Biosphere Reserves: MAB Strategy (2015–2025), Lima Action Plan (2016–2025), Lima Declaration*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247418

UNESCO. (2017). *MAB strategy 2015–2025: Lima action plan for UNESCO's Man and the Biosphere (MAB) Programme and its World Network of Biosphere Reserves (2016–2025)*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247418

UNESCO. (2020). *Nature-based solutions for climate and disaster resilience*. UNESCO Publishing. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374659

UNESCO. (2020). *Technical guidelines for biosphere reserves: A living document of the Man and the Biosphere (MAB) Programme*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. https://nebnetwork.org/wp-content/uploads/2023/10/technical-guidelines-for-biosphere-reserves-2020.pdf

UNESCO. (2021). *Technical guidelines for biosphere reserves*. https://nebnetwork.org/wp-content/uploads/2023/10/technical-guidelines-for-biosphere-reserves-2020.pdf

UNESCO. (2022). *What are biosphere reserves? UNESCO – Man and the Biosphere Programme*. https://www.unesco.org/en/mab/wnbr/about

UNESCO. (2024). *Research in European UNESCO Biosphere Reserves*. https://en.unesco.org

UNESCO. (2024). *Governance of the Man and the Biosphere (MAB) Programme*. Disponível em: https://www.unesco.org/en/mab/governance

UNESCO. (2025). *Hangzhou strategic action plan for UNESCO's Man and the Biosphere (MAB) Programme and its World Network of Biosphere Reserves (2026–2035)*. UNESCO.

UNESCO. (2025, September 27). 26 new biosphere reserves: UNESCO continues unprecedented expansion of its global network. https://www.unesco.org/en/articles/26-new-biosphere-reserves-unescos-continues-unprecedented-expansion-its-global-network

UNESCO. (s.d.). *Biosphere reserves*. UNESCO. https://en.unesco.org/biosphere/about

UNESCO. (s.d.). *Man and the Biosphere (MAB) Programme*. https://www.unesco.org/en/mab

UNESCO. (s.d.). *What are biosphere reserves?* https://www.unesco.org/en/mab/wnbr/about

UNESCO, UNEP, & Union of Concerned Scientists. (2016). *World heritage and tourism in a changing climate*. UNESCO World Heritage Centre. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245011

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2017). *A new roadmap for the Man and the Biosphere (MAB) Programme and its World Network of Biosphere Reserves: MAB Strategy (2015–2025), Lima Action Plan (2016–2025), Lima Declaration*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247418

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (n.d.). *The Man and the Biosphere Programme (MAB)*. UNESCO. https://www.unesco.org/en/mab

Vovk, E., Muzurakis, M., & Tsioumanis, A. (2025, September 29). Summary of the Fifth World Congress of Biosphere Reserves: 22–25 September 2025. *Earth Negotiations Bulletin*. International Institute for Sustainable Development. https://enb.iisd.org/world-congress-biosphere-reserves-wcbr5

World Tourism Organization. (2023). *Tourism and rural development: A policy perspective – Results of the UNWTO survey on tourism for rural development to member states*. https://doi.org/10.18111/9789284424306

Yang, L. (2024). An overview of community livelihoods in biosphere reserves: Based on the sustainable livelihoods framework for the 21st century. *Frontiers in Forests and Global Change, 7*, 1375051. https://doi.org/10.3389/ffgc.2024.1375051

Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods* (4th ed.). Sage Publications.

Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods* (6th ed.). SAGE Publications.

ZASNET. (s.d.). *Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica*. https://www.zasnet-aect.eu/pt-pt/reserva-biosfera-meseta-iberica

Anexos

Anexo I - Dados obtidos da análise da oferta e procura turística nos municípios do Alto Minho

NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1 (1)	Período de referência dos dados (3)	Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual (6)	Hóspedes (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual (7)	Proporção de dormidas entre julho-setembro (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Segmento (alojamento turístico); Anual (4)
		Tipo (estabelecimento hoteleiro) (5)	Tipo (estabelecimento hoteleiro) (5)	Segmento (alojamento turístico)
		Total	Total	Total
		N.º	N.º	%
Alto Minho	2024	x	x	42,3
	2021	604 354	x	50,8
	2017	655 006	351 621	x
Arcos de Valdevez	2024	x	x	41,2
	2021	63 010	x	50,5
	2017	65 301	33 815	x
Melgaço	2024	x	x	41,5
	2021	34 950	x	54,4
	2017	35 529	22 227	x
Ponte da Barca	2024	x	x	49,3
	2021	25 017	x	53,8
	2017	19 138	7 296	x

Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

Hóspedes (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

Proporção de dormidas entre julho-setembro (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Segmento (alojamento turístico); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

Nota(s):

(1) A partir de 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor uma nova versão das NUTS (NUTS 2013). Ao nível da NUTS II ocorreu apenas uma alteração de designação em "Lisboa" que passou a ser designada por "Área Metropolitana de Lisboa".

(2) Em 2014, os valores da coluna "Total" integram, para além dos estabelecimentos hoteleiros, os do turismo no espaço rural, turismo de habitação e novas unidades de alojamento local, configurando uma quebra de série. Por esta razão, não correspondem ao somatório das restantes colunas. A partir de 2015, os valores da coluna "Pensões" incluem todos os estabelecimentos de alojamento local, turismo no espaço rural e turismo de habitação. Os valores da coluna "Estalagens" referem-se exclusivamente às "Quintas da Madeira".
De 2014 a 2017, os valores para Portugal e para a Região Autónoma dos Açores não incluem o alojamento local da Região Autónoma dos Açores dada a diferente metodologia aplicada.

(3) Em 2014, os valores da coluna "Total" integram, para além dos estabelecimentos hoteleiros, os do turismo no espaço rural, turismo de habitação e novas unidades de alojamento local, configurando uma quebra de série. Por esta razão, não correspondem ao somatório das restantes colunas. A partir de 2015, os valores da coluna "Pensões" incluem todos os estabelecimentos de alojamento local, turismo no espaço rural e turismo de habitação. Os valores da coluna "Estalagens" referem-se exclusivamente às "Quintas da Madeira".

Fonte: INE (2024)

Anexo II – Indicadores da Procura e Oferta Turística na NUTS II- Norte

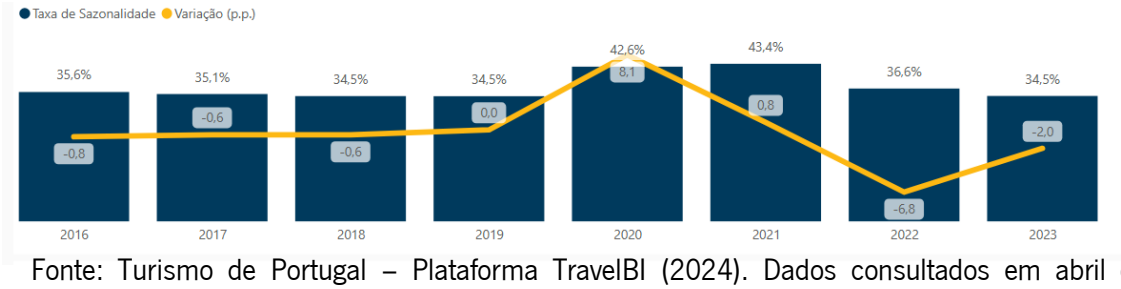
O presente anexo apresenta os gráficos relativos à evolução dos principais indicadores da procura e da oferta turística na NUTS II – Norte, que suportam a análise empírica desenvolvida nos pontos 4.3.1 e 4.3.2 do Capítulo IV.

Gráfico II.1. Número de dormidas na NUTS II-Norte em 2024



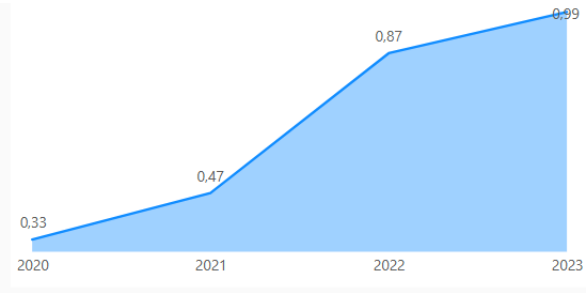
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.2. Evolução da Taxa de Sazonalidade na NUTS II-Norte



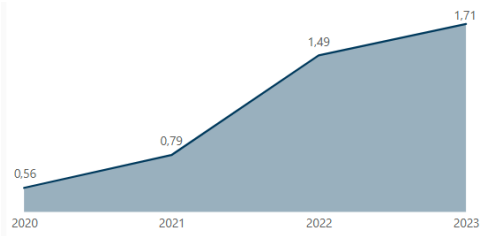
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.3. Evolução da Intensidade Turística na NUTS II - Norte



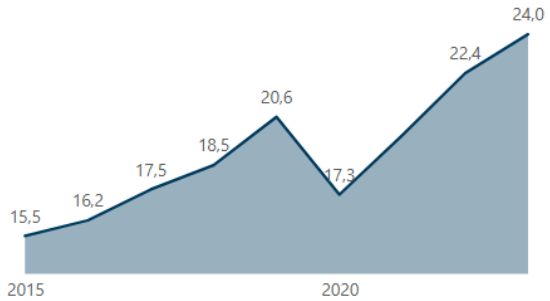
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.4. Evolução da Densidade Turística na NUTS II-Norte



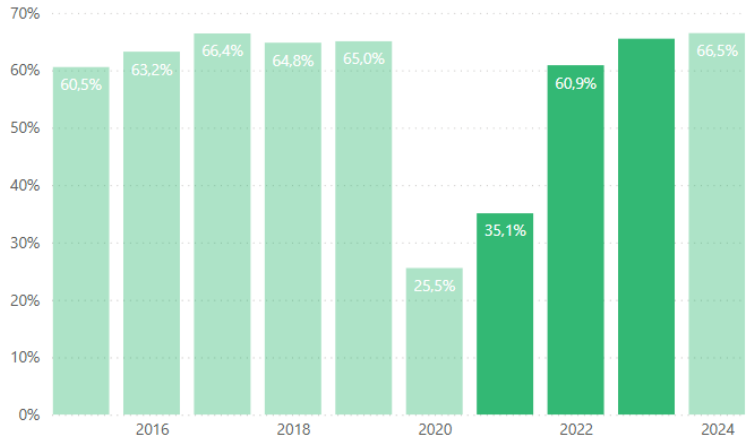
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II .5. Evolução da Capacidade de Alojamento da NUTS II- Norte: Número de Camas por 1000 residentes



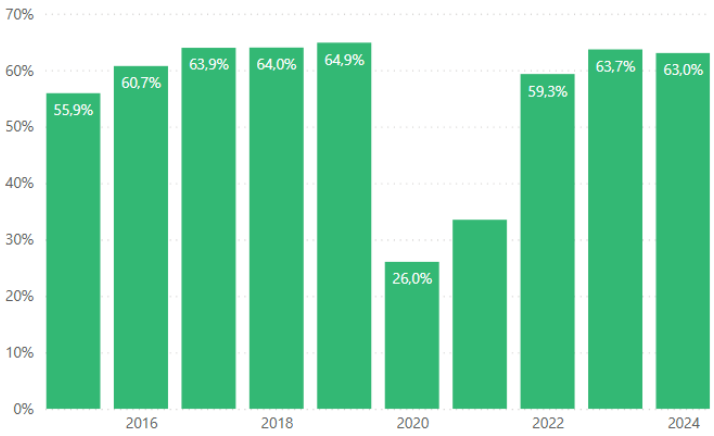
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.6. Evolução da Taxa de Ocupação por Número de Quartos a Nível Nacional



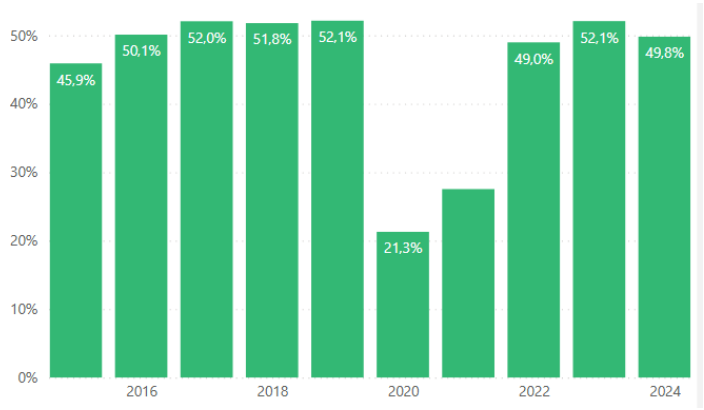
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.7. Evolução da Taxa de Ocupação por Quarto na NUTS II – Norte



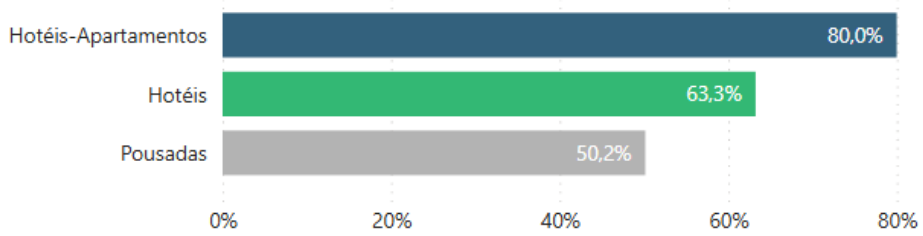
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.8. Evolução da taxa de Ocupação por Cama (%) na NUTS II-Norte



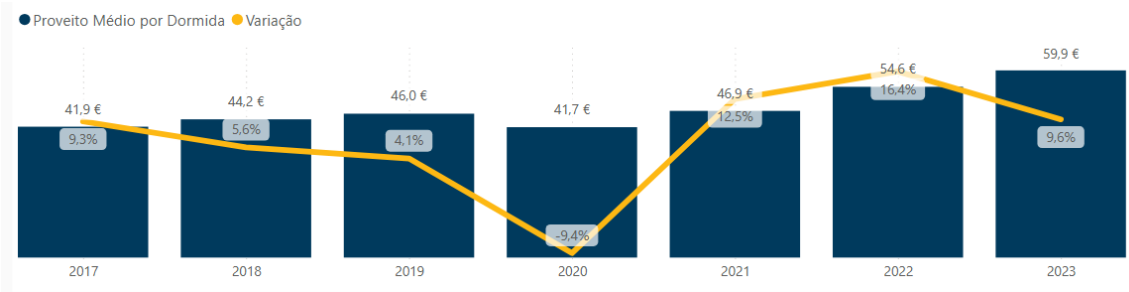
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.9. Taxa de Ocupação de Cama (%) por Tipologia na NUTS II - Norte no Ano de 2024



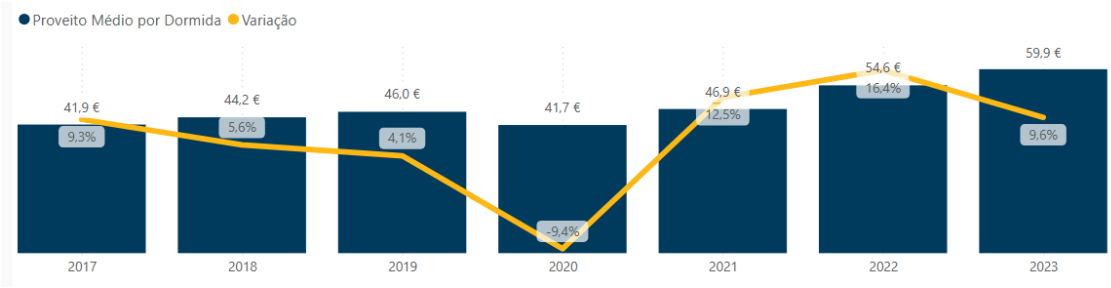
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.10. Evolução do Proveito Médio por Dormida a Nível Nacional



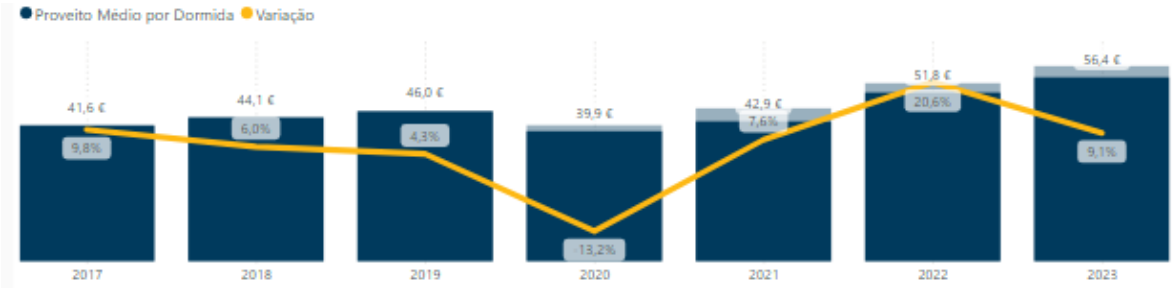
Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.11. Evolução do Proveito Médio por Dormida a Nível Nacional



Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Gráfico II.12. Evolução do Proveito Médio por Dormida na NUTS II- Norte



Fonte: Turismo de Portugal – Plataforma TravelBI (2024). Dados consultados em abril de 2026. Disponível em: https://travelbi.turismodeportugal.pt/

Apêndices

Apêndice A - Guião de Entrevista: Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX) e o Desenvolvimento Sustentável do Turismo

Delimitação das questões e respetivos objetivos e enquadramento bibliográfico:

Questão	Objetivos de Investigação	Fundamentação
Q1) Quais os recursos da RBTGX que considera mais atrativos do ponto de vista patrimonial (natural e cultural) e turístico? Em Portugal? Na Espanha?	- Identificar os principais recursos naturais e culturais da RBTGX com potencial e efetivo atrativo turístico	- *O Plano de Ação da RBTGX* realça o património natural e cultural como base da valorização territorial. *(ICNF, 2022, pp. 16–22)* - Reforça que o reconhecimento dos recursos existentes é o primeiro passo para o planeamento sustentável. *(UNESCO, 2015)* - As Reservas da Biosfera devem articular conservação e valorização dos recursos naturais e culturais. *(UNESCO, 2020)*
Q2) Na sua opinião, existem recursos na RBTGX que deveriam ser mais valorizados do ponto de vista turístico? Se sim, quais destacaria e de que modo considera que poderiam ser integrados numa estratégia de valorização sem comprometer a sua conservação?	- Identificar as oportunidades de valorização associadas a recursos subaproveitados, promovendo estratégias inovadoras que conciliem o desenvolvimento turístico com a preservação ambiental. - Averiguar o estado de conservação dos recursos da RBTGX com potencial. Aprofundar o diagnóstico de recursos, incentivando a reflexão sobre potenciais áreas de valorização do turismo sustentável.	- *As Technical Guidelines for Biosphere Reserves* sublinham a necessidade de estratégias inovadoras para valorizar o património natural e cultural sem comprometer a sua integridade ecológica. *(UNESCO, 2020, pp. 7–8)* - Reforça a importância da valorização de produtos locais e do património imaterial. *(ICNF, 2022, p. 19)*

		- A análise SWOT da RBTGX identifica oportunidades de desenvolvimento com base em recursos existentes. *(ICNF, 2022, p. 24-31)* - Defende que a conservação deve envolver a comunidade local e permitir o uso responsável. *(Pimentel, 2024),*
Q3) Considera que os instrumentos de planeamento socioeconómico e ordenamento do território contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo? Justifique. (*)	- Analisar de que forma o planeamento socioeconómico e o ordenamento do território influenciam positivamente a valorização turística sustentável da Reserva - Compreender a relevância de diferentes instrumentos de planeamento. - Perceber de que forma o ordenamento do território influencia a valorização turística.	- Os instrumentos de ordenamento devem compatibilizar conservação e uso turístico. *(ICNF, 2022, pp. 16-18; 22-23)* - As Technical Guidelines reforçam a necessidade de planeamento participativo. *(UNESCO, 2020, p. 11)* - A governação multiescalar é essencial à gestão territorial eficaz. *(Schliep & Stoll-Kleemann, 2010)*
Q4) Que políticas/medidas (públicas) considera prioritárias e que têm tido maior impacto no reforço da gestão integrada e sustentável da Reserva (países-membros), compatível com o desenvolvimento do turismo? E a nível europeu?	- Verificar as dinâmicas interventivas dos s*takeholders* ao nível económico, social e ambiental. - Determinar que tipo de apoio ou políticas públicas são fundamentais para o sucesso do modelo de gestão atual. - Perceber o impacto das políticas europeias e dos instrumentos comunitários (ex. Pacto Ecológico Europeu / Green Deal, Estratégia da Biodiversidade 2030 e o Pacto Climático Europeu) no modelo de gestão da Reserva e de que modo influenciam o financiamento e a monitorização da RBTGX.	- O Plano de Ação RBTGX aponta o reforço da cooperação transfronteiriça e da educação ambiental como prioridades futuras. *(ICNF, 2022, p. 6-11)* - A Estratégia MAB defende políticas integradas para sustentabilidade. *(UNESCO, 2015)* - A Lima Declaration enfatiza cooperação multissetorial. *(UNESCO, 2016)* - Realçam a importância da cooperação transfronteiriça para a integração europeia. *(UNESCO, 2023)* - O Green Deal enquadra metas e instrumentos financeiros. *(European Commission*, 2020) - Mostra o impacto das políticas verdes europeias. *(Frontiers in Environmental Science, 2024)*
Q5) Como avalia a contribuição dos diferentes *stakeholders* no processo de gestão de um turismo sustentável da Reserva? Distinga boas práticas.	- Analisar o papel dos *stakeholders* na preservação do património e no fomento do turismo sustentável. - Compreender a gestão/governação partilhada e dinâmicas de cooperação transfronteiriça. - Identificar boas práticas de cooperação entre *stakeholders* na gestão e valorização da Reserva (entre entidades portuguesas e espanholas, entre portuguesas e entre espanholas) (experiências positivas de governança colaborativa).	- *A Lima Declaration reforça a cooperação multissetorial. (UNESCO, 2016)* - Destaca o papel dos atores locais e transfronteiriços. *(ICNF, 2022, pp. 19-21, 53)* - A rede mundial: a importância da cooperação transfronteiriça para a integração europeia. *UNESCO, 2023)* - A literatura confirma a relevância da governança cooperativa. *(Schliep & Stoll-Kleemann, 2010, p. 13)*
Q6) Considera que a estrutura atual de financiamento e de recursos humanos é adequada para garantir a continuidade e a eficácia da gestão integrada da RBTGX	- Analisar a adequação dos recursos financeiros, humanos e institucionais disponíveis à gestão sustentável da RBTGX.	- Evidencia a limitação de recursos e a necessidade de reforço institucional. *(ICNF, 2022, p. 22-24)* - A estratégia do Congresso defende a capacitação como pilar da governança sustentável. *(WCBR- 5, 2025).* - As diretrizes técnicas exigem recursos estáveis e especializados. *(UNESCO, 2020)*
Q7) Na sua perspetiva, de que forma o Município de Arcos de Valdevez tem contribuído, em articulação com outros atores locais, nacionais e internacionais, para a valorização turística sustentável desta Reserva? (**)	- Examinar o papel do Município de Arcos de Valdevez enquanto agente estratégico na implementação de políticas de valorização e desenvolvimento sustentável no contexto da RBTGX. - Refletir sobre a importância atribuída ao desenvolvimento do turismo na Reserva na estratégia do concelho.	- Relatórios municipais evidenciam aposta no turismo sustentável. *(CMAV, 2024)* - O Plano de Ação reconhece a relevância municipal em projetos de valorização. *(ICNF, 2022, p. 19-21)* - Documentos MAB reforçam cooperação institucional como chave. *(UNESCO, 2015; UNESCO, 2016*

GUIÃO DE ENTREVISTA
Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX)

Questão	Objetivo(s)	Fundamentação
	- o papel do Município enquanto stakeholder central no modelo de governança da RBTGX e a sua articulação com outros atores locais.	
Q8) Como avalia o envolvimento e a participação das comunidades locais nas iniciativas de valorização e gestão do turismo sustentável da RBTGX? E quais os principais benefícios socioeconómicos para as comunidades locais?	- Determinar o papel das comunidades locais na valorização turística da Reserva. - Avaliar os impactos sociais e económicos da RBTGX, com destaque para o contributo da Reserva na melhoria da qualidade de vida e na promoção do desenvolvimento local. - Avaliar o nível de envolvimento das comunidades locais na gestão da RBTGX, identificando boas práticas e potenciais barreiras à inclusão social no processo de governança.	- *A Lima Declaration* sublinha a relevância da participação comunitária e da inclusão social na gestão das Reservas da Biosfera. *(UNESCO, 2016)* . - A RBTGX salienta a mobilização local como elemento crítico. *(ICNF, 2022, pp. 27–31).* - Avalia o impacto social e económico da Reserva. *(ICNF, 2022, p. 40)* - Estudos demonstram benefícios sociais, económicos e ambientais. *(Frontiers in Environmental Science, 2024)*
Q9) Existem mecanismos de monitorização e/ou avaliação dos impactos das políticas e projetos desenvolvidos na RBTGX? Em caso afirmativo, como são implementados e partilhados entre os diferentes atores/stakeholders?	- Identificar mecanismos de monitorização e avaliação da gestão da RBTGX, compreendendo a sua relevância para a transparência, aprendizagem institucional e melhoria contínua. - Compreender de que modo a RBTGX avalia a eficácia das suas políticas e projetos, em particular no que respeita aos impactos ambientais, turísticos e sociais.	- As diretrizes técnicas exigem monitorização contínua. - *(UNESCO, 2015)* destaca a importância da avaliação contínua. *(UNESCO, 2020)* - O *Plano de Ação* evidencia a monitorização de indicadores ambientais e sociais como ferramenta de gestão adaptativa. *(ICNF, 2022, p. 108)* - A governança multinível requer transparência e partilha de informação. *(Schliep & Stoll-Kleemann, 2009)*
Q10) Na sua perspetiva, quais os principais desafios futuros da RBTGX? (Especificamente a nível da sustentabilidade, educação, inovação e adaptação às alterações climáticas	- Refletir prospectivamente sobre os caminhos futuros da gestão sustentável da RBTGX. - Verificar desafios em domínios específicos, nomeadamente ao nível da sustentabilidade, da educação, da inovação e da adaptação às alterações climáticas. - Detetar potenciais obstáculos e oportunidades futuros para a sustentabilidade, educação, inovação e adaptação às alterações climáticas. - Compreender como a educação ambiental, o turismo científico e a divulgação do conhecimento podem fortalecer a sustentabilidade da RBTGX (educação e sensibilização, com enfoque na sustentabilidade social). - Explorar o potencial da digitalização, nomeadamente o uso de tecnologias digitais, sistemas de informação geográfica (SIG), plataformas de turismo inteligente e dados abertos, como instrumentos para a promoção, monitorização e gestão sustentável da RBTGX (papel da inovação tecnológica e digitalização para a sustentabilidade), como as ferramentas digitais podem otimizar a gestão e a divulgação da RBTGX. - Analisar o papel da RBTGX nas estratégias de mitigação e adaptação climática, em articulação com as políticas ambientais europeias e nacionais.	- A Estratégia MAB destaca tensões entre conservação e uso económico. *(UNESCO, 2015, pp.7-8* - O Plano de Ação identifica desafios prioritários: clima, educação, inovação. *ICNF, 2022, pp. 23–45)* - O Green Deal enquadra a necessidade de transição climática. *(European Commission, 2020)*

* Questão apenas destinada a residentes em Portugal

**Questão apenas destinada ao Presidente, Vereadores e outros funcionários da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice B - Contactos efetuados para entrevistas

Entidade / Instituição	Cargo / Função
Administração Central (Estado)	Secretário de Estado do Ambiente
Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	Presidente da Câmara Municipal
Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	Vereadora do Turismo
Loja Iterativa de Turismo / CMIT	Técnica Superior de Turismo
Loja Iterativa de Turismo / CMIT	Técnica Superior de Turismo
Loja Iterativa de Turismo / CMIT	Coordenadora Técnica
Junta de Freguesia de Soajo	Presidente de Junta
Junta de Freguesia de Cabreiro	–
Junta de Freguesia de Cabana Maior	Presidente de Junta
Junta de Freguesia de Gavieira	Presidente de Junta
Junta de Freguesia de Gondoriz	Presidente de Junta
Casa das Artes / Div. Des. Sociocultural	Responsável / Dr.
Associação Florestal Atlântica	Representante
Centro Interpretativo de Sistelo	–
ADERE-PG	Administradora-Delegada
ADERE-PG	Técnico de Projetos
ADERE-PG	Técnica Adm./Formação
North Land (Setor Turístico Privado)	Fundadora e Representante
ICNF (Norte)	Diretor de Departamento
ICNF (PNPG)	Técnica Superior (Unidade PNPG)
Xunta de Galicia (DXPN)	Directora Xeral
Concello de Lobios (Galiza)	Alcaldesa (Presidente)
P. N. Baixa Limia – Serra do Xurés	Diretor
Concello de Entrimo (Galiza)	Alcalde (Presidente)
CCDR-Norte	Presidente
CCDR-Norte	Dir. Serviços Ord. Território
Turismo do Porto e Norte (TPNP)	Presidente
Turismo do Porto e Norte (TPNP)	Resp. Natureza e Aventura
CIM Alto Minho	Téc. Planeamento e Cooperação

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice C -Painel de entrevistados

Entrevistado Nº	Função/Cargo	Instituição	Formato Entrevista	Data Entrevista
E1	Fundadora	North Land	Presencial	29/01/2026
E2	Secretário de Estado do Ambiente e ex-presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	República Portuguesa	Online	12/02/2026
E3	Presidente	Junta de Freguesia de Cabana Maior	Presencial	17/02/2026
E4	Administradora-Delegada	ADERE-PG	Presencial	02/03/2026
E5	Presidente	Junta de Freguesia de Soajo	Presencial	21/03/2026
E6	Técnico Superior Responsável pelo serviço	Posto de Turismo de Soajo	Presencial	02/04/2026
E7	Presidente	Junta de Freguesia de Gondoriz	Presencial	08/04/2026

Fonte: Elaboração Própria